

# Trabalho e Geopolítica Global

Giovanni Alves (Org.)



Projeto editorial Praxis

RET

Trabalho  
e  
Geopolítica Global



**Giovanni Alves**  
(Organizador)

# **Trabalho e Geopolítica Global**

**Elias Jabbur**  
**Luís Antonio Paulino**  
**Marcos Cordeiro Pires**  
**Marcos Del Roio**  
**Marcelo Schmidt**



**Projeto editorial Praxis**

Projeto editorial Praxis é a editora da RET  
(Rede de Estudos do Trabalho)  
(www.estudosdotrabalho.org)

Copyright© Projeto editorial Praxis, 2021.

Coordenador-geral: Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP)

### **Conselho editorial**

Dr. Ariovaldo Santos (UEL)  
Dr. André Luiz Vizzaccaro-Amaral (UEL)  
Dr. Edilson Gracioli (UFU)  
Dr. Franciso Luiz Corsi (UNESP)  
Dr. Giovanni Alves (UNESP)  
Dr. José Meneleu Neto (UECE)  
Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)  
Dr. Roberto Leme Batista (UNESPAR)  
Dr. Renan Araújo (UNESPAR)  
Dr. Vera Navarro (USP)

Capa: Giovanni Alves

Imagem: Pieter Bruegel, O velho: 'Fall of the Rebel Angels' (1562)

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Trabalho e geopolítica global / Elias Jabbur ;  
organização Giovanni Alves. -- 1. ed. --  
Marília, SP : Projeto Editorial Praxis, 2021.

Outros autores : Luis Antonio Paulino, Marcos  
Cordeiro Pires, Marcos Del Roio, Marcelo Schmidt.  
ISBN 978-65-995130-0-8

1. Capitalismo 2. Globalização - Aspectos  
políticos 3. Geopolítica 4. Mercado de trabalho I.  
Paulino, Luis Antonio. II. Pires, Marcos Cordeiro.  
III. Del Roio, Marcos. IV. Schmidt, Marcelo. V.  
Alves, Giovanni.

21-67508

CDD-327.101

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Geopolítica : Relações internacionais : Ciência  
política 327.101

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Detalhe inferior do quadro utilizado para compor a capa deste livro. O quadro intitula-se “A Queda dos Anjos Rebeldes”, de Pieter Brugel, o Velho. As figuras representam Lúcifer, os anjos caídos e criaturas demoníacas. Há também uma abundância de animais exóticos ao lado de figuras deformadas e mutantes. A pintura é de Pieter Brugel, o Velho (c.1525-1530 – 1569), artista neerlandês renascentista que pintou o quadro em 1562. A descrição de Bruegel desse tema, Lúcifer caindo com seus anjos caídos, é tirada de uma passagem de Apocalipse 12 e revela a profunda dívida do artista para com Hieronymus Bosch . Isso é mostrado por meio de figuras grotescas, feias ou distorcidas, pintadas como criaturas meio-humanas e meio-apocalípticas. Lúcifer foi projetado para ser um anjo perfeito. Ele caiu do céu por causa de seu orgulho e rebelião contra o plano divino de Deus, que era nomear Jesus como o salvador do povo. Lúcifer coagiu um terço dos anjos a seguir sua liderança na rebelião e ajudar a designá-lo como o novo “Deus”. O pecado do orgulho causou a queda de Lúcifer e seus companheiros e resultou na “ guerra no céu “ . O arcanjo Miguel recebeu o dever de expulsar Lúcifer e os anjos caídos do céu. O conflito do bem e do mal, bem como o vício e a virtude, são temas recorrentes constantes em toda a obra de Bruegel. A pintura é uma paisagem dividida com a parte superior sendo o céu e a parte inferior representando o inferno. O céu é ilustrado com azuis claros, cores vibrantes e rodeado por anjos voadores, enquanto o inferno é muito mais escuro que o céu. Isso é ilustrado por meio de tons escuros e criaturas demoníacas para definir a diferença distinta entre os dois.



# SUMÁRIO

<b>1</b>	China: De Ignacio Rangel à “Nova Economia do Projeto” ELIAS JABBUR.....	11
<b>2</b>	A competição entre Estados Unidos x China e o governo Biden LUÍS ANTONIO PAULINO MARCOS CORDEIRO PIRES .....	47
<b>3</b>	Crise orgânica, neoliberalismo e barbárie MARCOS DEL ROIO.....	71
<b>4</b>	Brasil, O afundamento: Uma perspectiva histórica do declínio do capitalismo brasileiro GIOVANNI ALVES.....	85
<b>5</b>	Trabalhadores dos setores estratégicos e a luta de classes no Brasil MARCELO SCHMIDT.....	123





# Apresentação

O livro “Trabalho e geopolítica global”, publicado pelo Projeto editorial Praxis e organizado por Giovanni Alves, é produto das atividades do *XII Seminário do Trabalho: Precarização do trabalho, crise capitalista e colapso ambiental*, realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Marília, de 22 a 27 de novembro de 2020. O evento foi realizado por meio virtuais, com as *lives* sendo transmitidas para o canal da RET no You Tube e a página da RET no Facebook. O canal do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” também participou das transmissões on-line. O livro teve a colaboração de autores que participaram da discussão da Mesa 5 do evento, intitulada “Brasil e a conjuntura política e econômica”. O livro aborda questões da conjuntura mundial e brasileira tratando de temas como o desenvolvimento econômico da China no século XXI; as perspectivas da relação EUA-China com o novo governo estadunidense de Joe Biden, eleito em 2020; a crise orgânica do capital global e a barbárie social; o declínio do capitalismo brasileiro como processo civilizatório e os traços sociometabólicos que devem caracterizar o Brasil nas próximas décadas do século XXI. O livro conclui-se com um artigo sobre a luta de classes no Brasil, a partir da organização e luta dos trabalhadores estratégicos.



# China: DE IGNACIO RANGEL À “NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO”

ELIAS JABBOUR<sup>1</sup>

## I. INTRODUÇÃO

**E**inegável a profundidade das transformações que têm confrontado o mundo nas últimas quatro décadas. A desregulamentação financeira, a globalização e o surgimento de um novo padrão de acumulação – dominante – financeirizado têm enredado o mundo em uma espiral de instabilidade cuja imprevisibilidade de seu ocaso tem desafiado não somente a governança econômica internacional, mas também tem colocado em questão a própria capacidade de as democracias liberais se apresentarem como alternativas viáveis após quase 30 anos do fim da União Soviética e do antigo bloco socialista. É admitida a possibilidade, por alguns economistas, de o sistema capitalista adentrar numa chamada, por Alvin Hansen no final da década de 1930, estagnação secular<sup>2</sup>. O outro lado da moeda da chamada “globalização” é também um fenômeno que tem desafiado analistas de todos os matizes de pesamento: a ascensão econômica chinesa pode ser encarado como o fenômeno mais impressionante dos últimos tempos. Já se trata do processo de desenvolvimento e crescimento mais duradouro da história; ultrapassou os “milagres” sul-coreano, japonês, brasileiro

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE-UERJ) e em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Email: eliasjabbour@terra.com.br

<sup>2</sup> Sobre a hipótese em torno da estagnação secular, ler: Summers (2014) e Gordon (2016).

e soviético em suas épocas. Seu crescimento econômico, no período de 1980 e 2018 foi excepcional: a média de crescimento do PIB real no período foi de 9,2% a.a. Portanto, há mais de quatro décadas que o país cresce, acima da média internacional, de forma quase que ininterrupta. A taxa média de crescimento do PIB per capita da China por mais de 35 anos, por sua vez, alcançou a média de cerca de 9,0% a.a., sendo que a renda per capita (por Paridade de Poder de Compra) cresceu 36 vezes: passou de apenas US\$ 250 dólares em 1980 para US\$ 8.827 em 2018. Este processo foi acompanhado de uma elevada taxa de investimento com média de 36,9% do PIB em 1982/2011, e acima de 40% a partir de 2004 até a atualidade<sup>3</sup>.

Desde 2013, a China é o país de maior volume de comércio exterior no mundo, desempenho que tem provocado fortes efeitos sobre praticamente todas as outras economias nacionais, tornando-se também grande exportadora de capitais via investimentos direto no exterior (US\$ 0,8 bilhão em 1990 para US\$ 101,9 bilhões em 2017). Como receptor de capitais externos, os investimentos diretos estrangeiros (IDE) passaram de US\$ 1,4 bilhão em 1984 para US\$ 168,2 bilhões em 2017. Enquanto que até 1991 os investimentos diretos na China eram voltados exclusivamente para os setores exportadores, com elevada concentração em Guangdong, a partir deste ano uma parcela crescente de IDE sob a forma de joint-ventures foi direcionada para construção e ampliação de capacidade produtiva voltada ao mercado interno.

A mudança estrutural em curso na economia reflete-se em um processo de urbanização que se acelerou desde 1980 quando somente 19,3% da população viviam em cidades, passando a 59,1% em 2018. Embora ainda muito abaixo da média dos países capitalistas desenvolvidos, se consideradas as características anexas ao tamanho de sua população, sua urbanização é fenômeno que demonstra o tamanho do desafio de administrar e planificar a administração das contradições de um país com forte tendência cíclica de crises de superpopulação agrária. Em nível mundial, fato relevante foi apontado na última lis-

---

<sup>3</sup> World Bank Data (2019)

ta Forbes das 500 maiores companhias do mundo e que aponta para uma, ainda lenta, transição de poder sistêmico no mundo: pela primeira vez na história desde seu lançamento em 1990 a referida lista não tem mais os Estados Unidos como o país com o maior número de empresas na lista; foi ultrapassado pela China que conta com 129 companhias na lista (sendo delas seis de Taiwan) contra 121 dos Estados Unidos<sup>4</sup>. O fato mais emblemático é que entre as empresas chinesas, 89 são Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE). Em 2003, apenas seis GCEE chinesas estavam listadas na Forbes 500.

Como perceber esse fenômeno do tempo presente que, dado seu tamanho, população e crescente poder político e econômico, está transformando o relevo e o horizonte da economia e sociedade mundiais? Trata-se de uma variante de capitalismo de Estado, ou outro caso de “restauração capitalista” como ocorrido no antigo bloco socialista? Será um processo de desenvolvimento, conforme Arrighi (2007) e Nolan (2001) e que o reencontro com suas raízes mercantis está produzindo, partindo de premissas smithianas, um desenvolvimento mercantil virtuoso? Seria a consagração de um sistema construído historicamente, e reinvidicado pelos atuais dirigentes chineses, como um “socialismo com características chinesas”?

As respostas não são simples, mas de antemão, é necessário perceber esse gigantesco processo em andamento na China como parte da história da civilização humana. Não se trata de um milagre; muito menos um acaso: trata-se de um produto humano original, construído historicamente e que na contemporaneidade é perceptível a ocorrência de um processo histórico no qual a China sedia o surgimento de uma “nova economia”, sinônimo de novos desenvolvimentos verificados em seu modo de produção dominante no interior de uma NFES<sup>5</sup>. Pode-se buscar paralelo no século XX quando o ser humano ao apreender as formas e lógicas de funcionamento

---

<sup>4</sup> “It’s World China”. *Fortune*, 22/07/2019.

<sup>5</sup> Sobre o socialismo de mercado como uma NFES, ler Gabriele e Schettino (2008) e Jabbour e Dantas (2018)

do capitalismo, desenvolveu uma “nova economia” nomeada por Ignacio Rangel de Economia do Projeto<sup>6</sup>. A citada economia seria consequência do surgimento de novos paradigmas concebidos por três ocorrências: (1) *A Revolução Russa, que tornou possível o planejamento econômico*; (2) *O desenvolvimento da economia monetária* e (3) *do keynesianismo e o consenso criado em torno dele*. Ao mudar a face do sistema, transformaram-se, também, as lógicas que espelhavam o processo real. E isso coube ao mundo no entrelaçar das três ocorrências acima citadas. E cabe também, à China onde se pode perceber certa exaustão das teorias existentes à explicação das lógicas transformadas com a evidente mudança de face do sistema.

Historicamente subentende-se que a problemática econômica do capitalismo muda radicalmente quando o sistema passa do ramo ascendente da curva para o descendente (Rangel, 2005 [1957], p. 290). O paradigma das três ocorrências acima expostas está relacionado com a perda de sentido das concepções signatárias, tanto da lei de Say, quanto dos modelos neoclássicos de equilíbrio geral. A planificação econômica, em si, passa a ser o novo paradigma econômico e parte do núcleo da própria teoria econômica. Assim, Keynes e a Gosplan soviética tornaram-se dupla face de uma mesma moeda. Segundo Rangel ([1957] 2005, p. 291): “O homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra em crise e perece”.

Linha de raciocínio, acerca da necessidade de novos aportes teóricos capazes de espelhar o desenvolvimento e o surgimento de novos paradigmas, semelhante segue Lin Yifu (2017, p. 35), pois se existe algo que as teorias em curso são incapazes de decifrar, isso significa que alguma inovação teórica está em andamento. Segundo Lin Yifu (2017):

Sabemos que há inovação teórica porque as teorias existentes não podem explicar novos fenômenos. O fenômeno que a China começou com a reforma e abertura em 1978 pode ser considerado um milagre

---

<sup>6</sup> Sobre isso ler Rangel ([1959] 2005) e Castro (2014).

na história da economia humana. As pessoas pensam que é um milagre porque não pode ou é difícil de explicar com as teorias existentes

Como forma de aprofundar a nossa argumentação inicial, é sugestiva, nesse tocante, a seguinte passagem demonstrando que uma das consequências do processo de desenvolvimento chinês é o surgimento de novas teorias – apesar de os autores não citarem quais seriam as novas abordagens – no campo da Economia Política, conforme Enfun e Xiaoqin (2017):

*China's rapid economic development in recent years is often characterized as "miraculous". (...) But as we have written elsewhere, "theoretical problems have started to emerge with regards to the very existence, content, and prospects of the China model. The key question, then, is what kind of economic theory and strategy underpin this "miracle". China's model has been variously described as a form of neoliberalism, or as a novel kind of Keynesianism. Against these positions, we hold that the country's major recent developmental gains are the achievements of theoretical advances in political economy, originating in China itself (...).*

Tendo em vista o paralelismo histórico, acrescido da dificuldade de se encontrar uma saída à presente crise sistêmica do capitalismo que são indícios de insuficiência das teorias de caráter tanto ortodoxas quanto heterodoxas de interpretar e perceber o surgimento de um novo modo de produção (novo cujo nome científico podemos batizar de Nova Economia do Projetamento) que surge na China – tendo como núcleo os 97 GCEE – o objetivo deste artigo é demonstrar que essa Nova Economia do Projetamento surge em meio, e como núcleo, de uma NFES cujos contornos ficam mais evidentes a partir do grande papel desempenhado pelas GCEE no pós-crise financeira internacional de 2008. Trata de uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio a, e a partir, de novos paradigmas produtivos e tecnológicos e das novas e superiores formas de planificação que estão sendo gestadas e executadas em larga escala na



China<sup>7</sup>. Por se tratar de um fenômeno recente, não é possível identificar uma teoria pronta à explicação deste fenômeno. O que existe é uma teoria que está sendo construída *pari passu* ao processo de transformação qualitativa interna ao modo de produção dominante na China. A Nova Economia do Projeto pode ser observada, também, como uma construção teórica, observando a história desta Nova Economia do Projeto. Acompanhar essa prática se transmutar em uma teoria é uma exigência que a história coloca aos economistas, pois a própria ciência econômica muda e varia com o modo de produção que, por seu turno, está em constante transformação.

Além desta introdução, o artigo se divide em outras duas grandes seções. Na seção 2, apresentaremos as características fundamentais da NFES que surge e se desenvolve na China. Também é apresentada a evolução e a completa reorganização do setor público da economia iniciada ainda na década de 1990 e que desembocou no surgimento dos GCEE, que são o núcleo do modo de produção dominante da NFES. Na seção 3 apresentaremos a visão de Ignacio Rangel acerca da Economia do Projeto para em seguida tratarmos de seu ressurgimento recente na China. Ao final apresentaremos algumas conclusões.

## 2. SOBRE A NOVA FORMAÇÃO ECONOMICO-SOCIAL QUE EMERGE NA CHINA

Pesquisas recentes fizeram apontamentos interessantes e acertados sobre a elevação da participação e controle estatal sobre a riqueza e os fluxos de renda na China. Piketty et al (2017), Naughton (2017) e Nogueira et al (2019) têm conclusões semelhantes demonstrando

---

<sup>7</sup> Concebemos as “novas e superiores formas de planificação econômica” que estão gestadas e executadas na China como instrumentos de maximização da ação do Estado sobre o território amparadas pela relação entre 1) a herança de planificação central da era maoísta; 2) instituição – ao longo das reformas econômicas – de mecanismos de ação estatal que vão da instalação de mecanismos de controle de fluxos de capitais externos e transformação da taxa de câmbio em bem público, planejado e de Estado (Jabbour e Dantas, 2017, p. 794) e 3) internalização e utilização máxima, para fins de planificação de todo aparato anexo aos paradigmas produtivos e tecnológicos contemporâneos, notadamente o “Big Data”, a Plataforma 5 G e a Inteligência Artificial.

que o Estado chinês controla atualmente cerca de 30% da riqueza produzida no país. Não obstante, este dado ainda é muito menor que o apresentado pela própria China no início de suas reformas econômicas quando o Estado controlava algo em torno de 70% da riqueza nacional. Não somente isso: inexistia, àquela época, tanto um setor privado quanto uma economia de mercado propriamente dita, seja ela regionalmente organizada, seja nacional. A China do final da década de 1970 pode ser comparada a uma miríade de hinterlands sob a forma comunas, autossuficientes, não especializadas do ponto de vista produtivo e geográfica e estrategicamente localizadas no interior do país.

De forma contraditória, atualmente o Estado chinês conta com uma capacidade muito maior de intervenção sobre a realidade do que o tinha no final da década de 1970. Reformas e inovações institucionais permanentes tanto condicionaram o país a internalizar ferramentais necessários à, e típicos do que Keynes (1936) chamou de, “socialização do investimento” (Jabbour e Paula, 2018) quanto a transformar o Estado chinês em um típico “Empreendedor-em-Chefe” (Burlamaqui, 2015) a exercitar as prescrições de Minsky (1986) de ser interprete do duplo papel de “Big Government” e “Big-Bank”. Na China emerge uma verdadeira antítese à financeirização com uma economia voltada, completamente, ao setor produtivo e com alto grau de repressão financeira.

Porém, como parte do processo, as contradições são latentes. O fato de estar emergindo uma dinâmica de acumulação amplamente diferente da dinâmica financeirizada, não significa que esta “nova economia” não tenha que lidar com profundas e complexas contradições, entre elas as que envolvem as pressões internas por liberalização da conta de capitais, endividamento provincial e do setor privado explosivas e até um shadow banking que surge no sentido de suprir crédito ao setor privado, refratário ao setor público com acesso privilegiado ao setor financeiro oficial. A grande resposta dada pela emergente Nova Economia do Projeto na China apontam, por exemplo, para maior protagonismo do Estado na regulação do próprio sistema financeiro e manutenção – em oposição aos sistemas financeiros do centro do sistema capitalista – de seu caráter estatal e, principalmen-

te, político<sup>8</sup>. Retornando, o alcance do setor produtivo e financeiro estatais capacita o Estado chinês a tal papel conforme sucessivos pacotes fiscais executados desde o início da crise financeira em 2008 podem testemunhar, sendo o primeiro lançado já em 2008 de US\$ 586 bilhões – à época, correspondente a 12,6% do PIB. Pode-se dizer que houve uma verdadeira intervenção em massa do Estado na economia, diga-se de passagem. Em apenas alguns anos o país estaria cortado por novos e milhares quilômetros de linhas de trens de alta velocidade, metrô e estradas<sup>9</sup>. Em decorrência da guerra comercial e tecnológica empenhada pelos EUA contra o país os gastos públicos aumentaram em 8,8% entre janeiro e agosto de 2019 em relação mesmo período do ano anterior (Forbes, 18/09/2019). Em setembro de 2019 fora anunciado outro pacote de estímulos, agora da ordem de US\$ 126 bilhões (NYT, 09/09/2019). Enfim, os fatos recentes apontam para um protagonismo de um imenso setor público na economia chinesa, núcleo da NFES e da Nova Economia do Projeto. Passemos a tratar o fato como uma questão de construção histórica.

### *2.1. A “FABRICAÇÃO DO MERCADO” E O SURGIMENTO DAS “EMPRESAS NÃO CAPITALISTAS ORIENTADAS AO MERCADO” (ENCOM)*

O marco histórico fundamental das transformações econômicas políticas, econômicas e sociais da China moderna é a Revolução Nacional-Popular de 1949. Podemos dizer que na própria China dos primeiros planos quinquenais surgiu uma variante da “Economia do Projeto” vislumbrada por Rangel ao caso soviético e

---

8 Sobre o enfrentamento dos problemas de endividamento provincial e do setor privado na China e o próprio surgimento de uma NFES na China, ler Jabbour (2020).

9 Cabe destacar que: 1) A relação investimento/PIB chegou à impressionante marca de 47,6% em 2011, configurando capacidade produtiva instalada pronta a responder não somente a desafios internos, mas também externos como o proposto pela configuração de uma Nova Rota da Seda (terrestre e marítima), lançada pelo presidente chinês Xi Jinping em setembro de 2013 e 2) Dados do National Bureau of Statistics of China (CSY) mostram que a malha ferroviária chinesa saltou, entre 2009 e 2015, de 86 mil para 121 mil quilômetros de extensão.

países capitalistas centrais. Toda a base material formada no período iniciado em 1949 até 1978 foi fundamental ao salto de qualidade visto nos dias atuais, conforme Jabbour e Dantas (2017, p. 790):

*It is important to note that between 1953 and 1978, China's average annual GDP growth was 6.6%, (...). This period laid the foundation for the achievement of large hydraulic projects (Ertan), nuclear weapons capacity (1964), artificial satellite launches (1971) and Beijing subway construction (1975) using exclusively Chinese equipment*

A NFES que surge na China é um processo histórico iniciado em 1978<sup>10</sup>, momento em que reformas econômicas foram introduzidas no país encetando uma mudança substantiva não somente na estrutura econômica, industrial e de propriedade fazendo surgir novos modos de produção ao lado de um pré-existente setor estatal. Mas sua essência reside no que chamamos de “fabricação de mercado” pelo socialismo (Jabbour e Belluzzo, 2019, p. 40), algo que remete necessariamente a Arrighi (2007, p. 24), para quem:

*The economic resurgence of China - whatever its eventual social outcome - has given rise to a new awareness among a growing group of scholars that there is a fundamental world-historical difference between processes of market formation and processes of capitalist development. Integral to this new awareness has been the discovery (or rediscovery) that trade and markets were more developed in East Asia in general, and in China in particular, than in Europe, through the eighteenth century.*

Arrighi se remete a Adam Smith e à diferenciação feita entre processos de desenvolvimento de economias de mercado em diferentes pontos

---

10 Entre 1949 e 1978 podemos perceber tanto um ponto de continuidade (compromissos com os ideais da Revolução de 1949, papel do Estado e da planificação na economia) quanto de ruptura (troca de uma economia de comando de tipo soviética por uma dinâmica flexível combinando planejamento central, mercado e convivência de um setor público dominante com múltiplas formas de propriedade. Como mostraremos mais adiante, é neste processo de mudança que surge na China a primeira experiência de uma nova classe de formações econômico-sociais que pode ser chamada de “socialismo de mercado”. Outra classe de formações econômico-sociais de tipo socialistas, ainda com traços do “modelo soviético” pode ser percebida na República de Cuba e na República Popular Democrática da Coreia.

do globo que não necessariamente incorreu em revoluções industriais como a ocorrida na Inglaterra. Porém, a Inovação Meiji e o pós-Segunda Guerra Mundial no próprio Japão e os casos de industrialização tardia da Coreia do Sul e de Taiwan nos remete a colocar que nesses países, e na China pós-1978, o reencontro com instituições milenares possibilitou o surgimento de formações econômico-sociais, de caráter capitalistas e socialistas, altamente industrializadas e dinâmicas. A nosso ver a China pós-1978 é o primeiro caso de uma nova classe de formações econômico-sociais que podemos chamar de “socialismo de mercado”. A República Socialista do Vietnã se enquadraria como o segundo caso. Segundo Jabbour e Dantas (2017, p. 794), as reformas econômicas chinesas, a “fabricação do mercado” e seu gradualismo, podem ser sintetizadas como a combinação, guiada pelo Estado, entre:

*1) market dominance by the state; 2) which in turn liberalizes trade for its benefit, creating opportunities to deepen higher forms of social division of labor, and concomitantly with the plan; 3) drives energy toward the formation of an internal consumer market; 4) initiates industrialization based on peasant entrepreneurship; 5) induces extensive competition among small, medium and large companies and encourages education to mitigate the effects of the market on the social body; and 6) plan jumps first into industry itself and then into foreign trade, not the traditional, but a public good, planned and state conducted.*

Independente das definições que cada autor ou pesquisador conceda à experiência atual chinesa, propomos que *o socialismo chinês, ao “fabricar” uma economia de mercado, acabou por criar condições para a renovação não somente da base material chinesa, mas do próprio socialismo como projeto desenvolvimentista e alternativo à atual ordem financeirizada do capitalismo.* Eis um ponto fundamental de nossa hipótese.

A “fabricação do mercado” tem início com as reformas rurais que estabeleceram contratos de responsabilidade entre a família camponesa e o Estado e buscava a garantia do abastecimento alimentar às cidades ao mesmo tempo em que desmantelava as antigas comunas maoístas e legalizava a produção orientada ao mercado. Assim surge a pequena produção mercantil, como o primeiro modo de produção interno a uma NFES que começava a surgir. Essa pequena produção mercantil, por guardar uma diferença fundamental (as terras continuavam ser de posse do Estado) de seus congêneres em

outras partes do mundo pode ser compreendida também como uma espécie do que chamamos de Empresa Não Capitalista Orientada ao Mercado (ENCOM). Outro modo de produção interno a esta NFES pode ser compreendida no setor capitalista da economia, nacional e estrangeira: entre 1978 e 1994 cerca de nove milhões de empresas capitalistas de variado porte surgiram na China<sup>11</sup>.

O crescimento médio do PIB da agricultura chinesa foi, entre 1952 e 1978, em média 2% a. a., e – desde a instituição dos contratos de responsabilidade – entre 1978 e 2018 esse crescimento acelerou-se para 4,5% a. a. (Huang e Rozelle, 2010, p. 487). A razão deste crescimento médio está no surgimento da pequena produção mercantil como uma espécie de ENCOM, um exemplo de “crescimento fora do plano” (Naughton, 1996), gerando desenvolvimento econômico em relação de causa e consequência da expansão da economia de mercado. Expansão que não ocorreu somente em detrimento das estáticas e rústicas formas de planificação características do complexo agroindustrial das comunas instituídas na era Mao Tsétung, mas também da pressão exercida por essa novel economia de mercado sobre a economia natural de subsistência com efeitos expansivos à própria economia de mercado. A expansão da produção agrícola é bem sintetizada na seguinte passagem de Huang e Rozelle (2018, p. 489):

*In the past four decades, agricultural output value in real terms has grown at an average rate of 5.4 per cent annually, while annual growth of grain production was 2.1 per cent. China's cropping economy has steadily changed from a priority on grain to the production of higher-value cash crops and horticultural goods. The average annual growth rate for cotton reached 3.8 per cent, 5.3 per cent for sugarcane, 6.4 per cent for edible oils and 11.5 per cent for fruit over the 40 years. Livestock and aquaculture products have been growing even faster. Annual meat production rose by an average of 5.9 per cent and fish by 7.3 per cent per annum. Dairy increased most rapidly, at 9 per cent annually.*

Uma outra forma de ENCOM que surge como consequência direta das reformas rurais foram as Townships and Village Enterprises

---

11 National Bureau of Statistics of China (NBS) para todos os anos.

(TVE`s), formando um outro modo de produção interno à NFES: a grande propriedade municipal/coletiva, fruto da desagregação das comunas maoístas, mas não de sua estrutura produtiva interna. Em 1978, o número total de empregados nas TVE`s era de 28,265 milhões de trabalhadores, triplicando nos dez primeiros anos de reformas econômicas para 93,667 milhões e chegando 138,661 milhões de empregados em 2004 (CSY, 2005). Entre 1978 e 2004, a queda da participação do emprego agrícola no China foi de 242%, enquanto que o emprego rural não agrícola elevou-se em 471% na indústria, 582% na indústria de construção e acima de 3.000% no setor de serviços (Kang, 2006, p. 291). Essa transferência de atividades teve incidência direta na estrutura de renda camponesa: em 1978, 7,92% da renda provinha de atividades não-agrícolas, saltando a 30,61% em 1996 com conseqüente queda de renda via atividades agrícolas caindo de 90,08% em 1978 para 69,39% em 1996.

O reordenamento da divisão social do trabalho e o rumo da unificação do mercado nacional chinês teve nas TVE`s um elemento essencial (Jabbour e Dantas, 2017, p. 794). Porém, seu raio de ação acompanhou a própria estratégia de Estado, passando a ser ponte da inserção internacional do país, sobretudo a partir da década de 1990, sendo que no final da citada década, as TVE`s eram responsáveis por 40% de toda produção industrial (Masiero, 2006, p. 432) e por cerca de 40% das exportações do país (Kang, 2006, p. 137).

Em 1989, a exportação de têxteis e calçados pelas TVE`s correspondeu a 47,7% das exportações deste produtos, número que caiu a 29,1% em 2002 e 23% em 2007, enquanto que a participação nas exportações de bens duráveis de consumo saiu de 14,4% em 1989, chegando a 29,1% em 2002 e 30,3% em 2007 (CSY, 2008). Exemplos de expansão global de TVE`s, são inúmeros, podem-se citar a Haier com 50% do mercado de pequenos frigoríficos dos EUA; a Galanz, com 33% do mercado mundial de microondas, a Legend, com 20% do mercado mundial de placas para computadores e a China International Marine Containers com 40% do mercado internacional de contêineres refrigerados (Masiero, 2006, p. 441). As TVE`s passaram por um intenso processo de declínio desde o final da década de 1990,

fruto, entre outros motivos, tanto da queda das receitas provinciais pós-reforma fiscal de 1994, quanto da crescente dificuldade de acesso ao crédito no recém-rearticulado setor financeiro estatal do país.

## 2.2. ONDAS DE INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS, REORGANIZAÇÃO DO SETOR ESTATAL E OS GCEE

Existe uma hipótese a nós fundamental quando dizemos que está emergindo, na China, uma NFES: desde 1978 podemos identificar o surgimento tanto de um largo setor privado<sup>12</sup> quanto de uma maior sofisticação do papel do Estado, desde que no concerne o controle da grande indústria, da grande finança, assim como no nível da coordenação e socialização do investimento pela via do comando sobre as políticas econômica, monetária e fiscal, do comércio exterior e, principalmente, ao lançamento de novas e superiores formas de planificação econômica. Eis um desenho em estática do processo. Em dinâmica: ondas sucessivas de inovações institucionais levaram a um movimento interno, não somente dos setores capitalista e socialista da economia, mas também de outras estruturas de propriedades (como as ENCOM). Como se tratam de distintos modos de produção coabitando, em uma verdadeira “unidade de contrários”, em uma mesma formação econômico-social, a citada coabitação demanda uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia (Jabbour e Dantas, 2018, p. 37). Esta permanente reorganização de atividades ocorre mediada pelo surgimento cíclico de instituições que delimitam a citada reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia, com o crescimento do setor privado não ocorrendo em detrimento de uma diminuição do papel do Estado. Existe, no concreto, uma recolocação estratégica do Estado.

Em resumo: contínuas mudanças institucionais ocorridas desde 1978 não permitiram somente que o processo de desenvolvimento

---

<sup>12</sup> Além de ter sido reconhecida, legitimada e sustentada por leis e regulamentos (Naughton, 2006, p.2), a ampliação de seu escopo de atividades elevou-se, também, a partir de transferências massivas de ativos estatais ao setor ocorridas entre 1994 e 2000, sobretudo em pequenas e médias empresas estatais. Sobre este processo ler, Nogueira (2018).



chinês incorresse em “soluções de continuidade” (Medeiros, 2013, p. 435), mas também levou a um crescimento quantitativo do setor privado na economia, enquanto que o Estado elevou seu papel de forma qualitativa via controle político do país (característica fundamental da NFES em relação às formações sociais capitalistas) – pelo Partido Comunista da China (PCCh) – que se estende pela grande manufatura, sistema financeiro, política de juros, câmbio e fluxo externo de capitais e demais mecanismos de coordenação e socialização do investimento. Esse crescimento qualitativo do setor estatal reduziu o setor privado a um ancilar e beneficiário dos efeitos de encadeamento gerados pelas grandes GCEE. É sobre o processo de transformação das empresas estatais em GCEE que iremos nos ocupar a partir de agora.

• • •

Sobre a natureza da propriedade da grande produção industrial chinesa, sobretudo sobre as GCEE, é importante notar que esse conjunto de empresas são expressão, em última instância, do controle do PCCh sobre o conjunto da economia chinesa, algo que não encontra similar em nenhum país capitalista. Conforme Holtz (2018, p. 41):

State-ownership in the PRC in the final instance is the expression of the Party’s control over the economy. In such an environment, strong regulatory capacity with a strong private sector cannot co-exist. The Party makes and adjusts the law. I.e., the Party cannot be subjected to an independent regulatory framework and formal institutions that operate independently of the Party, and cannot submit to market outcomes created by private actors if these outcomes run counter to the Party’s prerogatives. From the absolute authority of the Party follows the reliance on the cadre management system that dominates SOE management and also reaches into private enterprises

Um retrato das empresas estatais chinesas na metade da década de 1990 pode ser percebido em 1995, quando as empresas estatais ainda empregavam 70% dos trabalhadores industriais do país, operavam 60% das ações industriais, porém correspondiam somente a um terço dos ganhos industriais em relações às outras formas de propriedade que já operavam no país (CSY, para todos os anos). A produtividade do trabalho nas estatais correspondia a um terço das

TVE's, um décimo das empresas privadas individuais e estrangeiras. *O grande desafio era fazer frente à contradição principal existente na gestão das empresas estatais: deixarem de ser lucrativas em um ambiente de total proteção estatal e serem eficientes o suficiente para serem o núcleo de um sistema empresarial com capacidade de servir de base a uma nova classe de formações econômico-sociais que estava surgindo.* A travessia deveria ser, e foi, dura e com custos sociais elevados.

As reformas nas empresas estatais aceleraram-se diante de constrangimentos macroeconômicos criados pelo então primeiro-ministro do país, Zhu Rongju, a partir de um ciclo de inovações institucionais iniciadas em 1994. Estava chegando ao fim o ambiente caracterizado pelo Soft Budget Constraint. *A história do processo de desenvolvimento chinês demonstra que uma economia de mercado de tipo keynesiana estava a emergir e demandaria um grande esquema empresarial estatal pronto a atender uma demanda crescente, via urbanização, de grandes obras infraestruturais conectando todo o país e políticas industriais ousadas que encetavam a fronteira tecnológica.*

Um ciclo de inovações institucionais lançado em 1994 fechou o cerco monetário sobre as empresas estatais por ao menos algumas vias, dentre tais: (1) dura reforma fiscal que reverteu a tendência anterior de descentralização, retirando margem de manobra financeira das províncias<sup>13</sup>. O que dá veracidade a versões para quem as reformas nas estatais de tipo “grasping the large” começaram no nível das províncias; (2) reforma no sistema de taxas de subsídios às empresas estatais, o que na prática significou o fim da relação entre o chefe de empresas estatais e seus chefes superiores; (3) redução do espaço de crédito pela formação de um sistema financeiro mais profissional em que os bancos comerciais e de desenvolvimento, concedendo aos primeiros maior autonomia de ação e (4) permissão às empresas estatais se ocuparem tão e somente de sua agenda nuclear o que na prática significou o fim do sistema danwei que concentrava nas empresas todos os encargos sociais. O custo social desta medida foi

---

<sup>13</sup> Sobre a reforma fiscal de 1994, ver Ki e Yuk-Shing (1994)

enorme. O principal ponto deste ciclo de inovações institucionais não estava somente nas medidas acima expostas. Ele residia no início de um processo de tomada de decisão sobre um debate que já ocorria em círculos políticos e intelectuais tanto na China quanto no exterior. Pronunciamentos de altos dirigentes do país como Wu Banggou e o próprio presidente Jiang Zemin – nos estertores da elaboração do 9. Plano Quinquenal (1996-2000) já indicavam o rumo a ser tomado sobre a necessidade de se formar um sistema novo, no qual o Estado se ocuparia somente de gerir e administrar as grandes estatais. Documento do Banco Mundial lançado em 1996<sup>14</sup> propunha o controle do governo sobre somente 1000 empresas estatais de elite, manter o controle de outras 14.000 e promover fusões, privatizações ou permitir falência de outras 96.000. Outros estudos como o promovido pela National Bureau of Statistics (1996) apontava que o controle do Estado sobre a economia não estaria comprometido mesmo se ele fosse reduzido a somente 25%.

Essa estratégia de “segurar as grandes” foi confirmada em 1996 com a Relatório sobre o 9. Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, onde se lê (NPC, 1996):

Institutional reform must be coupled with optimization of investment structure in order to selectively support those who are competitive and strong and allow the fittest to survive and prosper. The weak should be eliminated by merger, acquisition and bankruptcy to improve efficiency and reduce headcount... A number of key industries and business groups must be properly managed in order to use their capitals to trigger the reform and growth of other enterprises to pump up the entire economy.

A todo esse grande ciclo de inovações institucionais está incorporado uma ideia que foi se tornando fixa ao longo das reformas econômicas até então e que consistia na transformação dessas empresas estatais em GCEE a partir de um processo de “corporatização” a partir de leis e medidas lançadas entre os anos de 1993-94. A

---

<sup>14</sup> “China - Reform of state-owned enterprises”. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/114421468770439767/China-Reform-of-state-owned-enterprises>

ideia seria o (lento) desaparecimento das empresas estatais entrando em seu lugar as GCEE (Clarke, 2003, citado por Naughton, 2007, p. 314), que poderiam variar de espécie chegando a se tornar empresas com ações na bolsa (joint-stock corporation). Isso seria possível por conta da Lei das Companhias (Company Law) que consagrou a completa, ou ao menos a tentativa, de separar gestão e propriedade, em que a gestão deveria ficar a cargo de administradores formados em gestão e com capacidade técnica comprovada.

Naughton (2007, p. 316) demonstra até que ponto esta Lei das Companhias estava funcionando na prática, após dez anos de implementação:

Despite the fundamental importance of corporatization, actual implementation of the Company Law has been slow. Traditional SOEs are still far from extinct. Indeed, at the end of 2003 there were still 23,000 traditional industrial SOEs, producing one-third of state-sector output, while there were 11,000 state-controlled corporations (not TSOEs) producing two thirds of state-sector output. Corporatized firms were four times the size of TSOEs, on average (SYC 2004, 513). (...)

Evidentemente que uma reforma – que visava transformar um regime de propriedade nascido e desenvolvido durante décadas e que comportava um tipo de economia não voltada ao mercado, com previsão de cargos vitalícios e estrito controle por um emaranhado de instituições burocráticas – não poderia ocorrer da noite para o dia. Para isso uma grande agência foi criada em 2003 (SASAC<sup>15</sup>) e que, em grande medida avançou na conclusão da Company Law. Não obstante, implicações políticas e sociais devem ser levadas em consideração neste tipo de análise. Dizemos isso para deixar claro que muitas vezes

---

<sup>15</sup> SASAC é a sigla de “State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council”. Trata-se da agência responsável pela gestão dos ativos estatais nas GCEE. Porém, é muito claro que esta agência é a maior responsável na transformação das velhas empresas estatais em GCEE capazes de enfrentar a concorrência dentro e fora do país. A nosso ver a SASAC pode ser considerada a “manager” do socialismo de mercado na China. Sobre a SASAC, seu desenvolvimento e papel que joga no sistema econômico e empresarial chinês, ler Chen (2017)

as análises acadêmicas pecam pela falta de totalidade, fixando somente em aspectos puramente econômicos/empresariais. Vejamos, não se tratou de uma reforma qualquer, mas de uma reforma com capacidade não somente de reorientar estratégias empresariais ou objetivos de curto, médio e longo prazos de um governo, mas sobretudo de dar um contorno definitivo sobre a essência da NFES que está emergindo. É esse o grande corpo empresarial que se tornou a ponta-de-lança do Estado nacional chinês à execução de grandes projetos, dentro e fora do país. Trata-se do elemento nuclear da base material da NFES e da Nova Economia do Projeto, que tem nas GCEE sua gênese.

### 3. SOBRE A “ECONOMIA DO PROJETO” E A “NOVA ECONOMIA DO PROJETO” NA CHINA

Algumas questões são fundamentais a serem respondidas não somente no escopo deste artigo, mas sobre as relações e as implicações à teoria econômica do acelerado processo em curso na China. O que seria a Economia do Projeto observada – de forma visionária e única por Ignacio Rangel no livro “Elementos de Economia do Projeto” lançado em 1959? Como foi a evolução desta “nova economia” desde então e como ela ressurgiu na China sob a forma de um novo modo de produção interno à NFES? A primeira questão, na verdade é respondida por Castro (2014, p. 202) <sup>16</sup>:

A leitura de seu conteúdo revela o objetivo do autor. Construir, a partir do acervo da ciência econômica, com todas suas escolas e distintas abordagens, uma teoria econômica da economia do projeto, entendida esta como

---

<sup>16</sup> Curiosamente, e paradoxal, apesar de ser reconhecido como “provavelmente o mais original analista do desenvolvimento econômico brasileiro” (Bresser Pereira e Rego, 1993, p. 98), Rangel é um autor ainda pouco lido e discutido pelo grande público interessado em temas brasileiros, incluindo os economistas. O livro “Elementos de Economia do Projeto” é uma obra de 110 páginas, altamente técnica e de difícil compreensão aos iniciantes na matéria. Trata-se de uma leitura, dada a completa liberdade do autor em trabalhar com diversas escolas de pensamento – porém amplamente balizado pelo *historicismo germânico* e o *materialismo histórico* – e ser feita mais de uma vez e com o máximo de cautela e cuidado para acompanhar o raciocínio e o intento, seminal, do autor.

a economia que o processo histórico estava desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética.

### 3.1. CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA “ECONOMIA DO PROJETAMENTO”

Tomando a obra de Rangel como um conjunto, a ideia do surgimento de uma “Economia do Projeto” guardava coerência com a visão do autor – influenciada por Kant – para quem a economia, sendo uma ciência social, logo matéria histórica por excelência, consequentemente, é sensível a um duplo processo evolutivo, o nomenal e o fenomenas (Rangel, [1956] 2005, p. 204). Tendo como pressuposto o caráter histórico e, consequentemente, o duplo caráter evolutivo da ciência econômica, os limites de fronteira com os desígnios da “economia vulgar”, tornam-se mais claros. Para Rangel ([1956] 2005, p. 204-205):

O conceito vulgar admite explicitamente apenas a evolução fenomenal da economia. Cada nova teoria surge como resultado de uma representação mais precisa da realidade transcendente, a qual, explicitamente, permaneceria sempre igual a si mesma. Assim a análise smithiana seria, em comparação com a fisiocrática, apenas uma representação mais perfeita, que considera certas facetas que Quesnay e seus amigos uniria a análise neoclássica à clássica, a keynesiana à neoclássica.

A evolução “nomenal” está diretamente relacionada à história, isso significa que o projeto percebido por Rangel na evolução do capitalismo sob o Consenso Keynesiano, mas sobretudo na evolução econômica da União Soviética<sup>17</sup>, era algo mais prático (fenômeno) que se desenvolvia (e se desenvolve) em paralelo com as teorias e categorias (nômeno) que evoluem no tempo e se alimentam com

---

<sup>17</sup> Em 1957 a União Soviética mostrava ao mundo a face mais avançada de sua nascente Economia do Projeto com o envio do primeiro ser vivo ao espaço, a cadela Laika. Quatro décadas antes sua economia era predominantemente semifeudal.

os problemas e soluções enfrentadas por aproximações sucessivas e sistematizando experiências dos analistas (Castro, 2014, p. 206).

Em resumo, significa que a evolução histórica e as novas formas de produzir e planificar a produção de mercadorias dão margem ao surgimento de teorias mais capazes de explicar o processo histórico e presente. É sob esse prisma que se deve perceber, em seu devido tempo a Economia do Projeto e a Nova Economia do Projeto à atualidade. O ponto de partida de Rangel é evidenciar o custo e o benefício como as categorias fundamentais do projeto. Segundo o próprio autor ([1959] 2005, p. 366 e 367)<sup>18</sup>:

Custo e benefício, no sentido aqui usado, são as categorias fundamentais do projeto: abstrações úteis para o encaminhamento da solução de problemas implícitos, (...). Toda a teoria do projeto não passa, em última instância, de um esforço para precisar estes dois termos, para com eles construirmos uma razão (...)

Para além das categorias fundamentais do projeto, ao menos duas passagens do autor são fundamentais à construção da hipótese, conforme segue ([1959] 2005, p. 367):

A missão do projeto econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo sob o ponto de vista econômico”; “Riqueza é a qualidade que têm certas coisas de serem úteis à sociedade humana (...)

Das passagens acima, e seus negritos, podemos apreender algumas características fundamentais e iniciais da Economia do Projeto. A primeira, é o papel da planificação na alocação de fatores nacionais de produção e recursos<sup>19</sup>. Daí o sentido do termo razão como a algo a ser construído na busca do bom termo entre custo e benefí-

---

<sup>18</sup> Negrito nossos.

<sup>19</sup> Para fins de plena utilização de mão de obra, na macroeconomia da Economia do Projeto, a alocação de recursos – via plano – pode e, circunstancialmente, deve ocorrer sem elevação da técnica (Castro, 2014, p. 219).

cio. Este bom termo entre custo e benefício é alcançado via submissão do projeto às necessidades materiais e espirituais da nação e de toda a população afetada pelo próprio projeto. Aqui Rangel, e nós, nos esquivamos de alguma polêmica que existiu sobre as diferenças entre plano e projeto – sendo que a nós é claro que planejamento se relaciona também com variáveis macro enquanto que o projetamento é micro, algo com relação direta ao desenvolvimento das empresas e seus projetos. Em relação a uma formação econômico-social capitalista, o que é o elemento específico da (Nova) Economia do Projetamento? Qual o nômene do novo momento da história que possibilitou o desenvolvimento deste novo modo de produção? Em primeiro lugar, ainda partindo dos negritos das passagens selecionadas, a “Economia do Projetamento” rangeliana pode ser definida nos marcos da maxirracionalização do processo de produção, o que coloca essa economia no extremo oposto da atual dinâmica de acumulação dominante, a financeirização<sup>20</sup>. Neste sentido, essa economia coloca-se, também, muito distante do keynesianismo armamentista dos Estados Unidos e demais formações econômico-sociais tanto capitalistas quanto socialistas. Retornando, a Economia do Projetamento, com novos germes surgindo na China, é uma economia que, como qualquer outra, busca construir valor de uso, utilidade. Nos antecipando a alguma polêmica anexa a esta afirmação, como Castro (2014) reconhecemos problemas de métrica na detenção da utilidade como categoria de referência. Mas ao relacionarmos esta categoria com uma visão mais aristotélica e próxima da desenvolvida por Marshall<sup>21</sup>, nos afastamos do paradigma neoclássico em que a maximização da utilidade pode ser vista como uma resposta do indivíduo confrontado com a concorrência e o mercado – logo, porta-

---

<sup>20</sup> Sobre a financeirização como padrão sistêmico de acumulação, ler Braga (1997)

<sup>21</sup> “As coisas são úteis quando o homem pode satisfazer suas vontades a partir dela” (Rangel, [1959] 2005, p. 367). Segundo Castro (2014), eis uma passagem francamente marshalliana em Rangel.



dor de uma subjetividade presa à parâmetros, do ponto de vista marxiano, do último estágio pré-história da humanidade (capitalismo).

Sobre a diferença de nômene entre uma economia capitalista e a Economia do Projeto, o nômene de uma economia capitalista reside no mercado como impulso e base da construção de riquezas tendo o valor como referência fundamental. Em uma Economia do Projeto, a mercadoria como núcleo da sociedade e dos sistemas social e de valores morais e moralizantes (por exemplo, o fetiche da mercadoria como estado de consciência de uma sociedade) é superada por outra, onde seu *nômene* é o projeto produtor utilidade onde a síntese da relação custo/benefício é sintetizada sob a forma de riqueza a ser apreendida de forma social. Logo e resumindo, em uma Economia do Projeto, segundo Castro (2014, p. 208):

A categoria utilidade (...) é a nova base para o cálculo econômico. Plano e projeto, através de seleção de técnicas e alocação de recursos, são seus instrumentos fundamentais. Isto difere do capitalismo onde a produção de valores de uso é regulada pelo mercado através do valor, seja ele explicado pelo trabalho, para os clássicos, ou pela a utilidade marginal, para os neoclássicos.

A citada *maxirracionalização do processo de produção* pode ser percebido como uma consequência do que Rangel ([1959] 2005, p. 378) chamava de “convite à mudança”, representados pelos efeitos globais e específicos de cada projeto ao conjunto da economia e da sociedade. De forma hegeliana – em divergência aberta às noções cepalinas e caudatárias da teoria do “desenvolvimento equilibrado” de Rosenstein-Rodan (1943) – é muito caro a Rangel *a noção do processo de desenvolvimento não como uma busca permanente pelo equilíbrio, mas como um processo que ocorre a partir da introdução de causas de novos desequilíbrios de natureza especial*. Ao autor, as mudanças (desequilíbrios), em última instância, assumem duas formas, uma de ordem tecnológica e outra mais relacionada à distribuição dos recursos sociais entre as diferentes indústrias ([1959] 2005, p. 379).

*De forma menos abstrata, podemos conceber que o projeto chega ao planejamento via saltos de um desequilíbrio a outro até o momento em*

*que a tecnologia se transforma em instrumento fundamental à atração que a razão pode exercer sobre o processo produtivo.* Mantém-se uma lógica fundamental do processo de desenvolvimento: com a técnica elevando a patamares superiores a divisão social do trabalho, mudando – assim – a face do sistema. Tomando no conjunto todas as observações acima, sem meias palavras, Rangel estava tratando do modo de operação de uma economia, sem nenhuma dúvida, de caráter e estratégia socializantes. Isso fica subentendido nas palavras do próprio autor ao afirmar, Rangel, que ([1959] 2005, p. 378)<sup>22</sup>:

O projeto de desenvolvimento é aquele que, por si e pelas mudanças induzidas nos outros, conduza ao resultado buscado da elevação da utilidade *per capita*.

### 3.2. RENASCE NA CHINA A ECONOMIA DO PROJETAMENTO

Voltemos a uma análise histórico/conjuntural. A Economia do Projetamento vista surgir por Rangel tinha a União Soviética sua mais notável expressão em que o progresso técnico não abdicava da convergência entre produção de utilidade e pleno emprego de fatores humanos. O colapso da União Soviética levou à regressão, no mundo, da Economia do Projetamento em prol da financeirização e do keynesianismo militarizado sob comando do imperialismo

---

<sup>22</sup> O caráter humanístico da percepção rangeliana está na apreensão do desemprego como uma circunstância inerente ao capitalismo. A nossa leitura da proposta de Rangel nos leva a crer que a Economia do Projetamento (que pode ser lida como “socialismo”) é a superação desta circunstância (desemprego), levando à criação de uma “macroeconomia do projeto” voltada completamente a esta proposta de superação. Conforme Rangel ([1959] 2005, p. 405): *O projetista, ao decidir entre duas técnicas, deve sentir-se agente da sociedade, o que exige que nada aceite sem exame. Sua ação deve ser orientada por um plano-mestre geral (...) e esse plano será diferente segundo haja ou não desemprego. A ele deve subordinar-se toda a sua ação, como tático do desenvolvimento, que é. Se há desemprego, deve trabalhar para induzir o emprego pleno; alcançado este, deve buscar a gradual retirada do trabalho dentre os fatores de produção.* Essa noção é novamente alçada à tona pelo mestre maranhense afirmando Rangel ([1959] 2005, p. 433): *Nesse caso, a estratégia geral do desenvolvimento deve ajustar-se a esta circunstância, e o projetista, como tático do desenvolvimento, deve ajustar seus critérios a essa circunstância.* Para fins de plena utilização de mão de obra, na macroeconomia da Economia do Projetamento, a alocação de recursos – via plano – pode ocorrer sem elevação da técnica (Castro, 2014, p. 219).

norte-americano<sup>23</sup>. Novas e poderosas formas de dominação neocolonial aparecem sob o enredo de aberturas comerciais e financeiras acompanhadas por institucionalidades internacionais criadas à manutenção de uma “nova ordem dos mercados”<sup>24</sup>. Surge uma crise ambiental sem precedentes, tendo a China, inclusive, como núcleo.

Ataques aos direitos sociais e sindicatos na Inglaterra sob Thatcher e o retorno da antiga noção do desenvolvimento puxado pela oferta em detrimento da valorização do trabalho e de princípios de solidariedade como regras da Economia do Projeto rangelianna, afastaram aquela formação econômico-social do projeto como forma de gerar riqueza e utilidade ao bem-estar humano. No caso norte-americano a política de desoneração fiscal dos mais ricos tem gerado uma sociedade cuja marca é a crescente desigualdade.

A União Europeia ao fazer definhar a liberdade fiscal de seus entes asfixiou a capacidade de projetar e planificar distintas economias nacionais, gerando realidades díspares como a existente entre a poderosa Alemanha e uma periferia europeia exposta e fragilizada. O progresso técnico observado desde o surgimento de novos paradigmas tecnológicos no Japão, em grande medida, não foi posto à produção de utilidades em prol do bem-estar humano. Ao contrário, alimentou a lógica financeirizada, conforme Guttmann (2008, p. 18):

A força propulsora desse progresso tecnológico, centrado em capacidade de comunicação e processamento de informações muito aprimorados nas redes planetárias (internet, SWIFT, CHIPS etc.), presta-se a malhas de transações financeiras e transferências de dinheiro para além das fronteiras

---

<sup>23</sup> Segundo Fiori (2007, p. 88), durante a era Clinton, os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 operações. Sobre o *keynesianismo militarizado* ler Rangel (1983), Tavares (1985) e Medeiros (2003)

<sup>24</sup> Sobre a “nova ordem dos mercados” e o retrocesso percebido ao nível da teoria econômica ler Fiori (1997) e Bresser-Pereira (2009). Belluzzo (1997), aponta para a falácia inerente às noções propagadas pelo Consenso de Washington e para a intensificação do papel do Estado no processo de “globalização”.

nacionais. Dada a mobilidade inerente do dinheiro, o impulso entre fronteiras das finanças tem dirigido o processo de globalização mais amplo.

Formações econômico-sociais asiáticas e desenvolvimentistas como a Coreia do Sul e o Japão, muito por força da geopolítica e do peso dos EUA sobre seus próprios projetos, viram-se praticamente arrastados à ordem financeirizada que passou a marcar as relações “norte-sul” desde a segunda metade da década de 1990 (Wade, 2006 e 2008). Nesses países, as possibilidades ao projeto foram diminuídas na mesma proporção em que o Estado foi perdendo o controle sobre seus respectivos braços financeiros.

•••

Propomos três marcos de análise fundamentais para compreender o renascimento, na China, da Economia do Projeto:

O primeiro já foi abordado ao analisarmos o processo de recomposição do setor estatal da economia chinesa com a corporatização das antigas empresas estatais e a formação das GCEE sob controle da SASAC. Já o segundo marco são as formas de evolução das políticas industriais chinesas, sobretudo desde o 10. Plano Quinquenal (2001-2005). O terceiro são as transformações pelas quais tem passado a planificação econômica como estratégia de desenvolvimento e como ela tem sido capaz de moldar e ser moldada por uma economia em que o projeto pode tomar o lugar do mercado como núcleo da economia e do novo modo de produção (interno ao setor estatal/socialista) que se desenvolve na NFES.

Iniciemos com uma assertiva de Aglietta, que discordando da possibilidade da estagnação secular vai mais longe ao apontar que o novo ciclo de inovações terá a China como palco central, segundo ele (2016, p. 124):

A revolução industrial que será necessária para mitigar os danos ambientais e adaptar habitats hostis envolveria bens públicos transnacionais, investimentos pesados e instituições para lidar com novos riscos sistêmicos. A China não só tem uma necessidade aguda,

mas também os recursos financeiros e a vontade política de alocar grandes reservas de poupança para essa prioridade suprema.

Simultaneamente, transformações revolucionárias estão ocorrendo no campo da esfera produtiva com o processo de espraiamento/surgimento de novos paradigmas tecnológicos, processo este comumente chamado de 4ª Revolução Industrial, criando um novo padrão de manufatura com impactos sobre o mundo ainda inimagináveis<sup>25</sup>. Segundo Coutinho (2018):

A indústria do futuro fará parte dessa imensa rede digital global em processo de formação. A automação industrial será articulada pela internet englobando todas as cadeias produtivas desde o suprimento de matérias-primas, insumos, partes e subconjuntos, passando pelos processos de manufatura, distribuição, comercialização e chegando até os consumidores. A possibilidade de virtualizar, *on-line* ou em tempo real, o funcionamento de cadeias inteiras, através de sistemas avançados de computação, permitirá otimizar significativamente a eficiência e a produtividade (...). Este novo padrão de manufatura conectada e inteligente também usufruirá de notáveis avanços na robótica e na chamada manufatura aditiva (impressão em 3D). As máquinas, equipamentos, robots, impressoras 3D ganharão capacitações cognitivas próprias, com base nos avanços da Inteligência Artificial (IA). Com efeito, a digitalização conectada das redes de produção propiciará a acumulação de dados em grande escala (a chamada Big Data).

É implícito que a China é parte deste esforço internacional para alcançar a fronteira da tecnologia. E a Nova Economia do Projeto tem essa distinção, pois sua existência é condicionada à absorção e à produção da técnica mais avançada existente no mundo. Esse esforço chinês que a tem colocado entre partícipes desta corrida, que já se transformou em uma guerra comercial e tecnológica com um fim imprevisível, nasce na primeira década do presente século e tem razão na exaustão do crescimento com tecnologia importada e conseqüente declínio da complementaridade tecnológica

---

<sup>25</sup> Sobre as conseqüências deste processo de transformação no campo da tecnologia, ler Coutinho (2018).

com os EUA e o Japão (Medeiros, 2017)<sup>26</sup>. Exaustões na dinâmica chinesa de desenvolvimento, até então, poderiam ser percebidas em um modelo que pouco privilegiou a distribuição de renda nos 20 primeiros anos das reformas e que foi assentando-se muito no investimento em detrimento do consumo. Bom afirmar, também, que a referida dinâmica de acumulação também atingiu um limite tendo vista o alto custo ambiental do processo. A Nova Economia do Projeto na China pode ser vista como uma resposta a estes desafios.

•••

As políticas industriais chinesas, neste século, passaram a ser mais proativas em matéria de produção de inovações endógenas com busca constante do estado da arte em matéria de desenvolvimento técnico. *É esta natureza proativa que abre espaço ao projeto como provável sucessor do mercado como o núcleo do funcionamento da economia*; o surgimento e a corporatização das GCEE as colocaram na linha de frente do progresso técnico e na gestão de novas e superiores formas de planificação perceptíveis pela incorporação do “progresso técnico” à economia real. O caso das ferrovias de alta velocidade é exemplar e nele a China atingiu a fronteira tecnológica<sup>27</sup>. Segundo Lo e Wu (2014, p. 320):

*In this connection a new model has emerged in recent years, in which the main vehicles of the development of frontier technology are the SOEs. The development of high-speed railway technology is a prominent case.*

---

<sup>26</sup> Algumas informações complementares. Desde o 11. Plano Quinquenal (2006-2010) a prioridade são investimentos em tecnologias centrais como semicondutores e softwares e desde 2010 incluiu-se a corrida em torno do domínio das técnicas de Inteligência Artificial e algumas GCEE em conjunto com a Huawei já projetam a plataforma 6G. Entre 2005 e 2010 os investimentos estatais em C, T e I aumentaram em 170% Relatório referente ao ano de 2018 da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) indica que dos cerca de 12 milhões de pedidos de registo de patente, 5,7 milhões foram originários da China. Sobre a evolução recente da China na indústria de semicondutores ler Majerowicz e Medeiros (2018) e Majerowicz (2019).

<sup>27</sup> Os EUA não possuem uma única ferrovia de alta velocidade.

*(...) China started to import world-frontier technology in high-speed rail in 2004, with the targets of building up 200 km/hour trains in the first stage and 250 km/hour trains by 2009 (...). The targets were more than achieved. Not only did domestic firms fully assimilate the imported technology, but they also managed to improve upon it. By 2010 quite a number of railways had put into full operation trains with speeds ranging from 250 km/hour to 350 km/hour. By 2011 an entirely domestically produced train even managed to test the speed of 500 km/hour.*

As ferrovias de alta velocidade na China, o surgimento de cadeias produtivas afins e ancilares e a rápida implantação de linhas de trens com estas características em todo o país são prova indiscutível de uma economia cada vez mais centrada no projeto com o planejamento se capacitando ao exercício de alocação de recursos para grandes projetos. A fronteira tecnológica a ser alcançada ainda demanda esforços em matéria de investimentos estatais maciços nada pequenos. O “esforço maior” no rumo da conformação de um novo e mais avançado modo de produção pode ser percebido no megaprojeto “Made in China 2025” lançado em 2015<sup>28</sup>. De imediato afirmamos que, caso o plano obtenha êxito, a China provavelmente se colocará como a maior potência tecnológica do mundo no presente século. Com todas suas consequências geopolíticas anexas.

O plano é referenciado em metas que buscam colocar o país no estado da arte do desenvolvimento técnico. O mais interessante são as dez setores-chave do projeto, a saber: 1) novas tecnologias de informação; 2) ferramentas de controle numéricos e robóticos; 3) equipamento aeroespacial; 4) equipamentos de engenharia oceânica e chips de alta tecnologia; 5) equipamento ferroviário; 6) economia energética e novas fontes de energia; 7) equipamentos elétricos; 8) novos materiais; 9) biomedicina e equipamentos médicos e 10) maquinário agrícola. Destacamos, nas entrelinhas do projeto a importância crucial dada aos dispositivos de Inteligência Artificial. A face do organismo econômico chinês caminha a passos lar-

---

<sup>28</sup> Sobre o Made in China 2025, ler State Council (2015).

gos a patamares superiores de produção e produtividade. A nosso ver muda, também, as problemáticas anexas a uma planificação que deve se adequar a uma economia nucleada pelo projeto, não mais pelo mercado em si. Eis o terceiro marco das recentes transformações internas ao setor socialista da economia chinesa: *as novas formas de planificar em um novo ambiente e em outros marcos tecnológicos.*

Por fim, a evolução da planificação da economia chinesa deve levar em conta três ocorrências: ( 1) a internalização com sucesso da planificação central de tipo soviética, responsável por construir a base industrial pré-reformas de 1978; (2) a “fabricação do mercado” a partir de 1978 e a corporatização das antigas empresas estatais via surgimento das GCEE e da SASAC completa a transição de uma economia centralmente planificada a algo que pode ser nomeado de planejamento compatível com o mercado. Essa modalidade de planificação não é válida somente ao socialismo. Porém, avançar à Nova Economia do Projeto (socialismo) sob as restrições de um mundo ainda sob dominância de formas capitalistas mercantis de produção e troca de valor implica a adoção de uma abordagem de planejamento adequada, solidamente fundamentada em uma vasta gama de informações e previsões, e que deve necessariamente ser compatível com o mercado. A compatibilidade do mercado é uma condição necessária para que qualquer tipo de planejamento seja sustentável em última análise. Consistentemente, uma intervenção política compatível com o mercado é aquela que, embora possivelmente ineficiente de acordo com a estrutura de preços relativos atualmente existente, visa alcançar resultados socioeconômicos superiores em longo prazo.

Exemplo muito sugestivo dessa forma de observar a planificação estão nos resultados surpreendentes que a China tem alcançado em material de “indústria verde” ; (3) O avançar da técnica na China e a transformação em economia de escala de produtos que são frutos da mais avançada técnica disponível enceta a lon-



ga transição de uma economia (e consequentemente, o planejamento) a formas não mais baseadas ou compatíveis ao mercado.

O surgimento dos primeiros sinais de uma madura Nova Economia do Projeto indica mudança qualitativa em nível de planejamento: deixando de ser, de forma lenta, compatível ao mercado para ser geradora de mercado futuro voltado à solução de grandes óbices que afligem a contemporaneidade, como a questão ambiental. Por exemplo, em 2017 um quinto de todos os carros elétricos do mundo foram vendidos em apenas seis cidades chinesas onde já existe legislação restringindo a utilização de carros movidos por combustíveis fósseis. Em 2025, projeta-se a venda de 11 milhões de carros elétricos, sendo que deste montante 19% serão vendidos na China, 14% em toda a Europa e 11% nos Estados Unidos. No ano de 2040 a previsão é que 40 milhões de veículos elétricos estarão rodando na China (WEF, 22/05/2018). A cidade de Shenzhen foi escolhida recentemente para ser a “cidade modelo socialista”. Atualmente nesta cidade o transporte público e os táxis não são movidos a gasolina ou diesel. As técnicas inerentes ao Big Data serão postas à serviço da administração e governança da cidade. Segundo He Lifeng (SCMP, 01/11/2019), ministro em exercício, da Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma da China:

*We [China] will be the world's first modern powerhouse not built on the road of capitalism, but by practising socialism with Chinese characteristics. The leadership of the Communist Party of China is the most essential feature of socialism with Chinese characteristics*

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de apresentar a Nova Economia do Projeto, tentamos demonstrar nesse artigo que a mesma já é uma realidade na China e algo que já vai se posicionando no campo oposto da dinâmica financeirizada que domina a maior parte das formações econômico-sociais capitalistas. Somente esta constatação já seria suficiente para justificar a importância de um projeto ou agenda de pesquisa. Mas existe uma trajetória ex ante. A agenda de pesquisa, que tem

nesse artigo uma de suas sínteses surge não somente das várias indagações que vêm da análise daquele processo de desenvolvimento.

A nós já era perceptível que algo novo estava a emergir, desde a crise financeira de 2008, cuja síntese foi o papel do Estado chinês, de suas GCEE e sistema financeiro estatal no enfrentamento à própria crise. Evidentemente um processo ocorrera ex ante e a nós um caminho fora percorrido desde 1978 culminando no amadurecimento de uma NFES na China aqui tratado na primeira seção do artigo. Porém, o surgimento desta NFES foi se demonstrando apenas como a ponta de um iceberg. A nós, compreender a essência dessas transformações e seus impactos à teoria econômica é o maior desafio das ciências sociais em nossa época. Continuando, mudanças revolucionárias internas ao setor público da economia ensejavam o surgimento de uma “nova economia” ou, mesmo de forma mais ousada, de um novo modo de produção resultante da evolução tecnológica verificada no setor público da economia, as 97 GCEE. Como se tratava de algo novo, ocorrendo no tempo presente, as teorias à disposição pouco tinham de oferecer, afinal todas elas (ortodoxas e heterodoxas) surgiram refletindo a história do modo de produção que serviu de base ao próprio surgimento dessas teorias. De forma heterodoxa, podemos dizer que o próprio marxismo para demonstrar sua universalidade deveria se adequar a essa nova realidade. Essa universalidade e capacidade de explicar a Nova Economia do Projeto demanda, a nosso ver, a ressignificação de alguns conceitos marxianos entre tais: 1) formação econômico-social; 2) modo de produção e 3) a lei do valor. É parte de nossa agenda de pesquisa essa tentativa de ressignificação desses conceitos. É exatamente essa “ressignificação” que nos levou a Ignacio Rangel e sua “Economia do Projeto”. O encontro com Ignacio Rangel e um livro completamente desconhecido do grande público abriu novas possibilidades, pois fenômeno semelhante – ocorrido, principalmente, na URSS e em outras economias capitalistas – já havia sido objeto de análise dele. De uma genial análise, diga-se de passagem.

O nosso trabalho tem sido reviver e perceber o “grau de acerto” de Rangel na hipótese por ele originalmente levantada. Aquela Economia do Projeto até então proscria, ressurgiu na China

como parte da superação das contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento. Ao gerar soluções às próprias contradições, é imensurável o poder de indicação ao mundo de novas possibilidades não somente em termos de acumulação, mas mesmo de ampliação de possibilidades à própria humanidade. A maxirracionalização do processo de produção é o caminho que liga a superação, mesmo que muito lenta e em remota possibilidade futura, de uma economia nucleada pelo mercado a outra pelo projeto produtor de riqueza e utilidade voltada ao bem comum. O exemplo do crescimento exponencial da indústria verde na China, o projeto futuro de uma cidade de 12,5 milhões de habitantes (Shenzen) são provas das possibilidades apontadas por nós com o advento da Nova Economia do Projeto. Elaboração esta que em Rangel coloca a ciência econômica a serviço da humanidade, antítese do *homo economicus*.

Encerramos com as singelas palavras de Castro (2014, p. 222) que colocam em termos filosóficos e humanistas a proposta de nossa agenda de pesquisa e a própria influência do humanista Ignacio Rangel sobre nossas propostas: “(...) uma antropologia filosófica que pensa o homem em sua afirmação racional, sem fetiches e senhor de seu destino. A crença no progresso e traços prometeicos na relação com a natureza completam uma visão que tem raízes no racionalismo clássico. O socialismo não é um fato fortuito, é o devir esperado que está sendo construído historicamente.”

## REFERENCIAS

AGLIETTA, M. “America’s slow down”. *New Left Review*, 100, p. 119-128, 2016.

ARRIGHI, G.: *Adam Smith in Beijing*. Verso: New York/London, 2007.

BANDEIRA, L. *A Segunda Guerra Fria – Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BELLUZZO, L. “Dinheiro e transformações da riqueza”. In TAVARES, M, C, e

FIORI, J.L. Poder e dinheiro. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGA, J. C. “Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In TAVARES, M, C, e FIORI, J.L. Poder e dinheiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. : “Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica”. Estudos Avançados. N. 23 (66), p. 1-17, 2009.

BURLAMAQUI, L. “Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach”. Brazilian Review of Political Economy, v. 4, n. 141, p. 728-744, 2015.

CASTRO, M. H. “Elementos de economia do projeto”. In HOLANDA, F, M.; ALMADA, J. e PAULA, Z. A. In Ignácio Rangel, decifrador do Brasil. São Luís: Edufma, 2014.

CHEN, Z. “Governing Through the Market: SASAC and the Resurgence of Central State-owned Enterprises in China”. A PhD thesis submitted to the University of Birmingham for the degree, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/48e5/2accaaf28ab7d70823d9f74b9d9f2fe44fa6.pdf>. Acessado a 20/10/2019.

COUTINHO, L. A 4º Revolução industrial: criativa ou disruptiva para o Brasil? Princípios. N. 150:30-38, 2018.

ENFU, C; XIAOQIN, D. A Theory of China’s ‘Miracle’. Monthly Review, v. 68, n 8, p. 12-23, January, 2017.

FIORI, J. L. “Globalização, hegemonia e império”. Poder e dinheiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FIORI, J. L. “A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul”. Oikos, n. 8, p. 77- 106, 2007.

GABRIELE, A. “The role of state in China’s industrial development: A reassessment”. Comparative Economic Studies, v. 52, p. 325–350, 2010.

GABRIELE, A.; SCHETTINO, F. “Socialist market economy as a distinct Socio-

-Economic Formation internal to the modern Mode of Production”. *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, v. 5, n. 2, p. 20-50, 2012.

GORDON, R. Is “US economic growth over? Faltering innovation confronts the six headwinds”. NBER Working Paper, n. 18315, APRIL, 2012.

GUTTMANN, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 82, 2008.

HOLTZ, C. “The Unfinished Business of State-owned Enterprise Reform in the People’s Republic of China”. Munich Personal RePEc Archive, 2018.

JABBOUR.; DANTAS, A. “The political economy of reforms and the present Chinese Transition”. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.

JABBOUR E.; DANTAS, A. “Na China emerge uma Nova Formação Econômico-Socia”. *Princípios*, nº 154, p.70-86, 2018

JABBOUR, E.; PAULA, L. F. “A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman”. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.

JABBOUR, E.; BELLUZZO, L. “Quando o socialismo fabrica o mercado”. *Carta Capital*, n. 1324, p. 40-43, 2019.

JABBOUR, E.: Pode a China crescer mais? *Le Monde Diplomatique*, 23/01/2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-china-pode-crescer-mais/>

KANG, H. *China’s Township and Village Enterprises*. Beijing: Foreign Language Press, 2006.

KEYNES, J.M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 1936.

KI, S.; YUK-SHING, C. “China’s tax reforms of 1994: breakthrough compromi-

se?” *Asian Survey*, v. 34, n. 9, p. 769-788, 1994

LIN, J. Y. *Demystifying the Chinese Economy*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2012.

LO, D.; WU, M. “The State and industrial policy in Chinese economic development”. In: SALAZAR-XIRINACHS, J. M.; NUBLER, I.; ZOZUL-WRIGHT, R. (Eds.). *Transforming economies*. Geneva: International Labour Office, 2014.

MAJEROWICZ, E; MEDEIROS, C. “Chinese Industrial Policy in the Geopolitics of the Information Age: The case of semiconductors”. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 35-61, 2018.

MAJEROWICZ, E. “China and the International Political Economy of Information and Communication Technologies. *Textos para Discussão*. UFRN, 2019.

MAMIGONIAN, A.: “A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng”. In, DEL ROIO, M.: (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Ícone, 2008.

MASIERO, G. “Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas”. *Revista de Economia Política*, v. 26 (103), 2006.

#### SITES DE NOTÍCIAS E DOCUMENTOS

China Injects \$126 Billion Into Its Slowing Economy. *New York Times*, 09/06/2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/06/business/china-economy-reserve.html>. Acessado a 01/11/2019.

Trade War Update: More China Stimulus, Fewer China. *Forbes*, 18/09/2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2019/09/18/trade-war-update-more-china-stimulus-less-china-shoppers/#6bcde36c33f5>. Acessado a 02/11/2019

China's Shenzhen is using big data to become a smart 'socialist model city'. *South China Morning Post*, 01/11/2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3035765/chinese-city-shenzhen-using-big-data-become-smart-socialist>. Acessado a 02/11/2019

It's World China. Fortune, 22/07/2019. Disponível em: <https://fortune.com/longform/fortune-global-500-china-companies/>. Acessado a 02/11/2019.

China is leading a surge in electric vehicle sales. World Economic Forum, 22/05/2018. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2018/05/china-surge-electric-vehicle-sales/>Acessado a 25/07/2019.

World Bank: China - Reform of state-owned enterprises. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/114421468770439767/China-Reform-of-state-owned-enterprises>. Acessado a 25/10/2019.

# A competição entre Estados Unidos e China e o Governo Biden

LUÍS ANTONIO PAULINO<sup>1</sup>

MARCOS CORDEIRO PIRES<sup>2</sup>

## I – INTRODUÇÃO

**P**elo menos desde 2011, quando Barack Obama lançou sua estratégia de um “pivô para a Ásia”, a comunidade internacional tem assistido o aumento da competição entre Estados Unidos e China. Durante o governo de Donald Trump (2017-2020) houve uma escalada nas tensões por meio de uma série de iniciativas que buscavam conter a ascensão da China, desde a guerra comercial, passando por sanções às empresas chinesas de tecnologia até a restrição de exportação de microchips ou de equipamentos que possam produzir esses componentes. Além disso, buscando restringir o avanço da empresa Huawei na implantação da rede de Internet de 5G, o governo norte-americano tem pressionado diver-

---

1 Luís Antonio Paulino é professor associado da Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Campus de Marília, diretor do Instituto Confúcio na Unesp e pesquisador do Instituto de Estudos de América Latina da Universidade de Hubei, China.

2 Marcos Cordeiro Pires é professor associado da Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Campus de Marília, Coordenador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-Unesp) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INCT-INEU.



sos países do mundo a bani-la de suas infraestruturas de telecomunicações, medida que teve sucesso parcial, visto que muitos países considerados aliados não se submeteram à pressão norte-americana, inclusive alguns da União Europeia e membros da OTAN. Este conjunto de medidas tomadas pelo governo dos Estados Unidos tem provocado reações das autoridades de Pequim, que buscam se contrapor às sanções e, simultaneamente, organizar estratégias que visam aumentar a resiliência do país frente ao incremento das tensões que, em tese, poderiam levar a uma nova Guerra Fria. Além de reforçar o seu poder naval para enfrentar ameaças no Pacífico Ocidental, o governo da China tem organizado políticas industriais em campos sensíveis de novas tecnologias, como na sofisticação de sua manufatura e no campo da economia digital, como a própria Internet de 5G e em Inteligência Artificial (Diegues; Roselino, 2021). Nesse mesmo sentido, o país buscou firmar acordos internacionais de comércio e investimentos para evitar um isolamento internacional.

Considerando que as medidas adotadas contra a China durante a administração Trump têm amplo respaldo bipartidário, é pouco provável que o governo Biden mude substancialmente a abordagem agressiva de Washington em relação ao gigante asiático. Barrar o avanço da China é hoje, nos Estados Unidos, uma política de estado. Em artigo publicado no número de março/abril de 2020 da revista americana *Foreign Affairs*, intitulado “Porque a América deve liderar de novo”, Biden afirmou que os Estados Unidos precisam ser duros com a China, pois se deixada à vontade ela continuará roubando a tecnologia e a propriedade intelectual dos Estados Unidos e das empresas americanas, continuará a oferecer subsídios para dar vantagens injustas para suas empresas estatais para dominar as tecnologias e indústrias do futuro (BIDEN, 2020).

Segundo o novo presidente dos Estados Unidos, a forma mais efetiva para enfrentar esse desafio é construir uma frente unida dos aliados dos Estados Unidos para confrontar os comportamentos ditos “abusivos” da China, embora admita cooperar com Pequim em questões nas quais seus interesses convirjam, como as mudanças climáticas, a não proliferação de armas nucleares e a segurança sanitária

global. Na perspectiva de Biden, ainda no mesmo texto, os Estados Unidos representam sozinhos um quarto do PIB global e, somado às democracias aliadas, pode dobrar essa força e isso lhes dariam alavancagem para definir as regras do jogo em tudo, do meio-ambiente, ao trabalho, comércio, tecnologia e transparência, de forma que elas reflitam os interesses e valores democráticos. Desse modo, segundo ele, a China não poderá ignorar mais da metade da economia mundial,

A leitura que partido Democrata faz sobre a questão chinesa, portanto, é que o erro de Trump não foi o de ter identificado a China como um “competidor estratégico”, mas o fato de querer enfrentá-la sozinho, ao mesmo tempo que atacava seus aliados tradicionais. De acordo com essa leitura, o governo Biden deveria construir uma ampla coalização internacional em torno dos Estados Unidos para forçar a China a mudar sua política interna e externa.

Considerados esses fatores, é factível prever que a competição entre Estados Unidos e China não será um evento passageiro, mas sim uma maratona que moldará a reorganização da ordem internacional no século XXI. Nesse sentido, os demais estados nacionais deverão ajustar suas estratégias a esse novo contexto, em que emerge possibilidade de uma competição que se assemelha a uma nova Guerra Fria, podendo provocar fissuras no processo de globalização, além de forçá-los a um alinhamento aos arranjos liderados por Washington ou por Pequim.

Frente a esta conjuntura, o objetivo do presente trabalho é o de descrever as características desta competição e refletir sobre o rumo que ela poderá seguir diante da nova administração dos Estados Unidos. Para tanto, dividimos o texto em três partes, para além desta introdução e de uma breve conclusão. Na primeira seção será discutido o contexto internacional do qual emergem as disputas sino-americanas. Em seguida, busca-se descrever os condicionantes que moldam a competição entre ambos os países, como as demandas por maior democracia na ordem internacional, a crise da globalização, a emergência do nacionalismo e a pandemia de Covid-19 e, na terceira seção, buscar compreender o rumo das políticas do novo presidente norte-americano.

no face à China, tendo em vista que durante a campanha eleitoral Joe Biden prometeu adotar uma linha dura contra o governo de Pequim.

## 2 – O CONTEXTO AS DISPUTAS SINO-AMERICANAS

A rivalidade entre Estados Unidos e China é a variável-chave para se compreender os rumos da política internacional para as próximas décadas. Vivenciamos uma disputa em que a potência estabelecida busca conter a ascensão da potência emergente por meio de ações políticas, econômicas, financeiras e militares. Dados os passos até aqui percorridos pelo governo dos Estados Unidos, não se pode desconsiderar a hipótese de ocorrer uma nova Guerra Fria. Entretanto, se isso se consolidar, esta seria muito mais complexa do que aquela ocorrida entre EUA e URSS, pois há novos elementos qualitativos e quantitativos que se distinguem daqueles verificados no período de 1946 a 1991.

Naquele contexto, a competição entre Estados Unidos e a União Soviética pressupunha a contraposição de dois modelos políticos, econômicos e ideológicos. Os blocos militares que então se formaram, como a OTAN ou o Pacto de Varsóvia, se mantinham em equilíbrio por meio da “destruição mútua assegurada”, em que pese a forte concorrência em áreas como o Sudeste Asiático, África e América Latina. Estados Unidos e URSS também possuíam seus próprios discursos proselitistas e concorriam militarmente em todas as regiões do planeta. Além disso, existia um movimento comunista internacional que pressionava a ordem capitalista por dentro, uma vez que partidos, sindicatos e movimentos sociais se converteram em força política importante nos principais países do bloco ocidental. Especificamente do ponto de vista econômico, o bloco socialista se integrava de forma marginal à economia capitalista. No caso da União Soviética, isso se dava basicamente pela exportação de petróleo e outras matérias-primas. Do ponto de vista financeiro, também havia pouca integração e um pequeno fluxo de investimentos diretos e empréstimos governamentais.

Por sua vez, mesmo considerando a coincidência de uma disputa entre um país capitalista e outro socialista, a competição entre China e Estados Unidos é distinta. Isto porque, a política externa

chinesa, diferentemente daquelas de EUA e da ex-URSS, não possui um componente proselitista e tampouco busca exportar seu modelo político-econômico e o seu sistema de valores. Do ponto de vista econômico, a China joga com as regras do jogo, aproveitando a integração produtiva e financeira criada pelo processo de globalização, fato que tornou o país asiático um polo de atração econômico de proporções similares ao dos Estados Unidos: já é o maior exportador e importador do mundo; também possui grandes reservas de divisas, principalmente denominadas em dólares; sua moeda, o RMB, já faz parte da cesta de divisas do FMI e caminha para digitalização e internacionalização; em termos de paridade de poder de compra, o país possui o maior PIB do mundo e, considerando as atuais tendências, deverá ultrapassar a economia norte-americana até o fim da década de 2020 também em termos de dólares correntes. Além disso, o país asiático avança rapidamente em tecnologia de ponta, rivalizando a longa liderança dos EUA em campos como inteligência artificial (IA), telecomunicações, computação quântica e aeroespacial. Já é o país que anualmente forma a maior quantidade de pessoal em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, em número cinco vezes superior ao seu maior rival. (Rosales, 2020:170).

Esta integração da China à economia mundial torna muito complexa a forma como se dá a disputa sino-americana. Isso se pode observar com relação à guerra comercial estabelecida por Donald Trump: apesar de tentar conter o fluxo comercial chinês e de diminuir o superávit comercial os números mostram o oposto. De acordo com o Valor (2020), o déficit acumulado até novembro de 2020 foi de USD 287 bilhões, frente ao déficit de 2016, antes da posse de Trump, que foi de USD 254 bilhões. De forma similar, as tentativas de bloquear os investimentos de fundos norte-americanos na China também falhou. De acordo com matéria do Financial Times (2021), o fluxo de investimentos dos Estados Unidos para a China aumentou em 2020. Além disso, ao citar a consultoria Rhodium Group, informa que os investidores americanos detinham US\$1,1 trilhão em ações emitidas por empresas chinesas no final de 2020 - ou cerca de cinco vezes mais do que os US\$211 bilhões

capturados pelos dados oficiais dos EUA em setembro de 2020. A matéria conclui que “o imperativo capitalista de buscar lucros parece, pelo menos por enquanto, estar em sentido oposto à cautela crescente entre as superpotências”. (Tradução nossa: LAP e MCP)

A complexidade das disputas entre ambas as potências se reflete ainda no relacionamento entre elas e os demais países do mundo. Isso vale para os parceiros asiáticos dos Estados Unidos, como Japão, Coreia do Sul, Singapura, Indonésia, Filipinas etc., como também para o Canadá e países da Europa e da América Latina, que têm na China um importante (senão o principal) parceiro comercial. Nesse contexto, o interregno unipolar do imediato pós-guerra fria está dando lugar a uma ordem multilateral, em que pese o grande peso político, militar, tecnológico e financeiro dos Estados Unidos. Países como a China, a Rússia e a União Europeia tendem a buscar um maior protagonismo nos fóruns internacionais, o que os tem levado a entrar em choque com o interesse norte-americano em muitos campos.

A UE já não se sente confortável com a tutela imposta pela OTAN. A Alemanha, por exemplo, está sendo duramente constrangida pelo governo de Washington para suspender a construção do gasoduto Nord Stream 2, que garante o abastecimento de gás russo pelo Mar Báltico (DW, 2021). Assim como ela possui seus próprios interesses, outros países europeus também buscam uma maior autonomia para tirar proveito das relações com adversários de Washington, como a Rússia ou, mais especificamente, com a China e os investimentos promovidos pela Iniciativa Cinturão e Rota (BRI na sigla em inglês), que estão em curso na Itália, Grécia, Espanha e Portugal.

Um caso português é bastante ilustrativo. Em entrevista ao jornal *Expresso* (2020), de 25 de setembro de 2020, o embaixador dos Estados Unidos em Portugal, George Glass, fez um ultimatum ao dizer que Portugal deveria escolher entre Estados Unidos e China ao tratar de dois temas sensíveis: a implantação da Internet de 5G e a participação de capitais chineses na reforma do porto marítimo de Sines. De acordo com Glass (*Expresso*, 2020): “Se não tivermos parceiros confiáveis na rede de telecomunicações portuguesa, mudará a forma como interagimos com Portugal em termos de segurança e de Defesa”. Especificamente com relação ao porto de Sines, trata-se de um projeto

de €640 milhões em parceria com os chineses que terá um papel chave na Iniciativa Cinturão e Rota, da qual Portugal faz parte desde 2018.

O plano dos EUA para Sines era distinto, pois este seria o porto da Europa continental mais próximo das bacias de xisto dos Estados Unidos na costa leste e está na mesma direção do Canal do Panamá. Por isso, as empresas americanas queriam expandir o terminal de gás natural líquido do porto para aumentar suas exportações de gás para o continente, o que reduziria a dependência da Europa em relação à Rússia. Os comentários pesados do embaixador americano não foram bem recebidos pelo governo e pela imprensa portuguesa. O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa respondeu que o assunto era “uma óbvia questão de princípio que em Portugal, aqueles que decidem o seu destino são os representantes eleitos pelos portugueses e só eles.” (Público, 2020)

Acerca dessa necessidade de a União Europeia encontrar uma maior autonomia com relação aos Estados Unidos, vale citar a entrevista ao jornal Folha de São Paulo, do ex-presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, que afirmou que “À União Europeia falta-lhe ainda a capacidade de projetar poder em termos geopolíticos, nomeadamente na política de defesa e segurança, e em certa medida na política externa” (Folha de São Paulo, 2020)

Ainda relacionado à questão da multipolaridade, é válido considerar a intensificação da competição entre as grandes potências por maior influência no mundo, notadamente pelo encolhimento do papel dos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump. A China possui o já mencionado projeto BRI, que busca integrar infraestruturas na Ásia Central, no Pacífico, no Índico e na África para viabilizar novas rotas no sentido da Europa. A Rússia voltou a ser proativa no eixo eurasiático e no Oriente Médio, como os casos da União Econômica Eurasiática (EAEU) e da participação de forças russas na guerra civil da Síria. A União Europeia busca recobrar o seu papel na África, onde é o maior investidor direto, superando EUA e China (European Council, 2021) e na América Latina (European Council, 2021a), como as tratativas de estabelecer um acordo de livre comércio com o Mercosul, da mesma forma que China com a BRI e o Fórum China-Celac (China-Celac Forum, 2021). Concluindo,

mesmo considerando que a contradição principal se dará entre Estados Unidos e China, a competição internacional entre as grandes potências tenderá a se acirrar. Resta saber dentro de qual escopo, se baseado em regras ou não. Por conta disso, é fundamental compreender os condicionantes desta disputa, como o novo protagonismo econômica da China, a reestruturação da economia mundial e as demandas nacionalista que surgiram em meio à frustração do projeto de globalização.

### 3 – OS CONDICIONANTES DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Primeiramente, é preciso considerar que o mundo unipolar com os Estados Unidos como única potência hegemônica foi um subproduto passageiro do fim da Guerra Fria. A política isolacionista de Trump certamente contribuiu para acelerar a perda de relevância mundial dos Estados Unidos, mas não foi a causa principal. Muito antes de Trump assumir a presidência, em 2016, a posição dos Estados Unidos no mundo já era contestada, dentro e fora dos Estados Unidos. Internamente, pelos efeitos negativos da globalização e o custo das intervenções externas; e fora, pela contestação das potências emergentes à dominância americana no período pós-guerra, principalmente no período posterior a 1991.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta que a ascensão da China à condição de grande potência, assim como retorno da Rússia ao cenário geopolítico global e o crescente distanciamento entre Europa e Estados Unidos são fenômenos que têm ganhado força e que remontam pelo menos ao início deste século. Esse movimento leva à uma maior reivindicação pela democratização da ordem internacional, principalmente pela articulação de grandes países em desenvolvimento, como a tentativa de articulação do Grupo dos BRICS, em que pese a perda de protagonismo ocorrida com a ascensão de Bolsonaro e Modi à chefia de seus países e o alinhamento de ambos à política externa de Washington.

Um terceiro elemento a ser considerado diz respeito ao papel assumido pela China após a crise financeira que se espalhou pelo mundo a partir de 2008, cujas repercussões ainda se fazem sentir na conjuntura atual. O país assumiu a condição de uma nova turbina da economia global, viabilizando o crescimento da economia mundial quando a

economia dos Estados Unidos enfrentava os piores efeitos da recessão. Desde então, verifica-se um maior envolvimento nos assuntos da governança global, em projetos de investimento no exterior, como a BRI, na criação de bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Novo Banco de Desenvolvimento-NBD (ou Banco dos BRICS) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura - BAI, pela inclusão do RMB na cesta de divisas do FMI, no estabelecimento de parcerias estratégicas com a União Africana, o Fórum China-Celac, e, ainda, por meio da modernização do Exército Popular de Libertação, notadamente a criação de capacidades marítima e cibernética.

A pandemia da Covid-19 é um quarto aspecto a ser mencionado, pois ela só veio a reforçar o papel da China como novo centro dinâmico da economia global. Por todos os lados que se examine a questão, a conclusão é sempre a mesma: em 2020, a China foi a única economia do G20 a apresentar uma robusta taxa de crescimento, quando a economia mundial encolheu 4,3% e as economias desenvolvidas recuaram 5,4%. O país aumentou sua participação no PIB global e ficou mais próximo de se tornar o centro da economia global. Enquanto o resto do mundo espera pela vacina para tentar retomar a trajetória de crescimento, a China conseguiu crescer em 2020, 2,3% e os prognósticos apontam um crescimento de 7,9% em 2021. O mercado consumidor chinês, agora alçado à condição de principal base do crescimento, apresentou forte queda com a pandemia da Covid-19, mas se recuperou e continua ganhando vigor, tornando-se o maior impulsionador dos lucros das empresas globais e chinesas.

De acordo com matéria do Wall Street Journal, a participação da China no PIB mundial deverá alcançar, em 2020, 16,8%, mais de dois pontos percentuais acima dos 14,2% de 2016, antes do início da guerra comercial, enquanto a parcela dos Estados Unidos, que era 22,3%, em 2016, encolherá para 22,2%, em 2020 (XIE, S. Y., EUN-YOUNG, J. e CHERNEY, M, 2021).

Há que se considerar ainda que, em meio a essa difícil conjuntura, a China esteve sob o ataque cerrado de Trump, que proibiu o acesso das empresas de tecnologia da China aos insumos estratégicos produzidos



nos Estados Unidos ou em qualquer lugar do mundo que utilizassem tecnologia americana e ameaçou tirar as principais empresas globais chinesas das bolsas americanas. Apesar disso, o país consolidou sua força nos mercados financeiros globais, com uma participação recorde de ofertas públicas iniciais e listagens secundárias em 2020, grandes entradas de capital em ações e títulos, e índices que superaram de longe até mesmo o forte desempenho dos EUA (VoaNews, 2021).

A pandemia tornou evidente o quanto o mundo é dependente da China. Falou-se muito em diversificar a produção de equipamentos de proteção e insumos para a produção de vacinas, mas a verdade é que tudo isso fracassou e o mundo está mais do que nunca dependente da China. Com as pessoas presas em casa, comprando equipamentos eletrônicos e utilidades domésticas para trabalhar, se divertir e atender as necessidades diárias a partir de casa, a demanda por produtos eletrônicos, equipamentos e utensílios domésticos fabricados na China explodiu. Graças ao rápido controle da pandemia, as fábricas chinesas voltaram a funcionar a plena capacidade para atender à crescente demanda mundial. A produção industrial da China aumentou 7,3% em dezembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, acelerando o crescimento de 7,0% em novembro. A recuperação econômica da China foi liderada por seu setor industrial, com ajuda de grandes projetos de investimento apoiados pelo governo em ferrovias, aeroportos e serviços públicos de saúde (DOW JONES NEWSWIRES, 2021)

Em quinto lugar, tal como tratamos na seção anterior, é o fato de que a relação sino-americana, apesar de contraditória, possui uma grande simbiose, pois no mesmo instante que o país asiático é visto como ameaça, ele também se constitui em um espaço privilegiado da valorização do capital das empresas dos Estados Unidos e importante fonte de financiamento da dívida interna do país, com um volume próximo de USD 1 trilhão, e reservas totais nominadas em dólares de aproximadamente USD 3 trilhões (SCMP, 2020). De forma similar, os Estados Unidos se constituem como um importante mercado para a oferta da China e como fonte de muitas tecnologias das quais o país necessita para seu desenvolvimento.

Por conta disso, o país abriga aproximadamente 370 mil estudantes de graduação e pós-graduação que buscam formação qualificada em áreas de ponta do conhecimento (Washington Post, 2019).

Pela soma desses fatores, a China passou a ser considerada pelo governo norte-americano como um “competidor estratégico” ao lado da Rússia, Irã e Coreia do Norte, conforme aponta o National Defense Strategy (2018):

A China é um competidor estratégico que usa a economia de forma predatória para intimidar seus vizinhos enquanto promove a militarização do Mar do Sul da China. A Rússia violou as fronteiras de nações vizinhas e busca poder de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de seus vizinhos. Da mesma forma, as ações fora da lei e a retórica imprudente da Coreia do Norte continuam, apesar da censura e das sanções das Nações Unidas. O Irã continua semeando violência e continua sendo o desafio mais importante para a estabilidade do Oriente Médio.<sup>3</sup> (US Department of Defense, 2018:3) (Tradução nossa: LAP e MCP)

Tal como mencionado, a concepção de que a China é um rival a ser contido tornou-se uma política de Estado, um consenso bipartidário, visto que as principais iniciativas de contenção contra o país asiático, como a guerra comercial, as sanções contra dirigentes de Hong Kong, o renovado apoio a Taiwan e a criação do Development Finance Corporation – DFC, um banco de investimentos em infraestruturas para competir com a BRI nos países em desenvolvimento, as sanções contra a ZTE e a Huawei para contê-las no segmento de Internet de 5G e inteligência artificial, além da restrição à venda de tecnologias sensíveis, foram aprovadas por ampla maioria no Congresso. Tais restrições à exportação de microchips pode dificultar e atrasar o processo de desenvolvimento de suas empresas de telecomunicações, como a Huawei e a ZTE, que atualmente lideram a tecnologia de 5G. Para

---

<sup>3</sup> China is a strategic competitor using predatory economics to intimidate its neighbors while militarizing features in the South China Sea. Russia has violated the borders of nearby nations and pursues veto power over the economic, diplomatic, and security decisions of its neighbors. As well, North Korea’s outlaw actions and reckless rhetoric continue despite United Nation’s censure and sanctions. Iran continues to sow violence and remains the most significant challenge to Middle East stability.

se dimensionar o potencial de uma retaliação desse nível, vale dizer que as importações chinesas de microchips excedem às de petróleo<sup>4</sup>.

Do ponto de vista estratégico, a contenção da China já havia sido iniciada durante o governo de Barack Obama, em 2011, quando foi anunciada o Pivô para a Ásia<sup>5</sup>, também conhecido como “Um novo século americano no Pacífico”, que além de mobilizar os aliados regionais (Japão e Austrália), buscou criar uma ampla área de livre-comércio, a Parceira Trans-Pacífico – TPP, na sigla em inglês, que tinha por objetivo isolar a China (U.S. Department of State, 2011). Já na gestão de Donald Trump, apesar de o país se retirar do TPP, buscou-se ampliar o escopo da contenção ao governo de Pequim por meio do conceito “Indo-Pacífico”, ajuste feito para incorporar a Índia nesse processo, o chamado Quadrilateral Security Dialogue, ou simplesmente “Quad”, agrupamento que surgiu em 2004 para apoiar a reconstrução pós-tsunami e que adquiriu uma nova roupagem geopolítica com a ascensão de Trump, Modi e Abe (CSIS, 2020). No campo econômico, também já ressaltamos que a estratégia dos Estados Unidos de “desacoplagem” das economias de ambos os países enfrenta a restrição de três tendências que dificilmente serão revertidas. A primeira delas diz respeito à mudança do centro de gravidade da economia global do eixo Atlântico para o Eixo Pacífico, principalmente pela força centrípeta da economia chinesa. Apesar de diferenças políticas e militares, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Taiwan, entre outros países, têm na China o seu principal mercado de exportação. Em dezembro de 2020, em meio às

---

4 Em 2019, de acordo com as estatísticas oficiais, as importações de circuitos integrados alcançaram USD301 bilhões, enquanto as importações de petróleo foram de USD237 bilhões. (NBS, 2020)

5 A estratégia do “pivot para a Ásia” foi anunciada em novembro de 2011 pela então Secretária de Estado Hillary Clinton, na Universidade de Havaí. Frente ao fracasso em estabilizar o Oriente Médio com as guerras do Afeganistão e do Iraque, a estratégia dos EUA se voltou para a Ásia com vista a frear a ascensão da China e o aumento de sua influência na região. Ver: America’s Pacific Century. 10/11/2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>. Acesso em 20/02/2022.

pressões protecionistas dos Estados Unidos, os países do Leste e Sudeste da Ásia, mais Austrália e Nova Zelândia, firmaram um grande acordo de facilitação de comércio, a Parceria Econômica Abrangente Regional (Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP). Esse bloco de 15 países, articulados pela China, cobre 30% da população mundial, 29,3% do PIB global e 27,4% do comércio mundial. Responde por 70% do comércio mundial de circuitos integrados. A Índia foi o único grande país da região a ficar fora do bloco, por receio de ter sua indústria local afetada negativamente (NYT, 2021).

Em um momento em que se fala em desacoplamento dos Estados Unidos da China e de reorganização das cadeias globais de suprimento, a formação desse bloco pode afetar seriamente os interesses dos Estados Unidos na região. As cadeias globais de suprimento tendem a se estabelecer em áreas de livre comércio. Quanto maior a integração comercial entre os países da Ásia, mais as cadeias globais de suprimentos centradas na China, Japão e Coreia do Sul tenderão a se regionalizar, em prejuízo de fornecedores de fora da área, cujas exportações podem estar sujeitas a tarifas de importação mais elevadas. No caso específico do RCEP, serão eliminadas nos próximos anos tarifas sobre 91% das mercadorias comercializadas entre os membros. No caso do Japão, por exemplo, o número de produtos não tarifados enviados para a Coreia do Sul aumentará de 19% para 92% e para a China de 8% para 86%. A indústria automobilista japonesa deverá ter grandes ganhos uma vez que o acordo eliminará as tarifas sobre quase US\$ 50 bilhões em peças automotivas enviadas para a China. Nesse sentido, dificilmente as empresas dos Estados Unidos estariam dispostas a perder o acesso ao mercado que mais cresce no mundo, notadamente no setor financeiro e de serviços (Nikkei Asia, 2021). A segunda tendência, associada ao “desacoplamento”, concerne às pressões políticas domésticas para a reversão do processo de globalização econômica. Esta é uma reivindicação de movimentos nacionalistas e xenófobos presente nos principais países desenvolvidos, que decorre, em grande parte, da desilusão de parcela importante da população desses países com os aspectos negativos relacionados à deslocalização produtiva, à terceirização, ao desemprego e à desindustrialização. Por mais que seja

inviável reconstruir as bases de uma economia de tipo “fordista”, o apelo político do “retorno aos anos dourados”, habilmente trabalhado pelos setores de extrema-direita, é muito sedutor e cria uma pressão adicional sobre o novo governo dos EUA. Mas esse retorno ao passado é impossível de se concretizar, ainda mais quando os empregos industriais estão sendo liquidados pela Quarta Revolução Industrial.

Um terceiro aspecto que reforça o discurso pelo “desacoplamento” diz respeito aos problemas relacionados ao suprimento de insumos, equipamentos e medicamentos surgidos com a pandemia de COVID-19, quando os países se viram na contingência de aguardar a liberação desses produtos por parte da China, num momento em que toda a demanda se concentrava num curto espaço de tempo.

Por conta desses três fatores, já está em curso um processo de reorganização e de regionalização das cadeias globais de valor, mas é muito improvável que os Estados Unidos consigam isolar a China tal como conseguiram fazer com a ex-URSS. Os mencionados acordos de comércio na região da Ásia-Pacífico e de investimentos com a UE vão na contramão dos anseios da elite de Washington. Nesse sentido, torna-se essencial discutir como a política norte-americana frente à China irá se desenrolar no quadriênio de Joseph Biden na Casa Branca. É o que discutiremos a seguir.

#### 4 – O QUE ESPERAR DO GOVERNO DE JOE BIDEN NA SUA RELAÇÃO COM A CHINA?

Dadas as limitações que listamos, é factível considerar que as mudanças na estratégia internacional dos Estados Unidos frente à China ocorrerão muito mais na forma do que na essência, pois, como afirmamos, a elite do país formou um consenso sobre a necessidade de conter a ascensão do gigante asiático. Existem muitos pontos de conflito em aberto, como a questão do suposto “roubo” de tecnologia, das políticas industriais chinesas de apoio à modernização de suas empresas, do tema dos direitos humanos, como a soberania de Hong Kong ou as supostas violações de direitos da população de origem uigur em Xin-

jiang, a maior assertividade da marinha do EPL no Pacífico Ocidental e o tema da independência de Taiwan. Em essência isso não muda.

Independentemente desse consenso, há novidades na pauta de Biden que podem recolocar os Estados Unidos no cenário internacional como um país coerente com o discurso liberal que busca projetar, algo que nos dá elementos para intuir uma mudança de abordagem frente a China. Por conta da ampla força que se juntou para sua eleição, o governo Biden tende a repudiar o espírito racista e xenofóbico do que foi difundido por Donald Trump a partir de seu slogan “America First”. Uma nova postura poderia reconstruir as relações com seus parceiros mais próximos, como o Canadá, a Europa e o Japão e mitigar as tensões com o México ao revisar os aspectos mais draconianos das políticas migratórias, que envolvem também os países árabes.

A mesma direção poderá ser observada com relação aos principais temas internacionais, como o combate às mudanças climáticas e a cooperação no enfrentamento da pandemia de COVID-19. A tônica do governo Trump foi o negacionismo em relação ao aquecimento global e, por consequência, o abandono do Acordo de Paris. Esta postura também se refletiu no enfrentamento à pandemia de coronavírus, quando se recusou a seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde, acusou a China de aparelhar o órgão e, em protesto, se retirou da OMS. Em contrapartida, a administração Biden reafirmou seu compromisso com as pautas multilaterais, o que exigirá cooperação com a China, e com a defesa da democracia liberal e dos direitos humanos, temas que poderão tensionar a relação com o governo de Pequim.

Também são esperados movimentos no sentido de recuperar os termos do Acordo Nuclear com Irã, do qual Trump declinou em 2017, a retomada das relações cubano-americanas, bem como de iniciativas para a construção de acordos comerciais abrangentes, como um possível retorno às negociações da Parceria Trans-Pacífico – TPP e da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos – TTIP. A retomada da iniciativa em termos comerciais é crucial para os EUA, conforme ressaltamos, campo em que a China já conseguiu grandes avanços.

Há outras importantes variáveis-chave que precisam ser levadas em conta quando se discute as relações sino-americanas sob o gover-

no de Biden. A primeira delas é fundamental, pois se trata de saber até que ponto os Estados Unidos podem recuperar o seu papel como a única grande potência tal como ocorreu na década 1990, quando da dissolução da URSS. Não parece tarefa fácil, pois a ascensão da China não pode ser comparada a nenhuma outra, exceto pela própria ascensão dos Estados Unidos, no começo do século XX. O gigante asiático não se encaixa no conceito de estado-nação, mas no de “estado-civilização”, o mais longevo da História. As dimensões de seu território, de sua população e de seu aparato produtivo são incomparáveis à Inglaterra, à Alemanha nazista, ao Japão e mesmo à URSS. Seu sistema político possui uma grande legitimidade junto à maior parte de sua população, o país possui capacidade de dissuasão nuclear e ainda é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Decorrente disso, devemos especular se a elite norte-americana tentará recuperar seu antigo status, o que implica a organização de estratégias similares àquelas aplicadas na Guerra Fria, com impactos políticos e econômicos generalizados, ou se o país se contentará em deixar de ser *primus inter pares* e se tornar *unum inter pares*. Provavelmente, apoiado nos mitos fundadores de um “uma cidade no alto da colina” ou do “destino manifesto” a elite local irá lutar pela manutenção de seu status, de seus privilégios e de sua excepcionalidade.

Nesse aspecto merece destaque um recente documento que busca recomendar ao governo de Washington uma estratégia de contenção da China, o “The Longer Telegram: Toward A New American China Strategy”, um texto anônimo publicado pelo The Scowcroft Center for Strategy and Security do Atlantic Council (2021). Este novo documento é carregado de simbologia, pois a forma como a estratégia de contenção à China é exposta se assemelha ao primeiro “Longo Telegrama” enviado pela embaixada de Moscou ao Departamento de Estado, em 1946, cujo autor foi posteriormente identificado como George Kennan, diplomata que contribuiu para a formulação das diretrizes para a contenção da URSS que originaram a Guerra Fria (Truman Library Institute, 2016).

O “Longo Telegrama” de 2021 tem como foco as políticas lideradas pelo presidente chinês Xi Jinping, a quem se atribui uma

certa postura assertiva e revisionista da ordem internacional. O texto propõe uma série de medidas para manter a hegemonia dos Estados Unidos, como apoiar a inovação tecnológica, manter o papel do dólar no sistema internacional, ameaçar a China com medidas de força se esta atravessar “linhas vermelhas”, como a unificação forçada de Taiwan ou ameaçar a liberdade de navegação no Mar do Sul da China. Apesar da assertividade, abre espaço para a colaboração em temas globais de acordo com o interesse de Washington.

A estratégia defendida pelo “Longo Telegrama 2021” se assemelha muito àquela que foi utilizada contra a URSS. Mas é interessante considerar que ela inclui a necessidade de associação entre Estados Unidos e a Rússia com vistas a contrabalançar o poderio chinês na Ásia, algo bastante sintomático, visto que na década de 1970, a aliança entre Washington e Pequim teve um papel decisivo derrota da URSS. Outro aspecto relevante diz respeito à luta ideológica e ainda o fortalecimento das relações com os aliados tradicionais, cujas repercussões para o Brasil seria a alinhamento na frente “liberal” contra o “autoritarismo” representado pelo modelo econômico e social chinês. Esta possibilidade, como mencionamos, pode levar muito países, entre eles o Brasil, a fazer uma “escolha de Sofia”, em que não haveria margem para uma solução equilibrada e condizente com seus interesses nacionais.

Excetuando a emergência sanitária criada pela pandemia de Covid-19, Biden buscará romper com o auto isolamento que Trump promoveu com sua política do “America First” e refazer a rede de alianças que foram rompidas ou esgarçadas por Trump e recolocar os Estados Unidos como o principal protagonista no processo de globalização. Considerando que a política externa seja a área em que o presidente dos Estados Unidos tenha maior liberdade de ação, sem depender tanto da aprovação do Congresso, como ocorre com medidas de política interna, parece que, num primeiro momento, a forma como ele buscará se diferenciar das posturas de seu antecessor será por meio do retorno à OMS, ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e ao Acordo de Paris, além de se reaproximar do Canadá e da União Europeia. Mas a questão cen-



tral para a política externa dos Estados Unidos atualmente, que são suas relações com a China e o movimento de desacoplamento da economia chinesa, provavelmente não sofrerão mudanças radicais.

Não se pode negar que apenas a mudança de estilo nas negociações com a China, recorrendo menos às ameaças e mais à diplomacia, como parece ser o estilo de Biden e seu secretário de Estado, já é uma importante mudança, que pode distensionar as relações bilaterais com reflexos positivos em todo o mundo. A exigência de Trump de que o resto do mundo escolhesse um dos lados em uma disputa que não tem prazo para acabar tensionou desnecessariamente as relações internacionais. Era a tática de dividir, que Trump adotou na política interna americana e que tanto mal fez aos Estados Unidos, estendida para o plano internacional.

Daqui para a frente a luta será com luvas, mais civilizada, mas nem por isso menos violenta. Não podemos esquecer que durante a campanha eleitoral Joe Biden chamou o presidente da China, Xi Jinping, de “bandido” (thug) e até a véspera do ano novo chinês, os dois não haviam trocado uma única palavra. A conversa que ocorreu na ocasião, no dia 11/02/2020 serviu mais para demarcar campos do que para criar pontes, algo que se repetiu no encontro entre as delegações dos dois países ocorrido no Alaska, em março de 2021. Alguns dos principais auxiliares de Biden, quando que se referem à China, utilizam termos duros, não muito diferentes dos utilizados na era Trump. Antony Blinken, secretário de estado, diz que “os EUA devem vencer a batalha entre “tecno-autocracias” - China - e “tecno-democracias”. Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional, e ex-conselheiro de segurança nacional do então vice-presidente Biden, se tornou cada vez mais agressivo com a China. A Secretária do Tesouro, Janet Yellen que, como presidente do Fed, trabalhou com reformadores chineses no banco central, diz que a China é o “concorrente estratégico mais importante” (Davis, B. e Wei, L., 2021). Nesse sentido, e preciso considerar, ainda, que a continuidade das manobras da Marinha dos Estados Unidos no mar do Sul da China, desafiando a reivindicação chinesa de soberania sobre o mar territorial ao redor das ilhas que, historicamente, fazem parte de seu território, e o voo de um esquadrão capitaneado pelo bombar-

deiro americano B-52, verdadeira fortaleza voadora, sobre o Mar da China Meridional, mostram que há condutas intrínsecas à condição americana de potência imperialista que não dependem do governo de plantão (AirForce Magazine, 2021). Aliás, logo após a posse de Biden, em 27 de janeiro, outro B-52 voou sobre o Golfo Pérsico para exibir a musculatura do poder militar dos EUA (Aljazeera, 2021)

Por fim, há, ainda, o problema adicional de que, dado o consenso bipartidário existente em relação à China, qualquer movimento que Biden fizer em direção aos chineses poderá ser interpretado como um gesto de fraqueza pelos republicanos. A audiência de confirmação de Gina Raimondo, a nova secretária de comércio (USTR), se tornaram tensas quando ela não se comprometeu a manter a gigante de telecomunicações chinesa Huawei Technologies Co. em uma lista negra que a impede de obter semicondutores estrangeiros (US Senate, 2021). Tudo indica, portanto, que as medidas tomadas por Trump contra a China, tornarem-se uma espécie de barra de referência, abaixo da qual não se pode recuar.

##### 5- CONCLUSÃO

Conforme discutimos, a ordem internacional está passando por um momento de realinhamento, em que a ascensão da China tem colocado em xeque o unilateralismo dos Estados Unidos. Nesse choque entre a potência estabelecida e a potência em ascensão, é factível prever que a forma da competição pode descambar numa nova espécie de guerra fria, mas de caráter muito distinto daquela ocorrida entre os EUA e a URSS. Isto porque, o nível de integração da China à economia mundial é substancialmente superior àquele que ocorria no período posterior ao término da II Guerra Mundial, visto que a China se integrou profundamente ao processo de globalização e qualquer ruptura brusca poderá acarretar danos importantes para os Estados Unidos. Além disso, não está em tela a disputa entre modelos econômicos distintos e tampouco o proselitismo que contrapunha a democracia liberal ao internacionalismo proletário soviético. Nesse contexto, enquanto a China busca maior autonomia para levar adi-

ante o seu processo de desenvolvimento, os Estados Unidos estão preocupados em garantir a sua condição de potência hegemônica e em criar dificuldades para a ascensão de potenciais rivais. A contenção da China, depois do fim da guerra fria, tomou forma ainda no governo de Barack Obama, quando este formulou a estratégia de “pivô para a Ásia” que buscou coordenar seus aliados em projetos como a Parceria Trans-Pacífica, que buscava isolar comercialmente a China.

A estratégia de Donald Trump foi mais direta, ao adotar retaliações tarifárias a produtos chineses e a instituir boicotes e sanções dirigidas a empresas chinesas de alta tecnologia, especificamente no que se refere à Huawei e seu papel na infraestrutura de 5G. Em contrapartida, os chineses devolveram as sanções e buscaram alguma trégua na mesa de negociações, como foi o caso do acordo de Fase 1, em que se comprometeram a aumentar as importações de bens agropecuários. Entretanto, ao invés de contribuir para a diminuição do déficit comercial, as táticas de Trump contribuíram para aumentar ainda mais a brecha.

O governo de Joe Biden, em que pese o fato de buscar se diferenciar da política de “America First” de seu antecessor, ao organizar uma política externa mais abrangente e multilateral, não mudará substancialmente as pressões exercidas sobre a China, ocorrendo apenas uma mudança de abordagem, tanto na busca de consensos em áreas prioritárias para a sua administração, como a mudança climática, como na estruturação de um novo relacionamento com seus aliados com vista a formar uma frente ampla de contenção da China. Por fim, é preciso considerar que a contenção da China é uma bandeira bipartidária que uniu a elite norte-americana na tentativa de manter o status quo na ordem internacional. Como já havíamos mencionado, esta competição está apenas em seus primeiros estágios, pois trata-se de uma maratona e não uma corrida de tiro.

## REFERENCIAS

AIRFORCE MAGAZINE (2021). B-52 Flies with Carrier Strike Groups in South China Sea. 06/07/2020. Disponível em: <https://www.airforcemag.com/b->

[-52-flies-with-carrier-strike-groups-in-south-china-sea/](#). Acesso em 24/04/2021.

ALJAZEERA (2021). US flies B-52 bombers over Middle East for third time this year. 27/01/2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/1/27/us-flies-b-52-bombers-over-middle-east-for-third-time-this-year>. Acesso em 25/04/2021.

ATLANTIC COUNCIL (2021). The Longer Telegram: Toward A New American China Strategy. Washington (DC). Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/atlantic-council-strategy-paper-series/the-longer-telegram/> Acesso em 31/jan/2021.

BIDEN, Jr. J. R. Why America Must Lead Again Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump. Foreign Affairs. March/April 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-01-23/why-america-must-lead-again>. Acesso em 11/02/2021.

CHINA-CELAC FORUM (2021). Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/eng/>. Acesso em 25/04/2021.

CSIS (2020). Defining the Diamond: The Past, Present, and Future of the Quadrilateral Security Dialogue. CSIS Briefs. 16/mar/2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/defining-diamond-past-present-and-future-quadrilateral-security-dialogue>. Acesso em 10/fev/2021.

DAVIS, B. e WEI, L. Biden's China Policy to Be Steered by Team of Rivals. The Wall Street Journal, 03/02/2021. Disponível em: [https://www.wsj.com/articles/bidens-china-policy-to-be-steered-by-team-of-rivals-11612348201?mod=searchresults\\_pos12&page=2](https://www.wsj.com/articles/bidens-china-policy-to-be-steered-by-team-of-rivals-11612348201?mod=searchresults_pos12&page=2)

DIEGUES, A.C.; ROSELINO, J.E. (2021). Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA. Texto para Discussão. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD401.pdf>. Acesso em 10/fev/2021.

DOW JONES NEWSWIRES. Setor industrial da China continua liderando a recuperação. Dow Jones Newswires, Valor. 17/01/2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/01/17/setor-industrial->

[-da-china-continua-liderando-a-recuperacao.ghtml](#). Acesso em 11/02/2021.

DW (2021). Nord Stream 2: US warns companies to ‘immediately abandon work’. 18/04/2021. Disponível em: <https://www.dw.com/en/nord-stream-2-us-warns-companies-to-immediately-abandon-work/a-56920315>. Acesso em 25/04/2021.

EUROPEAN COUNCIL (2021). EU-Africa relations. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-africa/>. Acesso em 25/04/2021.

EUROPEAN COUNCIL (2021a). EU and Mercosur reach agreement on trade. 28/06/2019. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2039>. Acesso em 25/04/2021.

EXPRESSO (2020). EUA pressionam Governo: “Portugal tem de escolher agora entre os aliados e os chineses”. 25/set/2020. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-09-25-EUA-pressionam-Governo-Portugal-tem-de-escolher-agora-entre-os-aliados-e-os-chineses>. Acesso em 30/01/2021

FINANCIAL TIMES (2021). US-China investment flows belie geopolitical tensions. 03/fev./2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b3dcc262-a153-4624-bc1d-156179d6e914>. Acesso em 05/fev./2021.

FOLHA DE S. PAULO (2020). Falta à Europa projetar poder em segurança e política internacional, diz Durão Barroso. 28/jul./2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/falta-a-europa-projetar-poder-em-seguranca-e-politica-internacional-diz-durao-barroso.shtml>. Acesso em 30/jan/2021.

NBS (2020). Statistical Communiqué of the People’s Republic of China on the 2019 National Economic and Social Development. 28/fev/2020. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228\\_1728917.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228_1728917.html). Acesso em 10/fev/2020).

NIKKEI ASIA (2021). RCEP to remove tariffs on 86% of Japan’s exports to China. 15/11/2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/RCEP-to-remove-tariffs-on-86-of-Japan-s-exports-to-China>. Acesso em 25/04/2021.

NYT (2021). China-Led Trade Pact Is Signed, in Challenge to U.S. 15/11/2020. Disponível em: <https://www.nytimes>.

[com/2020/11/15/business/china-trade-rcep.html](https://www.publico.pt/2020/09/27/politica/noticia/marcelo-afirma-sao-representantes-portugueses-decide-destinos-pais-1933063). Acesso em 25/04/2021.

PÚBLICO (2020). Marcelo responde a embaixador dos EUA: “Quem decide são os representantes dos portugueses”. 27/set/2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/27/politica/noticia/marcelo-afirma-sao-representantes-portugueses-decide-destinos-pais-1933063>. Acesso em 30/jan./2021

REUTERS (2020). Pompeo uses Tokyo visit to slam China, seek Asian allies’ support. 05/out/2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/usa-asia-pompeo-idUSKBN26Q2E6>. Acesso em 005/fev./2021.

ROSALES, Osvaldo (2020). El sueño chino: cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina; Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

SCMP (2020). US debt to China: how big is it and why is it important? 03/dez/2020. Disponível em: [https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3112343/us-debt-china-how-big-it-and-why-it-important?utm\\_source=mailchimp&utm\\_medium=email&utm\\_content=20210206&utm\\_campaign=GME-O-YearInReview2020&MCUID=-852568c5d8&MCCampaignID=961121060e&MCAccountID=7b1e9e7f8075914aba9cff17f](https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3112343/us-debt-china-how-big-it-and-why-it-important?utm_source=mailchimp&utm_medium=email&utm_content=20210206&utm_campaign=GME-O-YearInReview2020&MCUID=-852568c5d8&MCCampaignID=961121060e&MCAccountID=7b1e9e7f8075914aba9cff17f). Acesso em 06/fev./2021

TRUMAN LIBRARY INSTITUTE (2016). This day in History: The Long Telegram. 22/fev./2016. Disponível em: <https://www.trumanlibraryinstitute.org/this-day-in-history-2/>. Acesso em 05/fev./2021

U.S. DEPARTMENT OF STATE (2011). America’s Pacific Century. Remarks by Hillary Rodham Clinton, Secretary of State, East-West Center, Honolulu, 10 November. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>. Acesso em 05/fev./2021.

US Department of Defense (2018). National Defense Strategy. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em 30/jan./2021.

US SENATE (2021). Responses to Questions for the Record for Governor Gina Raimondo. Disponível em: <https://www.commerce.senate.gov/services/files/>

[les/A5815F7A-E1D8-4F44-ACE6-4B7B093B299B](#). Acesso em 25/04/2021.

VOANEWS (2021). Chinese Company IPOs on US Exchanges Hit 10-Year High in 2020. 25/02/2021. Disponível em: <https://www.voanews.com/east-asia-pacific/chinese-company-ipos-us-exchanges-hit-10-year-high-2020>. Acesso em 25/04/2021.


WASHINGTON POST (2019). China's education system produces stellar test scores. So why do 600,000 students go abroad each year to study? 17/dez/2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/12/17/chinas-education-system-produces-stellar-test-scores-so-why-do-students-head-abroad-each-year-study/>. Acesso em 05/fev./2021.

XIE, S. Y., EUN-YONGU, J. e CHERNEY, M. China's Economy Powers Ahead While the Rest of the World Reels. The Wall Street Journal, 13/01/2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/chinas-economy-powers-ahead-while-the-rest-of-the-world-reels-11610552422> Acesso em 11/fev./2021

# Crise orgânica, neoliberalismo e barbárie

MARCOS DEL ROIO<sup>1</sup>

## I. CRISE ORGÂNICA E IDEOLOGIA NEOLIBERAL.

 ano de 2020 já é um marco na história humana, o seu começo e o seu fim serão muito diferentes. É um marco por conta da pandemia que assola o planeta humano, mas mais ainda por conta de um profundo agravamento da crise estrutural do capital (Meszaros, 2005). Se Mészáros esteve correto em suas análises, compartilhado com algumas nuances importantes por Chesnais (1997) e Harvey (1984; 2005), o capitalismo, e o próprio capital em geral, adentrou a uma fase histórica de crise estrutural desde a década de 70 do século passado. A crise é estrutural quando não há possibilidade de superação dentro dos seus próprios contornos e o resultado pode ser a passagem para uma nova estrutura, um novo bloco histórico (Gramsci, 1975) ou a desintegração e regressão sociocultural: algo como socialismo ou barbárie, alternativa tornada clássica por Rosa Luxemburg.

A crise estrutural não é uma fase histórica de duração previsível. A crise estrutural do mundo antigo euro-mediterrâneo só pode ser dita como superada no século IX. A crise estrutural que se abateu sobre a Europa feudal, no século XIV, foi superada com mudanças profundas, como a formação de Estados centralizados, as reformas

---

<sup>1</sup> Marcos Del Roio é professor de teoria política da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP (Campus de Marília).



religiosas e a grande expansão do capital mercantil, mas não transpôs de vez o mundo feudal. De fato, o feudalismo sobreviveu por séculos ainda, mas em seus entornos e em seus interstícios se desenvolveram os elementos que o levariam à lenta (quase) extinção. Se for mesmo verdade que desde meados dos anos 70 do século passado o capitalismo e o próprio capital ingressaram em período de crise estrutural, algumas características devem ser identificadas. A bibliografia, já bastante vasta, indica o enorme e rápido avanço científico, a permanente inovação tecnológica em vários setores, um imenso desenvolvimento das forças produtivas e uma acelerada apropriação do mundo natural, o que não parece próprio de uma crise estrutural. Acontece, porém, que esse desenvolvimento está endereçado para combater a tendência ao declínio da taxa de acumulação o capital, para o que não basta mais trabalho vivo incorporado às máquinas (computadores ou robôs que sejam). Uma das características das fases de crise orgânica é a multiplicação do fenômeno da guerra e, no caso contemporâneo, exatamente pelo alto padrão tecnológico, traz uma capacidade destrutiva inaudita e que pode afetar a sobrevivência da espécie humana.

O capital deve se reproduzir também por si mesmo, ao modo de capital fictício ou especulativo, manejado pela oligarquia financeira transnacional. Daí a necessidade de um mercado mundial aberto, sem barreiras alfandegárias ou políticas de proteção. As redes de informação são um instrumento importante para essa ação de mundialização do capital que se completa e se confunde com a crise estrutural.

A reformatação do proletariado foi uma ação vitoriosa do capital na medida em que desorganizou a classe ao mudar a sua morfologia, em particular por meio da utilização de novas tecnologias para impor novas relações e novas formas de administrar o processo de trabalho, como mostra a bem sucedida experiência do toyotismo. A mudança do perfil da classe gerou uma grande diferenciação e estratificação entre os trabalhadores, rompendo assim muitos dos laços sociais de solidariedade e da ideologia do trabalho.

Com isso, os principais institutos sociais criados pelo movimento operário, como são o sindicato e o partido, basicamente entre 1880 e

1980, se enfraqueceram notavelmente. O resultado foi que as defesas da classe operária foram rompidas e os direitos sociais e do trabalho conquistadas na fase anterior começaram a serem retirados, sempre em nome do resgate da produtividade, da iniciativa privada, do mercado livre. Acontece que todas essas medidas não foram capazes de reverter o declínio tendencial da taxa de acumulação. De fato, a ofensiva econômico-política do capital contra os trabalhadores e contra a autonomia dos povos teve no neoliberalismo o seu invólucro ideológico. Não há dúvida de que o neoliberalismo foi capaz de difundir uma visão de mundo muito de acordo com o capital em crise, a qual, antes de tudo, buscou encenar o retorno à liberdade liberal dos começos do bloco histórico burguês, no século XVIII. Mas a verdade é que se trata de uma ideologia que, ao exacerbar o individualismo e difundir o fetiche da tecnologia, fragmenta a classe que depende do trabalho e maximiza a sua exploração. A difusão da lógica empresarial e o fetiche da tecnologia são instrumentos poderosos. (Dardot & Laval, 2016).

A crise do capital com o seu invólucro neoliberal trouxe consigo outros fenômenos correlatos cuja implicação maior tem sido a “reforma” do Estado também segundo o ditame neoliberal: um Estado que cuida apenas para defender os interesses do capital por meio de leis e de coerção, mas que restrinja drasticamente investimentos sociais (como são educação, saúde, moradia, transporte público) e direitos do trabalho. Essa reforma implica o esvaziamento da democracia liberal burguesa e uma nítida regressão cultural. O crime organizado e o tráfico de drogas, de armas, de seres humanos encontram terreno dos mais propícios e apresentam já um dos elementos mais evidentes da barbárie.

A onda conservadora largo prazo teve início também em fins dos anos 70 e logo se espalhou pelo núcleo imperialista (Grã-Bretanha, EUA, Japão, Alemanha ocidental). Junto com o neoliberalismo conservador espalhou-se também religiosidades francamente conservadoras ou mesmo reacionárias (no judaísmo, no cristianismo católico e protestante, no islamismo sunita, no hinduísmo, no budismo). (Muito se tem falado também de certo renascimento do populismo, em referencia a lideranças políticas que invocam a povo atropelando as instituições vigentes. Creio ser

categoria de pouco valor explicativo, considerando-se que populismo pode ser tudo que não se enquadre no paradigma liberal).

## 2. AS CONTRADIÇÕES DA ÉPOCA DE CRISE ORGÂNICA

Há um debate sobre como caracterizar essa fase histórica por meio de categorias teóricas formuladas por Gramsci, claro que tendo em vista outras realidades concretas. No Convegno Gramsciano de Cagliari / Ghilarza (2007), por exemplo, houve quem defendesse a ideia de uma revolução passiva global (Pasquale Voza), uma contrarreforma (Carlos Nelson Coutinho), uma crise orgânica (eu mesmo).

A ideia de uma revolução passiva se baseia na leitura de que um grande desenvolvimento das forças produtivas convive com a restauração do poder político do capital. A hipótese da contrarreforma parece estar mais centrada na questão da retirada dos direitos sociais e na contração da democracia. A última sugestão se aproxima da formulação de Mészáros e enfatiza a leitura global da crise, a desestruturação paulatina da ordem regida pelo capital, por conta do fracasso no empenho de se resgatar as taxas de acumulação, pela acentuação da contradição capitalista fundamental (capital x trabalho) em meio à inovação tecnológica, pela guerra contínua e pela explosão da contradição entre ambiente natural e humanidade predadora,. Claro que essa é a tendência geral que se evolve em modo desigual e combinado, dentro da qual há Países e grupos de Países com as suas particularidades.

Como hipótese de trabalho pode-se então aventar que essa época de crise orgânica viveu até agora três momentos. O momento de implantação do neoliberalismo conservador no núcleo imperialista (sem deixar de lembrar a experiência piloto do Chile), de fins dos anos 70 ao começo dos anos 90, com a desintegração do socialismo de Estado na Europa oriental e URSS. Uma segunda fase de consolidação no núcleo imperialista, que vai até 2008, período que também assistiu a ascensão da China como forte capitalismo monopolista de Estado e o surgimento de espaços de resistência na América Latina, frente a brutalidade das políticas neoliberais. A terceira fase tem início com a gravíssima crise fiscal de 2008, que atingiu

com força os grandes bancos e se desdobrou, a partir de 2011, em renovada ofensiva imperialista contra os trabalhadores e os povos.

Essa segunda década de novo século aprofundou e radicalizou a ideologia neoconservadora e neoliberal das classes dirigentes de uma parte muito grande do mundo. As pouquíssimas exceções são Países que persistem no projeto socialista ou apenas que desenvolvem um capitalismo de Estado (que pode ser de características diversas e também de diferentes ideologias).

Uma tentativa (mais uma) do imperialismo para enfrentar o agravamento da crise foi a de se apossar de recursos naturais e de posições geopolíticas estratégicas que bloqueassem a ascensão da China e impedissem a consolidação do eixo asiático com a Rússia (e o Irã). Essa tentativa teve no Oriente Médio (estendido) o seu epicentro, com guerras de destruição de Estados (Líbia, Síria, Iêmen) e golpes de Estado (Ucrânia). Houve também uma série de golpes de Estado – de novo tipo -- sem visível ruptura institucional, em particular na América Latina (Honduras, Paraguai, Equador, Bolívia, Brasil). O uso da guerra econômica causou danos atrozes em Cuba, Venezuela e Iran.

O deslocamento de populações da África e Oriente Médio para a Europa se ampliou dramaticamente, assim como a migração de povos centro-americanos para os Estados Unidos (para citar apenas os principais fluxos). Num momento inicial o fluxo migratório é útil ao capitalismo europeu e americano, pois essa força de trabalho chega sem direitos assegurados e servem como “exército industrial de reserva”, ou seja, servem como braços para os setores mais precarizados entre as ocupações laborais possíveis. Mas com o crescimento enorme da desocupação laboral no núcleo imperialista esses fluxos tendem a serem barrados. As portas abertas para o capital imperialista na periferia, sem a presença de direitos, recriam condições sociais que resgatam a servidão e mesmo a escravidão dos trabalhadores. (Dusster, 2006)

Mas na medida em que a desocupação estrutural avança com a inovação tecnológica e a estratificação social entre os trabalhadores, a perda de direitos tende a se generalizar e as categorias se fecham em seus nichos, resultando maior fragmentação da classe, uma regressão corporativa e mesmo difusão do racismo. O Estado aparece cada vez

mais como máquina repressiva e disciplinadora, pois com a permanente crise fiscal não é mais possível prestar serviços sociais generalizados (ou quase) e de qualidade. A crise do regime liberal-democrático (ou democracia burguesa) é inevitável, crise essa que é expressão da crise da hegemonia burguesa. Coloca-se aqui uma questão de maior importância que é identificar se o neoliberalismo é um invólucro ideológico que configura ou redefine a hegemonia burguesa e em caso afirmativo é preciso saber se é possível uma hegemonia sólida no decorrer de uma crise orgânica (uma crise societal). Seria possível que o Estado de exceção permanente seja expressão de uma ainda situação de hegemonia burguesa? A resposta a esse dilema é importante até porque traz implicações na prática política dos sujeitos antagônicos à ordem do capital.

A resistência crescente dos trabalhadores a retirada de direitos é outra face dessa crise. Essa situação se completa na ampla zona periférica do império do capital, na qual os direitos sociais são mais restritos ou quase inexistentes. A retirada de direitos e a recessão econômica gera uma catástrofe social crescente: piora em todos os sentidos -- na assistência social, na saúde, educação, previdência.

O neoliberalismo gerou também formas de resistência não antagônicas em alguns Países, em particular da América Latina, como os casos da Venezuela e Bolívia, além de outras formas ainda mais tênues, como Brasil, Uruguai, Argentina. Devem também ser considerados os movimentos populares, que deram grande visibilidade às reivindicações dos povos autóctones e das mulheres.

Da crise de 2008, não se chegou a haver recuperação, a não ser a China. Houve um pequeno alívio nos EUA e na Alemanha, mas os demais países do núcleo imperialista continuaram à beira da estagnação. Essa também foi a situação dos Países periféricos mais importantes. De 2018 em diante os sinais de agravamento da crise capitalista vem se fazendo mais e mais fortes, com implicações, desta vez, inclusive sobre a China. O conflito comercial e diplomático entre EUA e China agravou a tendência à retração do comércio internacional. Os EUA alimentam a esperança de trazer de volta para casa as empresas transnacionalizadas e a China tende a fazer um grande investimento interno a fim de elevar as condições de vida no

campo e desafogar as grandes cidades. Forças centrífugas colocam em risco sério a própria sobrevivência da União Europeia. Trata-se de forças reacionárias na maioria que assumem governos na antiga área socialista da Europa (Hungria, Polônia, Lituânia) e que crescem bastante a Ocidente, inclusive entre as camadas subalternas.

A ofensiva imperialista desde 2011, portanto, não conseguiu contribuir para a contenção da crise estrutural, mas potencializou a crise da democracia burguesa -- com a constitutiva crise de representatividade dos partidos políticos -- e a difusão de poderes cesaristas de caráter regressivo em todos os esquadros do planeta. A sugestão de Gramsci é que o cesarismo regressivo é um possível produto de uma hegemonia débil ou de uma crise de hegemonia. O cesarismo moderno não se origina dos conflitos internos da classe dirigente, mas do conflito radical entre capital e trabalho. Gramsci enuncia que o cesarismo não surge necessariamente de um equilíbrio catastrófico, mas

tem 'sempre' possibilidades marginais de ulterior desenvolvimento e sistematização organizativa e especialmente pode contar sobre a debilidade relativa da força progressiva antagônica, pela sua natureza e pelo seu modo de vida peculiar, debilidade que ocorre manter: por isso se diz que o cesarismo moderno, mais que militar é policialesco (Gramsci, Q. 13, § 27, p.1622, 1975).

O cesarismo -- lembra Gramsci ainda -- pode existir sem abolir o sistema de partidos e os institutos liberais e é isso que mostra muitas das tendências cesaristas existentes e ainda alavancadas pela situação de pandemia.

### 3. CRISE ORGÂNICA, PANDEMIA E BARBÁRIE.

O aguçamento da crise do capital, ao modo de crise financeira, estava a se mostrar em fins de 2019. As soluções intentadas por meio da radicalização da política econômica ditada pelo neoliberalismo, simplesmente estimulavam a estúpida concentração da riqueza socialmente produzida e a pauperização massiva. A reação das massas trabalhadoras ameaçadas ou desamparadas começava a espocar em diversas e diferentes regiões do globo: Índia, Turquia, Iraque, Chile, Argentina, Colômbia, França. De modos diferentes e com motivações ideológicas diferentes, todavia raramente no sentido anti-imperialista

e anticapitalista, as massas se juntaram em grandes números. Evidente que junto com o cesarismo regressivo, outra característica da época é a confusão e a diversidade ideológica. Não há uma filosofia, uma ideologia capaz de orientar as massas para a saída da crise do capital em direção a um bloco histórico que implique a emancipação da humanidade dos pesados grillhões nos quais esta detida: a pobreza, a ignorância, a doença, a opressão de vária face, o racismo, tudo que potencializa a ideologia neoliberal que hoje sustenta o capital

A consciência das massas populares do mundo é por suposto bastante diferenciada, mas a maioria deve estar ao nível do senso comum espontâneo, uma parcela encontra-se no nível econômico corporativo antigo ou mais moderno (onde se inclui as lutas identitárias) e uma fração muito pequena e heterogênea encontra-se no nível da política revolucionária. O crescimento da consciência revolucionária pode também ser potencializada pelo agravamento da crise ambiental / sanitária / econômica / política. A negação da ordem do capital é a condição mesma para que haja uma saída civilizatória para a crise orgânica e do novo barbarismo vigente.

Descontado então que vivemos um tempo de crise estrutural ou de crise orgânica do capital e isso implica uma crise de hegemonia, que tem no surgimento do poder cesarista regressivo uma de suas expressões, temos que interrogar que contradições a crise potencializa e para onde pode se endereçar. Só assim poderemos tentar responder a difícil questão sobre o que fazer.

A crise orgânica do capitalismo (e do capital) e a crise da hegemonia burguesa tem potencializado uma crise ambiental de grandes proporções. A destruição gerada pela captação e uso de fontes de energia fóssil, o acúmulo de descartes não recicláveis, a poluição nas cidades e a devastação de florestas agravam e complementam a mudança climática em processo por conta do natural movimento do planeta. A mudança climática que está se processando exigirá por si só alteração de monta na forma de produzir a riqueza social por conta da necessidade de se alterar as fontes de energia. Exigirá também deslocamento de populações, novas formas de moradia, de utilização da água e da terra agriculturável. Essa questão emer-

gia com força no debate ideológico, assim como também a rebelião das mulheres se mostrava cada vez com mais força e potencialidade.

Seja relacionada diretamente com a crise ambiental ou de criação laboratorial, em fins de 2019, eclode na China a mais grave pandemia dos últimos cem anos. Esse é mais um traço importante da fase histórica destrutiva em que se encontra a humanidade, que Vico certamente chamaria de barbárie destrutiva. A pandemia da covid 19 comprova as enormes insuficiências sanitárias existentes na maioria dos Países, agravadas pela privatização das condições de prevenção e preservação da saúde. A pobreza somada à debilidade da assistência sanitária potencializa enormemente a pandemia. Ainda que o núcleo imperialista seja o mais atingido, por serem os seus habitantes aqueles que mais se deslocam para médias e grandes distancias, é nas periferias que a gravidade da situação será mais persistente.

A crise financeira que mostrava já a sua feia face também tende a ser explosiva. A diminuição da produção de bens é último elemento a se evidenciar na crise devastadora do capital. Com a pandemia os meios de transporte foram muito afetados, em particular a aviação. Com a limitação ao deslocamento de pessoas, o turismo desaba, assim como toda a área de serviços, como hotelaria, bares e restaurantes. Inevitável se torna a intervenção do Estado para tentar criar uma equação entre restringir o número de mortes e evitar o coma na circulação de mercadorias. Mas enquanto isso, o grande capital não descansa, as fusões e as compra / venda de empresas continuam na direção da sempre maior concentração de riqueza socialmente produzida. Setores de tecnologia avançada, alguns setores industriais (como a farmácia) e os bancos conseguem lucros astronômicos. As massas populares percebem com maior clareza a importância dos serviços públicos e os governos não podem deixar de intervir mais ou menos, de uma ou outra maneira na economia e na sanidade. Alguma forma de planejamento tem que ser elaborada. São elementos que olham para o lado oposto do catecismo neoliberal.

A duração da pandemia e a ação dos governos para combatê-la, assim como a reação das massas populares podem indicar elementos para o que virá a seguir. Percebe-se que na China, lugar



onde a pandemia teve origem a ação das instituições sociais e políticas foi rápida e eficiente. Pode-se dizer o mesmo do Vietnã, Coreia do Sul e Japão, que também reagiram rapidamente. O que contou a favor foi a rapidez nas medidas de isolamento social e a presença de uma infraestrutura sanitária razoável e pública.

A pandemia já trouxe mudanças que podem ser duradouras, como a restrição na circulação de pessoas, nova ênfase nos contatos remotos, separação e isolamento dos trabalhadores, que, em maior número passarão a exercer as suas obrigações laborais em casa ou em pequenas instalações. As tecnologias adequadas serão criadas e implantadas. Mesmo a circulação de mercadorias por entrega, já em expansão, deverá também se acentuar. O resultado será uma ainda maior fragmentação e controle do trabalho, mas milhões de novas máquinas / mercadoria serão construídas e distribuídas no mercado.

A exacerbação das políticas de caráter neoliberal, com o aprofundamento do privatismo em relação à saúde e educação, mas também em relação à produção e armazenamento do conhecimento, da água, das fontes de energia só fará aumentar a massa de desvalidos e desocupados, ou apenas parcialmente com o tempo ocupado. A rebeldia intermitente dessas massas povoará os pesadelos dos poderosos, mas poderá contribuir também para o maior reforçamento do Estado policial e mesmo para a guerra.

A invasão da vida privada, da individualidade, também alcançará novo patamar com o isolamento social. Passa-se a acumular as ocupações próprias da vida privada com as ocupações próprias do trabalho social. Há uma profunda mudança na espacialidade social: público e privado dividem o mesmo território, a arquitetura da casa deverá mudar. Haverá assim uma drástica mudança na Educação: os contatos remotos, o ensino a distância, os robôs, tudo para desvalorizar a função e o trabalho do professor, que terá assim acentuada a sua situação de precariedade laboral. A regressão cultural deve também se acentuar.

A pandemia acentua e apressa a tendência predominante de gravíssima crise capitalista, crise financeira (dos bancos), crise fiscal do Estado, crise da indústria (que não encontra consumidores). Do ponto de vista do capital, a superação da crise passa por maior inovação

tecnológica e maior subordinação do trabalho. Aqui a pergunta feita anteriormente sobre a possibilidade de reger a hegemonia burguesa com invólucro neoliberal, pode ser reposta. E a conclusão mais razoável é mesmo que na crise orgânica do capital a tendência é a desagregação do bloco histórico da burguesia e de sua hegemonia, do que se desprende que a sua ideologia predominante, o neoliberalismo, mostrou força para retardar a crise, mas não para reorganizar a hegemonia ao modo de uma civilização burguesa mais avançada e democrática. Pelo contrário, conduziu à crise a democracia burguesa e fez avançar o barbarismo (onde se inserem as ideologias ditas pós-modernas).

Isso que dizer que vivemos uma era de crise orgânica, de barbárie, ou seja, de desagregação de determinada forma societária, de relações de produção, de formas políticas, de valores e da ideologia predominante. Na história da Europa, temos os exemplos das crises do século III e do século XIV, como momentos de crise de desagregação e temos a crise do século XVII como crise criativa, como barbárie criativa, que, a partir da Inglaterra, daria origem ao capitalismo e ao bloco histórico burguês. A crise atual é, por conseguinte, uma barbárie destrutiva, que aguarda a possível fase criativa.

#### 4. DE UMA BARBÁRIE A OUTRA: UM NOVO BLOCO HISTÓRICO

Essa é uma reflexão claramente inspirada em Vico (1744), autor que se insere na tradição historicista italiana e que incidiu bastante na formulação de Gramsci, dois séculos depois. Para Vico a idade dos homens é orientada pela inteligência e pela razão, mas também pelo conflito social entre os homens que se creem nobres e os homens vistos como bestiais. No entanto, a plebe é que provoca as mudanças históricas. Quando a pressão da plebe é insuficiente para mudar o Estado, a idade dos homens ingressa na barbárie, pois reflexão (dos intelectuais da classe dominante), com a distorção do senso comum, perde a fantasia, perde a noção de trabalho produtivo feito em comum e se deprecia na luxúria, na voracidade, no engano. Seria esse o círculo mais baixo do inferno. (Vico, § 1106, p. 665, 2006). De fato, a barbárie tecnológica desse começo de século pode muito bem se ver nessa

visão de Vico, assim como pode se ver na sugestão de Gramsci da crise orgânica. São ambos os autores que contribuem para a compreensão do nosso tempo e para o rumo que devemos desenvolver a ação política.

Estamos então em profunda crise de hegemonia, que tende a procurar a saída em poderes cesaristas, no reforçamento do Estado policial. Difícil supor uma saída democrática para a crise de hegemonia que agora se aprofunda com a superposição de uma crise sanitária à crise ambiental e à crise econômica política que já se desenvolve faz mais tempo. Ainda que a correlação de forças seja muitíssimo desfavorável e uma ruptura democrática que coloque abaixo ou mesmo que limite muito o poder capitalista não esteja no horizonte próximo, pode se notar elementos de auto-organização e autoeducação das massas na conjuntura de pandemia e conseqüente agravamento da crise socioeconômica. A deficiência da assistência sanitária do Estado fica ainda mais visível, como visível fica o resultado das ações de privatização da saúde. Fica também mais visível a preocupação dos governos em preservar os ganhos de capital frente às vidas humanas sob forte ataque viral.

A reação popular ocorre na forma de greve, na formação de comandos de autodefesa em bairros e cidades, na ação solidária com os afetados pelo vírus ou pelo desemprego. Percebe-se a importância maior dos bens de uso e dos bens de uso comum. A noção da importância do planejamento social ganha fôlego e nota-se como os governos – mais ou menos – se inquietam com os riscos a que estão submetidos os escorchantes ganhos do grande capital, enquanto o pequeno e médio comércio fenece. Isso e muito mais acontece, porém numa situação na qual predomina a desagregação, na qual o declínio ideológico do capital é perceptível, mas ainda é largamente predominante. A articulação harmoniosa entre liberalismo econômico e liberalismo político que pareceu funcionar bem nos anos 80 e 90 do século que passou, agora fica claro que o liberalismo econômico levado ao extremo solicita um poder cesarista, que traz a lembrança dos fascismos também do século XX. Para não falar em eclosões ideológicas sem qualquer fundamentação científica e mesmo anticientífica, eclosões de ideologias religiosas francamente reacionárias, um caldeirão que contribui para a manutenção do poder de classe do capital. Não só o comércio, mas

também o vírus contribuiu para unificar a humanidade e tanto um quanto o outro permite que se perceba que a humanidade é muito desigual, pois nem todos são afetados do mesmo modo, nem todos podem enfrentar as atribulações e ameaças da mesma maneira, com a mesma força. Aos grupos dominantes não faltam recursos e reservas, não falta assistência médica, mas aos contingentes enormes que conformam os grupos sociais subalternos, pobreza a doença estão a menos de um passo. Enfim, esse é o cenário da barbárie, cada vez mais evidente para maior número de pessoas. Uma época que pode ser duradoura e até chegar a ameaçar a sobrevivência da espécie humana.

O Homo se diferenciou como gênero quando se transformou em predador de outras espécies e do ambiente natural. Foi sobre essa plataforma é que fez a sua história. Hoje, no entanto, a biosfera chegou ao limite e a humanidade está diante de um desafio inédito de enfrentar um salto de qualidade muito grande que é o de deixar de ser predador. No caso do homem, essa mutação, por suposto, é de caráter cultural. É preciso um momento de catarse, de tomada de consciência frente à tragédia em que a crise ambiental e a pandemia oferecem. A catarse implica a purificação do espírito diante do impacto da tragédia. Significa ultrapassar as certezas do passado e se preparar para um novo mito mobilizador, um conhecimento coletivo (general intellect) capaz de construir um novo mundo. Até que o avanço do conhecimento, coletivamente apropriado, dissolva o mito e se forme o novo bloco histórico orientado pela filosofia da práxis (a rigor uma não filosofia). Para Gramsci esse mito criativo e inovador seria o Príncipe Moderno, “um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (Gramsci, Q. 13, §1, p. 1558). Esse elemento, para Gramsci é o processo no qual a massa trabalhadora se faz classe e se faz partido, no decorrer da luta de classe. No entanto, hoje, em plena crise orgânica do capital, em plena barbárie, esse elemento complexo é muito mais complexo e a concretização de uma vontade coletiva, nacional, regional ou mundial existe apenas em células dispersas. A exigência será de que a humanidade em processo de unificação seja gestor do planeta, no senso de repor o que retira, de

fabricar os bens de uso necessários e nada mais. O planejamento será coisa indispensável para a conversão do processo produtivo. O poder público deve considerar a educação, saúde, transporte e energia limpa e renovável como essencial. Diminuir as grandes manchas urbanas e garantir que a produção agrícola considere e resguarde a biodiversidade, com ajuda de uma alimentação tendencialmente vegetariana e regionalmente adaptada. Enfim, que tenha início uma nova história.

#### REFERENCIA

CHESNAY, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: editora Xamã, 1996.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DUSSTER, David. *Esclavos modernos: las victimas de la globalizacion*. Barcelona: Ediciones Urano, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderini del cárcere*, v. 3. Torino: Einaudi editore, 1975.

HARVEY, David. *Breve storia del neoliberalismo*. Milano: Il Saggiatore, 2007.

MÈSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

VICO, Gianbattista. *Scienza Nuova (1744)* In: *I classici del pensiero italiano*. Roma: Biblioteca Treccani, 2006.

# 4

## BRASIL: O AFUNDAMENTO

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO DECLÍNIO DO CAPITALISMO  
BRASILEIRO

GIOVANNI ALVES<sup>1</sup>

“Obrigado, Cacá Diegues: *Bye-bye*, Brasil”

FRANCISCO DE OLIVEIRA (2018)

In: “O adeus do futuro ao país do futuro:

Uma biografia breve do Brasil” (2006).

A primeira recessão global (1973-1975) após a Segunda Guerra Mundial provocou a “movimentação das placas tectônicas” do capitalismo mundial. Não se tratou de uma mera crise cíclica como é comum no desenvolvimento capitalista. A partir dela, o sistema mundial do capital entrou numa nova temporalidade histórica caracterizada por processos de reestruturação capitalista nas mais diversas esferas da vida social. Foi a partir desta inflexão histórica da dinâmica do capital global em meados da década de 1970 que ocorreu logo depois, com a crise da dívida externa em 1980, o que denominamos “afundamento” do projeto nacional-desenvolvi-

---

<sup>1</sup> Giovanni Alves é professor de sociologia da UNESP (Universidade Estadual Paulista) - Campus de Marília/SP. Pesquisador-bolsista do CNPq, coordenador-geral da RET (Rede de Estudos do Trabalho) e líder do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” (GPEG). É autor de vários livros na área de precarização do trabalho, reestruturação produtiva e capitalismo global. E-mail: giovanni.alves@unesp.br.

mentista brasileiro (no léxico da geologia, “afundamento” significa “a depressão produzida pela movimentação das camadas tectônicas da estrutura terrestre”). Portanto, a época histórica a partir do qual podemos assinalar o declínio (ou depressão) do capitalismo brasileiro corresponde ao início da crise estrutural do capital<sup>2</sup> que, de acordo com István Mészáros, ocorreu em fins da década de 1960 e início da década de 1970 (Mészáros, 2002). Mas o evento histórico contunente foi a primeira recessão do pós-guerra em 1973 (Harvey, 1993). A partir daí iniciou-se a transição para o capitalismo global com a dominância do capital financeiro e a persistência de crises financeiras por conta da hipertrofia das finanças e a tendência histórica de queda de lucratividade tendo em vista o aumento da composição orgânica do capital (Alves, 2018). O Brasil, como província do capitalismo mundial, sentiu os deslocamentos da placa tectônica, primeiro com o fim do “milagre” (1973); e depois, com a crise da dívida externa (1980). Desde a primeira década após o início da crise estrutural do capital, o Brasil não conseguiu crescer a taxas igual ou superiores àquelas da época do “milagre brasileiro” (1969-1973). Ao mesmo tempo, a industrialização brasileira perdeu força. A idéia de “afundamento” do Brasil traduz a percepção de que a integração do capitalismo brasileiro à dinâmica do capital global como projeto de dominação de classe, tal como ocorreu depois de 1964 e mais tarde, em 1990 com a via neoliberal, significou o aprofundamento da dependência estrutural do Brasil à dinâmica da mundialização financeira e a renúncia a qualquer projeto efetivamente desenvolvimentista nas condições históricas da crise estrutural do capital. Num primeiro momento, apresentaremos um panorama histórico sintético do desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos últimos 50 anos. A perspectiva histórica

---

2 A crise estrutural do capital iniciou-se de acordo com Istvan Meszáros em fins da década de 1960 e início da década de 1970. Vários autores localizam a virada do desenvolvimento do capitalismo após a Segunda Mundial em meados da década de 1970. A grande crise (1973-1975) alterou a dinâmica histórica do sistema mundial do capital. Tal mudança estrutural deu início à passagem para o capitalismo global ou mundialização do capital. O desenvolvimento do novo capitalismo sob dominância do capital financeiro teve impactos na periferia mais desenvolvida d sistema e elo mais forte do imperialismo na América do Sul (o Brasil).

de meio século de capitalismo brasileiro, expõe o afundamento do Brasil diante das escolhas políticas feita pela sua classe dominante. Trata-se do longo declínio do capitalismo brasileiro como projeto de civilização ou ainda, a longa travessia para a barbárie social. Como plano de fundo da economia política do afundamento do Brasil, salientaremos como movimento causal estrutural de crise do capitalismo brasileiro, a tendência persistente de queda da taxa de lucros (Marquetti, Madonado Filho e Lautert, 2018). Depois, de modo sintético, apresentaremos os elementos que devem compor o retrato do Brasil do futuro. Trata-se de tendências demográficas, sociais e culturais que devem mudar o Brasil a partir da década do 2020 do século XXI.

#### I. O COLAPSO DO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

Depois de 10 anos de agonia do modelo nacional-desenvolvimentista (1980-1990), o capitalismo brasileiro inseriu-se efetivamente na mundialização do capital. A eleição de Fernando Collor de Mello (PRN - Partido da Reconstrução Nacional) nas eleições para Presidência da República em 17 de dezembro de 1989, representou a vitória das forças políticas conservadoras de direita e reacionárias do Brasil. Foi com o governo Collor de Mello que o Brasil deu mais um salto para o aprofundamento da dependência estrutural do Brasil à dinâmica do capital global. A última década do século XX no Brasil foi uma década neoliberal. Nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992); e Fernando Henrique Cardoso (1984-2002), foram efetuadas reformas de orientação neoliberal de acordo com o Consenso de Washington, visando reestruturar profundamente o capitalismo brasileiro na perspectiva da sua integração à mundialização financeira (Alves, 2014). Na verdade, desde 1973, a economia brasileira apresentava sinais do esgotamento do projeto nacional-desenvolvimentista caracterizado pela presença do Estado na dinamização da industrialização e acumulação capitalista no Brasil. A crise da dívida externa encerrou de vez o ciclo histórico iniciado na década de 1950.

A primeira fase da industrialização no Brasil (1933-1955) ocorreu com o modelo de “substituição de importações”, implantado por



Getúlio Vargas. A segunda fase da industrialização brasileira ocorreu a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que impulsionou a industrialização pesada, dando início a etapa nacional-desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. Assim, num primeiro momento, tivemos a etapa “populista” do nacional-desenvolvimentismo baseado na idéia de capitalismo nacional e substituição de importações (Ianni, 1968). Depois do golpe militar de 31 de março de 1964, tivemos a segunda etapa do nacional-desenvolvimentismo conduzido sob a forma autocrático-burguesa. Na etapa autocrático-burguesa do nacional-desenvolvimentista, a acumulação do capital e a industrialização brasileira foi comandada pela forte presença do Estado na dinamização da economia associado às empresas nacionais e corporações transnacionais (tivemos o consórcio da tecnocracia estatal sob controle do regime militar, apoiada pelas “novas classes médias” urbanas e pela burguesia brasileira associada à burguesia financeira internacional) (Bresser-Pereira, 1995). A função histórica do golpe civil-militar de 1964 foi promover a “modernização conservadora” do Brasil a partir da destruição do movimento social, operário e popular comprometido com as “reformas de base” do capitalismo brasileiro. Instaurou-se um capitalismo conservador e reacionário associado e dependente do capitalismo mundial (1964-1980). Depois da crise da economia brasileira de 1961 a 1964, tendo em vista a turbulência política da primeira metade da década de 1960, o Brasil voltou a crescer. Durante o período de 1964-1967, o crescimento foi de 4,2% a.a.; e de 1968-1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de cerca de 11,1% a.a. sendo isto conhecido como o “milagre brasileiro.

Na última metade da década de 1960, com as reformas econômicas do governo do Marechal Castelo Branco e a repressão militar do movimento operário-sindical, criaram-se as condições favoráveis para o aumento da taxa de exploração no Brasil; e por conseguinte, o aumento da taxa de lucro e do investimento na economia brasileira. Entretanto, a desaceleração da economia internacional em fins da década de 1960 e começo da década de 1970, por conta da queda da taxa de lucro no capitalismo central (o que indicamos acima como sendo o início da crise estrutural do capital); e o choque do preço do petróleo com o conflito árabe-israelense e a recessão mundial de

1973-1975, afetaram o crescimento da economia brasileira. No período 1974-1980, diante da crise da economia capitalista internacional, optou-se ainda pela “substituição de importações”, incentivo às exportações e investimento em infraestrutura energética e industrial, destacando-se a produção de petróleo, as indústrias de base e de bens de capital. O padrão de crescimento brasileiro passou por algumas mudanças significativas, tornando-se cada vez mais dependente dos recursos externos (“crescimento com endividamento”). Na verdade, os anos de 1970 foi um período de alta liquidez internacional e de crescente entrada de capitais externos no Brasil (Ohweiler, 1988).

A expansão dos bancos transnacionais e os petrodólares, surgidos logo após o choque do petróleo em 1973, serviram como importante fonte de financiamento para as economias emergentes, incluindo o Brasil. O modelo nacional-desenvolvimentista de base autocrático-burguesa buscou um novo salto de crescimento da economia por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (governo Geisel). Nesse período tivemos um conjunto de obras públicas, aumentando bastante o endividamento externo. A situação de liquidez internacional contribuiu para que o Brasil aumentasse o endividamento externo visando dar um salto na industrialização conduzido pelo Estado. A dívida externa brasileira cresceu de modo diruptivo. Na última metade da década de 1970, apesar da crise do capitalismo central, a economia brasileira ainda tinha folego, embora não tanto quanto o período do “milagre brasileiro” (1968-1973). No período de 1968-1982, o crescimento médio anual do PIB brasileiro foi maior do que o do período de 1950-1967 (passou de 6,3% no período 1950-1967 para 7,5% no período 1968-1982, com destaque para o crescimento médio de 11,5% a.a. no período do “milagre econômico”). (Vieira e Holland, 2010).

Enquanto isso, nos países capitalistas centrais, como reação à recessão de 1973-1975, adotou-se na última metade da década de 1970, o receituário keynesiano de expansão de demanda num cenário de alta liquidez internacional que fez as economias recuperarem um baixo crescimento, mas com aumento da inflação em diversos países do mundo. Baixo crescimento do PIB, alta taxa de desemprego e inflação significaram “estagnação”. Este foi o clima propício para a ascensão de

governos neoliberais (Margareth Thatcher em 1979 no Reino Unido; e Ronald Reagan em 1980 nos EUA). Quando Ronald Reagan assumiu a Presidência dos EUA, adotou a política do dólar forte, fazendo o FED (Banco Central norte-americano) elevar drasticamente a taxa de juros, afetando as economias endividadas da América Latina, entre elas o Brasil que recorreu ao FMI, que impôs um Programa de Ajustes que significou o fim irremediável do modelo nacional-desenvolvimentismo. Foi a crise da dívida externa. O Brasil entrou numa profunda recessão no começo da década de 1980. A adoção de políticas fiscais e monetárias restritivas de contenção de demanda deu início à era de hegemonia neoliberal sob a condução do capital financeiro.

Na década de 1980, o severo ajuste recessivo imposto pelo FMI, impediu o crescimento do PIB brasileiro, através da contenção da demanda por importações. Na verdade, como o objetivo era o de sanear o balanço de pagamentos e reduzir a inflação, houve uma contração da demanda interna, através da redução do consumo e do investimento, o que permitiu o deslocamento da produção para o mercado externo (Bresser Pereira, 1985).

Desde 1979, com a deterioração do cenário da economia brasileira, o aprofundamento da crise social, a ascensão do movimento operário e a pressão da sociedade civil, o regime civil-militar começou o processo de “abertura política”, lenta e gradual para uma nova etapa de democracia liberal. A década de 1980 no Brasil foi uma década de estagnação, instabilidade e dificuldades de crescimento da economia brasileira, tendo em vista a hiperinflação, dificuldades de acesso às finanças internacionais e o debilitamento da capacidade fiscal do Estado brasileiro. Enfim, o modelo “desenvolvimentista” perdeu o seu “motor de arranque”: a capacidade de investimento do Estado. Ao mesmo tempo, por conta do fechamento dos mercados financeiros para o Brasil, em virtude do problema da dívida externa, não tivemos o investimento privado (o que explica no Gráfico 2 adiante, a queda brutal da taxa de lucro do capital no Brasil na década de 1980).

Por outro lado, no plano da sociedade civil, a década de 1980 foi uma década de lutas sindicais e acumulação de força social pela

redemocratização do País. Tivemos a explosão do sindicalismo e associativismo com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Associações de Moradores. A década de 1980 foi a década da disseminação do coletivismo como consciência social. Foram criadas muitas associações e sindicatos de oposição, cultivando o movimento social pela base e a formação da consciência de classe. Por exemplo, 1980 foi o ano de fundação (1980) do PT (Partido dos Trabalhadores), que tornou-se no decorrer da década de 1980, o polo da oposição democrática de esquerda, originariamente socialista e que representava a força de ascensão do movimento popular e sindical.

Diante da ascensão da luta de classes na década de 1980, a oligarquia industrial-financeira brasileira associado ao capital internacional com apoio das Forças Armadas, construiu com cautela política, o processo de transição democrática conservadora. Apesar do movimento de massas dirigido pela oposição liberal-popular exigindo “Diretas Já” nas manifestações de massa de 1983, o Presidente da República do novo governo civil foi escolhido, não pelo voto popular, mas pelo Colégio Eleitoral em 1984. Foi eleito para Presidência da República, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), político liberal de larga experiência conciliatória no Poder Legislativo e Poder Executivo, tendo como vice-presidente da República, o Senador José Sarney (Partido Democrático-Social, oriundo da ARENA, Aliança Renovadora Nacional, o partido de sustentação política da ditadura militar).

Em 1988 foi promulgada a Nova Constituição-Cidadã que expressou em si, as contradições do processo de transição democrática. Por um lado, a nova carta constitucional, que fundava o “Estado democrático de direito”, continha os rudimentos de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, sendo a Constituição brasileira, uma das mais avançadas em termos dos direitos sociais. Mas, por outro lado, a Constituição Federal de 1988 não alterou de forma substancial, a estrutura político-oligárquica do Estado brasileiro e o modo de representação política capaz de dar efetividade material aos princípios do bem-estar social. Nas décadas de 1990 a 2019, a falta de regulamentação da letra constitucional naquilo que representava

avanços da democracia brasileira, colocou sérios obstáculos para a efetividade dos direitos sociais e políticos da cidadania. Por exemplo, na década de 1990 foi criado a DRU<sup>3</sup>, dispositivo legal utilizado para remanejar recursos da Seguridade Social para a União. Embora o direito social de educação e saúde, por exemplo, conste na Constituição de 1988, ele se tornou “letra morta” diante da Emenda Constitucional no. 95, lei aprovada no governo Michel Temer (2016-2018) que congelou o gasto público por 20 anos<sup>4</sup>.

## 2. O NEOLIBERALISMO ASCENSIONAL NO BRASIL (1990-2002)

Em 1989, o candidato da Frente Brasil Popular (PT-PCdoB), Luís Inácio Lula da Silva (PT), foi para o 2º. turno das eleições presidenciais alavancado pelos anseios dos movimentos sociais, populares e sindicais. Na época, o PT e a CUT eram as representações da contestação social. Entretanto, a força de manipulação midiática da oligarquia dominante (TV Globo), contribuiu para a derrota de Lula e a vitória do candidato da direita, Fernando Collor de Mello (PRN). De 1989 a 1991, tivemos os três anos que mudaram o mundo, marco histórico-político de ascensão e afirmação do capitalismo global (Queda do Muro de Berlim, Consenso de Washington/Plano Brady e fim da URSS).

O governo Fernando Collor de Mello, a partir de 1990, deu o primeiro passo para a reestruturação do capitalismo brasileiro sob

---

3 A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado. Criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), essa desvinculação foi instituída para estabilizar a economia logo após o Plano Real. No ano 2000, o nome foi trocado para Desvinculação de Receitas da União. Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. A DRU também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública.

4 A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

os moldes neoliberais visando retomar o crescimento da economia por meio do combate da inflação e estabilização da moeda adotando os pressupostos do novo modelo de desenvolvimento neoliberal (o domínio do mercado). Devido a profunda insatisfação social e a sua inabilidade política em conduzir as reformas de base do capitalismo brasileiro na perspectiva do neoliberalismo hegemônico, Fernando Collor de Mello foi descartado pela classe dominante, com o impeachment (1991). O fracasso do “pacote” de Collor visando abater a hiperinflação representou o seu descarte político pela oligarquia financeira dominante. Com o impeachment de Collor, assumiu Itamar Franco, o vice-presidente que preparou o Plano Real (1992-1993), o plano de estabilização monetária (combate da hiperinflação), pressuposto fundamental para o desenvolvimento do capitalismo neoliberal no Brasil.

Foi o Plano Real feito em 1993 que ajudou a eleger o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (FHC), dando prosseguimento à integração do Brasil nos circuitos financeiros do capitalismo global. Com a “amarração” do Plano Real, o governo FHC conduziu a pauta da reestruturação capitalista neoliberal no Brasil: privatizações e reforma do Estado; reforma trabalhista e reforma da previdência. Não interessava aos “donos do poder oligárquico-burguês” no Brasil, uma efetiva reforma tributária na medida em que era politicamente inadequada pois poderia esgarçar a aliança política neoliberal capaz de levar a cabo as outras reformas neoliberais; além disso, a atual estrutura de cobrança de impostos e tributos é bastante satisfatória para o establishment burguês na medida em que a estrutura tributária no Brasil era uma das mais injustas do mundo, pois nela, os ricos e investidores do capital financeiro não pagam impostos) (Filgueiras, 2000).

Com a nossa integração subalterna à mundialização financeira na década de 1990, reforçaram-se mais ainda, os vínculos estruturais de dependência com o imperialismo e o movimento do capitalismo global. Como dizemos, 1989-1991 foi o marco histórico-político da ascensão do capitalismo global. Desde a década de 1970, a mundialização do capital (produtiva, comercial e financeira) adquiriu um novo patamar com a dominância do capital financeiro. No começo da década de 1990, o Plano Brady permitiu que o Brasil voltasse a frequentar

o mercado internacional de crédito, desde que aplicasse a receita do Consenso de Washington. Com a “crise da dívida externa” em 1980 o Brasil alijou-se das finanças globais por conta da dívida externa.

Nos primórdios do capitalismo global, surgiu uma oportunidade para o Brasil inserir-se mais uma vez, de forma subalterna e associada à globalização neoliberal. A aplicação do receituário do Consenso de Washington (abertura comercial, liberalização financeira, privatizações, Reforma do Estado, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência) permitiu um novo modelo de desenvolvimento que, ao lado da estabilização monetária (Plano Real), pudesse representar a fundação de novas bases materiais para um salto na acumulação capitalista. A ascensão do capitalismo global na década de 1990 foi caracterizado pela instabilidade financeira, um traço da dominância do capital financeiro. Foi no alvorecer do capitalismo global na década de 1990 que ocorreram a crise financeira no México (1994) e crises financeiras na Ásia (1996-1997), Rússia (1998) e depois, Brasil (1999).

Em meio à crise financeira de 1997, o candidato do neoliberalismo no Brasil foi, mais uma vez, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que conseguiu se reeleger derrotando Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS) no Primeiro Turno. Era o homem de confiança capaz de levar adiante as reformas neoliberais no Brasil. Pouco antes desse pleito foi aprovado um projeto de emenda constitucional permitindo a reeleição aos ocupantes de cargos no Poder Executivo. Muito se discutiu sobre a constitucionalidade deste projeto e, posteriormente, parlamentares da base aliada do governo admitiram ter vendido seus votos pela aprovação da emenda. Logo após a eleição, por pressão do mercado financeiro, o governo Cardoso teve que desvalorizar a moeda brasileira (o Real) (1999) e recorrer ao FMI. O segundo governo FHC (1998-2002) foi marcado pelas dificuldades da crise do modelo neoliberal na América Latina (Gonçalves, 1994).

A crise financeira de fins da década de 1990, atingiu não apenas os países ditos “emergentes” na Ásia e América Latina (como o Brasil), mas o centro do capitalismo financeiro global (os EUA), com o estouro financeiro da “nova economia” das empresas de Internet. A queda da

Nasdaq (a bolsa de valores da Nova Economia) no alvorecer do século XXI, demonstrou que a crise financeira do capitalismo global tinha chegado no centro orgânico do capital global. Neste ano (2000), num cenário de crise da economia dos EUA, o republicano George W. Bush foi eleito Presidente da República com uma pequena diferença de votos no Colégio Eleitoral, derrotando o candidato democrata Al Gore<sup>5</sup>.

### 3. NEODESENVOLVIMENTISMO: O “ÚLTIMO SUSPIRO” DA NOVA REPÚBLICA

No começo da década de 2000, aprofundou-se a crise social no Brasil. A crise do capitalismo neoliberal atingiu toda a América Latina (com destaque para a Argentina e Venezuela). Em 2002, o candidato neoliberal do PSDB, José Serra, perdeu as eleições para o candidato de oposição da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva (do PT). Os candidatos de orientação neoliberal foram derrotados em eleições na Argentina (2002), Venezuela (1999), Equador (2006) e Bolívia (2005). No Chile, no ano de 2000, o candidato do Partido Socialista, Ricardo Lagos (2000-2006), chegou à Presidência da República, elegendo mais tarde, sua sucessora, Michelle Bachelet (2006-2010). O século XXI iniciou-se com a América Latina em chamas e a ascensão de governos neodesenvolvimentistas e pós-neoliberais.

De 2003 a 2010, sob os governos Lula (PT), o Brasil adotou um modelo de desenvolvimento que, de certo modo, fez contraponto ao modelo neoliberal, sem romper efetivamente com os princípios

---

5 A bolha financeira das *ponto.com* (também conhecido como o *boom* das *pontocom* , a bolha da tecnologia ou a bolha da Internet ), foi uma bolha no mercado acionário causada pela excessiva especulação de empresas de Internet relacionadas no final de 1990, um período de grande crescimento no uso e adoção da Internet . Entre 1995 e seu pico em março de 2000, o índice do mercado de ações Nasdaq Composite subiu 400%, apenas para cair 78% de seu pico em outubro de 2002, desistindo de todos os seus ganhos durante a bolha. Durante o acidente, muitas empresas de compras online , como *Pets.com* , *Webvan* e *Boo.com* , bem como várias empresas de comunicação, como *Worldcom* , *NorthPoint Communications* e *Global Crossing* , falharam e fecharam. Algumas empresas, como *Cisco* , cujas ações caíram 86%, *Amazon.com* e *Qualcomm* , perderam uma grande parte de sua capitalização de mercado, mas sobreviveram.



do neoliberalismo no que diz respeito à gestão macroeconômica. Com o “neodesenvolvimentismo”, o Estado brasileiro continuou sendo um Estado neoliberal de feição oligárquico-política. Para governar, Lula adotou a estratégia de conciliação de classe nos marcos do poder oligárquico-burguês, buscando construir um novo modelo de desenvolvimento sem romper com os pilares da macroeconomia neoliberal (Lula manteve por exemplo a tríade da regulação macroeconômica neoliberal: superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante). Entretanto, o movimento convulsivo do capitalismo global sob a dominância do capital financeiro, não deixou de afetar a dinâmica do capitalismo brasileiro estruturalmente dependente e associado à mundialização do capital (Gonçalves, 2013).

Na década de 2000, a conjuntura da economia global influenciou – de modo positivo ou negativo - os rumos do desenvolvimento capitalista do Brasil, o “elo mais forte” do imperialismo na América do Sul. Eis o traço de vulnerabilidade externa do Brasil que não foi alterada pelos governos neodesenvolvimentistas. É claro que o novo modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro, beneficiou-se, ao lado de outros países da América do Sul, do boom de liquidez internacional (2001-2007) e dos altos preços das commodities por conta da ascensão da China no mercado mundial. O neodesenvolvimentismo brasileiro conciliou política de crescimento da economia com “inclusão social”, entendido como programas de transferência de renda visando combater a pobreza extrema no Brasil. O “choque de capitalismo” mobilizou investimentos do Estado (Programa de Aceleração do Crescimento) num contexto de aumento das receitas por conta do boom das commodities. A “inclusão social” (o combate à pobreza extrema e desigualdade de renda) ocorreu com os Programas de Transferência de Renda e, por pressão das Centrais Sindicais, a Política de Valorização do Salário Mínimo visando reativar o mercado interno de massas. O neodesenvolvimentismo e o lulismo como estratégia política de conciliação de classe, foi considerado um “reformismo de baixo impacto” (André Singer). Mas poderia ser considerado um “reformismo sem reformas” na medida em que diante da bonanza global, os governos de coalizão do

PT (com o PMDB a partir de 2010), não investiram efetivamente no acúmulo de forças sociais, ideológica e políticas capaz de adotar um programa de reformas de base necessárias para dar apoio e sustentação à programática de crescimento e desenvolvimento social no Brasil (por exemplo, nenhuma ação de governo mais contundente de 2003 a 2014, fez reverter a desindustrialização do Brasil).

O marco histórico fundamental de desenvolvimento do capitalismo foi a profunda crise financeira de 2008 (o big crash) que alterou a dinâmica capitalista na década de 2010, expondo as contradições profundas de dominância do capital financeiro global nas condições históricas de persistente crise de lucratividade. O “big crash” financeiro global de 2008 demarcou na década de 2010, importantes mudanças do sistema mundial de poder e da acumulação do capital afetando as experiências neodesenvolvimentista e pós-neoliberais da América do Sul. A partir de 2010, o capitalismo global entrou numa longa depressão, que alterou o ciclo industrial (crescimento insustentável, progressiva desaceleração e recessão). No caso da China, a “locomotiva” mundial da acumulação de capital na década de 2000, reduziu seu crescimento exuberante, afetando o preço das commodities e derrubando as economias em desenvolvimento da América do Sul, que tiveram a partir da metade da década de 2010, profundas quedas do PIB. Portanto, o neodesenvolvimentismo não seria o mesmo na década de 2010.

Embora a crise de 2008 não tenha afetado de imediato, o Brasil, por conta das políticas contracíclicas adotadas pelo governo Lula (aumento do crédito e gasto público), a crise capitalista só foi se manifestar no Brasil como efeito retardado, no governo Dilma Rousseff (2011-2014). Pode-se dizer que, de 2011 a 2014 (período do primeiro governo Dilma) tivemos o período de crise do neodesenvolvimentismo, não apenas devido às suas contradições internas, mas por conta de mudanças de fundo na dinâmica do capitalismo mundial, expondo os limites estruturais do modelo de desenvolvimento.

Foi com a longa depressão da década de 2010, que se abriu um período histórico de reação do capitalismo global no seu núcleo hegemônico (EUA). Emergiu um “novo imperialismo” cada vez mais voraz,

diante da disputa geopolítica que demarca o século XXI entre EUA e China/Rússia (pode-se dizer que o crash financeiro de 2008 e a formação dos BRICS (2009) acendeu o sinal de alerta para o Departamento de Estado norte-americano sobre o novo xadrez da geopolítica global)<sup>6</sup>. Portanto, além dos problemas internos de condução da macroeconomia do neodesenvolvimentismo (falta de investimentos privados e crise fiscal), a nova dinâmica da economia da China, a partir de 2011, expôs os limites da economia política do neodesenvolvimentismo baseado num modelo de exportação de commodities; e opção política pelo gasto público com as demandas populares atizando fogo no conflito distributivo num cenário de queda de taxa de lucro no Brasil.

Podemos destacar pelo menos dois principais limites do neodesenvolvimentismo: a (1) incapacidade (ou a falta de vontade política) de abolir o Estado oligárquico-político herdado da década neoliberal (a década de 1990); e depois, (2) a economia política do neodesenvolvimentismo não reverteu o processo de desindustrialização, preferindo adotar uma “linha de menor esforço”: a rendição ao modelo de exportações de commodities. Tal como em 1964, o cenário de crise profunda da economia, inclusive corroborada pela política de austeridade fiscal adotada pela Presidenta Dilma em 2015, surgiu a oportunidade

---

6 Em economia, BRICS é um agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Trata-se de acrônimo da língua inglesa que é geralmente traduzido como “os BRICS” ou “países BRICS” ou, alternativamente, como os “Cinco Grandes”. O agrupamento começou com quatro países sob o nome BRIC, reunindo Brasil, Rússia, Índia e China), até que, em 14 de abril de 2011, [o “S” acrescido foi resultado da admissão da África do Sul (do inglês: South Africa) ao grupo. O grupo não é um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia. Diferentemente, os quatro países fundadores procuraram formar um “clube político” ou uma “aliança”, e assim converter “seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica.” Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais.

7 Deve-se entender o Estado num sentido ampliado (sociedade política e sociedade civil). Deste modo, os governos neodesenvolvimentistas não fizeram a disputa ideológica na sociedade civil permanecendo no horizonte liberal, não acumulando forças sociais, culturais e políticas para o irremediável enfrentamento de classes. Pelo contrário, tanto Lula, quanto Dilma, reforçaram o leque ideológico do capitalismo neoliberal (a cidadania pelo consumo, o mito da “classe média”, o empreendedorismo e o discurso identitarista ao invés da identidade de classe, etc).

política para o Estado neoliberal “expelir” do governo, a programática neodesenvolvimentista do PT. Numa situação de profunda crise de acumulação do capital no Brasil, tendo em vista a tendência histórica de queda da taxa de lucro e da disputa do orçamento público com programas sociais (elementos da luta de classe no Brasil), os “donos do poder oligárquico-burguês” decidiram dar um golpe de Estado para dar prosseguimento de modo profundo, às “reformas neoliberais” e adotar as medidas governamentais necessárias para (1) recompor a taxa de exploração da força de trabalho; (2) reposicionar geopoliticamente o Brasil no quadro do imperialismo norte-americano; e (3) blindar o orçamento público para os interesses do capital financeiro hegemônico.

Embora tenha sido reeleita pelo voto popular em 2014, a Presidente Dilma Rousseff (PT) diante da profunda crise política, escolheu adotar nos moldes neoliberais, um ajuste fiscal que aprofundou a recessão da economia brasileira. O Brasil viveu uma das maiores recessões de sua história republicana – desde 1930. Assim, criaram as condições ideais, tal como em 1964, para um golpe político-institucional (golpe de Estado) em 2016. Ela foi destituída pelo Poder Judiciário e Congresso Nacional com apoio de movimentos de massa e da Grande Mídia conduzida pela direita neoliberal. De 2013 a 2016 tivemos o laboratório da extrema direita que ascenderia em 2018 com Jair Bolsonaro, diante do fracasso social do governo golpista do vice-presidente Michel Temer e do clima ideológico anti-petista disseminado desde 2013 pelos arautos da direita neoliberal.

#### 4. O NEOLIBERALISMO REACIONÁRIO NO BRASIL (2016-2020)

Com o governo Michel Temer tornou-se claro que era preciso retomar o projeto neoliberal instaurado na década de 1990 e mitigado na era do neodesenvolvimentismo. Era preciso dar continuidade ao projeto oligárquico-burguês da burguesia brasileira sob hegemonia da oligarquia financeira associada ao capitalismo internacional. Nestas novas condições históricas, a ofensiva neoliberal adquiriu um caráter mais voraz do que aquela da década de 1990 quando o capitalismo global estava numa ascensão histórica. A partir de 2008, o capitalismo global entrou no período histórico de longa depressão que acirrou a luta de

classe e alterou o diapasão da ofensiva imperialista, principalmente nos países “dissidentes” da América do Sul integrados objetivamente à dominância neoliberal do bloco histórico EUA/União Européia. Diante da crise do capitalismo global, as reformas capitalistas de viés neoliberal assumiram um caráter voraz de feição ultraliberal, principalmente com a ascensão de forças da extrema-direita (governo Bolsonaro).

Em fins da década de 2010 ocorreu numa velocidade mais acelerada, o debacle do neoliberalismo reacionário na América Latina – com destaque para a experiência do Chile, Argentina, Bolívia e Peru. A pandemia em 2020 e 2021, e o aprofundamento da crise do capitalismo global expos com clareza candente a insustentabilidade do neoliberalismo na América Latina. A reversão das experiências neodesenvolvimentistas não se traduziu em alternativas politicamente hegemônicas tendo em vista que aprofundaram a pobreza extrema e a miserabilidade das camadas médias urbanas. Na medida em que o neoliberalismo foi (e é) incapaz de sustentar-se como projeto de desenvolvimento e inclusão social, as formações políticas de centro-esquerda reagem eleitoralmente, entretanto são incapazes de ir além do Estado neoliberal (o que podíamos denominar “síndrome do PT”). Portanto, governos de centro-esquerda estão condenados à “crise de governabilidade” na medida em que tem imensas dificuldades em construir alternativas radicais positivas para além do Estado neoliberal (como diz Gramsci, “o velho morreu, mas o novo não pode nascer”).

A situação de crise de governabilidade pode significar oportunidade de conjuntura para a reação político-institucional da classe dominante atenta às ameaças da formação do poder popular. O objetivo imediato foi inviabilizar o governo reformista (que não consegue fazer “reformas”), paralisando-o politicamente. Na medida em que foi incapaz de ir além do Estado apodrecido do capital, a formação política de centro-esquerda se dissolveu, caindo à direita quase que por inércia. No caso do Brasil, situações de crise e ameaças aos interesses da oligarquia burguesa historicamente significaram golpes militares ou golpes jurídico-político institucionais. Noutros países, onde temos a vigência das regras democráticas, a paralisia institucional do governo

de centro-esquerda, pode leva-lo a derrotas eleitorais pela manipulação da opinião público e dos anseios populares, operando-se o pendulo perverso do poder burguês tardio (o revezamento no governo entre centro-esquerda, direita e extrema-direita, aprofundando-se a crise social e política; e a médio e longo prazo, a cronificação da crise da democracia liberal). Em 2021 o quadro do jogo político ainda está indefinido e incerto quando se trata do processo liberal-democrático. Mas o dado imediato indiscutível é o fracasso irremediável do “neoliberalismo reacionário”, principalmente nas condições de profunda crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Utilizamos o conceito de “neoliberalismo reacionário” para caracterizar a forma neoliberal tardia que nasceu da reação burguesa às experiencias neodesenvolvimentistas na década de 2010. Por outro lado, na década de 1990, tivemos o que denominamos “neoliberalismo ascensional”. A questão é: como deve se configurar a alternativa democrático-popular positiva na década de 2020 na medida em que as condições internacionais geopolíticas são bastante diferenciadas daqueles da década de 2000, antes da crise de 2008, quando tivemos a ascensão das experiencias neodesenvolvimentistas na América do Sul. Na década de 2020, prolonga-se a crise do capitalismo global abrindo uma ampla margem de incertezas diante do acúmulo de contradições sociais e políticas e a ampliação dos riscos sistêmicos no mercado financeiro global.

O fracasso flagrante das políticas neoliberais reacionárias da última metade da década de 2010, num cenário de estagnação da economia e pandemia do novo coronavírus, eleveram a patamares inéditos a insatisfação social na América Latina. O neoliberalismo demonstrou sua insustentabilidade efetiva em manter-se no poder. A pandemia acelerou processos políticos e sociais expondo as profundas contradições que adquirem formas candentes na década de 2020. Provavelmente, a crise da democracia liberal deve “cronificar-se” na América Latina, na medida em que, “o velho está morrendo e o novo não pode nascer” (Antonio Gramsci).

Diante da convulsão social, no limite, as classes dominantes devem recorrer às forças de repressão policial-militar. A dissuasão ideológica operada pelos meios de (des)informação de massa tem

limites irremediáveis numa situação de precarização social extrema. No caso do Brasil, a “pulsão golpista” (Alves, 2018) deve prevalecer, na medida em que o “golpe”, e não as saídas democráticas, tem sido a forma de administração dos impasses políticos de fundo que, com a situação candente de insatisfação social, ameaçam ferir os interesses da oligarquia financeira no poder. Na verdade, o dado histórico contingente (a pandemia do novo coronavírus) foi o catalisador que teve, como função heurística, acelerar processos políticos e sociais, expondo as profundas contradições do capitalismo neoliberal acumuladas nas últimas década no Brasil e na América Latina.

##### 5. O DECLÍNIO HISTÓRICO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Depois da breve exposição histórica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro da etapa nacional-desenvolvimentista à longa crise do capitalismo brasileiro e a experiência neoliberal (1990-2002) e neodesenvolvimentistas (2003-2014); e finalmente, a imposição do neoliberalismo reacionário (2016-2020) a partir da crise do capitalismo global e a longa depressão da economia global (2008-2020), podemos verificar, a partir de indicadores da taxa de lucratividade, a evolução das etapas do capitalismo brasileiro como sendo, pelo menos nos últimos 40 anos, caracterizado pelo declínio da taxa de lucro, o que explica as políticas reiteradas de aumento da taxa de exploração e rompimento do projeto civilizatório brasileiro, iniciado com o modelo nacional-desenvolvimentismo do período democrático-popular (1956-1964).

Ao observarmos o gráfico 3, verificamos que o modelo nacional-desenvolvimentista, impulsionado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e caracterizado pela industrialização pesada conduzida pelo Estado e pelas multinacionais associadas às empresas nacionais (o tripé desenvolvimentista), levou à queda da taxa de lucro do capital devido o aumento rápido da composição orgânica de capital (crescimento do capital constante, principalmente o capital fixo: máquinas e equipamentos) num cenário político impeditivo do aumento da taxa de exploração (o período do “populismo”). Depois da breve recuperação no começo da década de 1960, observamos a queda brusca da

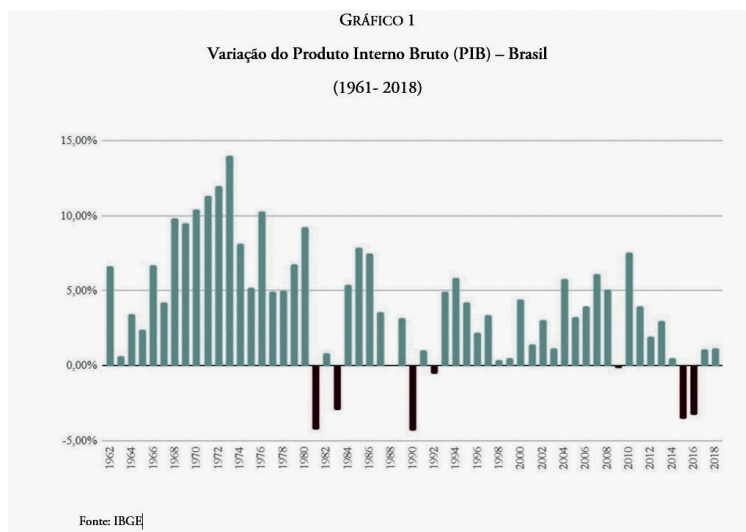
lucratividade no período de 1962-1965, que coincidiu com a crise da economia do governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964.

A inflexão política ocorrida com o fim do “populismo” e adoção pelo governo militar do desenvolvimentismo autocrático burguês, representou a retomada da taxa de lucro de 1964 a 1968 (o aumento da taxa de exploração por conta da repressão sindical e as reformas econômicas (PAEG) do governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) contribuíram para isso. O governo Castelo Branco adotou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos, que tinha como foco promover as reformas tributária, financeira e trabalhista e a diminuição dos desequilíbrios regionais na visão do capital monopolista. Para estruturar o Sistema Financeiro Nacional e corrigir a inflação, Castelo Branco estabeleceu medidas não-populares que propiciariam relativo sucesso na acumulação de capital: modificação na estrutura tributária (os impostos indiretos foram elevados e os diretos reduzidos, protegendo setores estratégicos pela concentração de renda); Política monetária restritiva (baixa emissão de moeda, principalmente); Estabilizar os preços, a imposição de regras para fixação de preços, a redução do poder aquisitivo, “arrocho salarial” ou política de salários (acreditavam na inflação por demanda).

Em 1968, a taxa de lucro teve uma leve queda por conta da instabilidade política e a retomada das lutas sociais (o que levou ao endurecimento do regime militar e a adoção do AI-5). Entretanto, a partir de 1969, a taxa de lucro teve uma pequena recuperação e depois um crescimento elevado (a época do «milagre econômico», de 1967-1973). A taxa de lucro atingiu seu pico em 1973, quando ocorreu a crise do capitalismo tardio, com a primeira recessão global depois da 2ª. Guerra Mundial. Depois de 1974, a lucratividade voltou a cair de modo persistente na última metade da década de 1970 (naquela época a economia brasileira ainda crescia). A queda brusca da taxa de lucro aconteceu em 1980 (crise da dívida externa) O colapso do modelo nacional-desenvolvimentista em 1980 projetou o País para uma nova temporalidade histórica de rebaixamento e instabilidade (oscilação para cima e nova queda) da taxa de lucro.

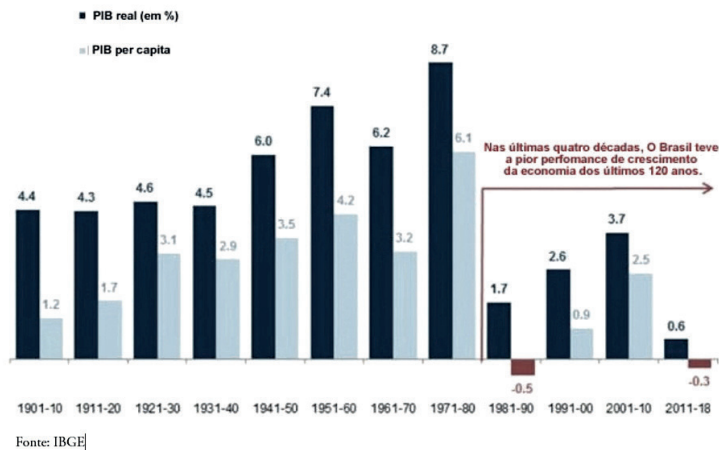


Desde 1980, o Brasil não mais recuperaria o patamar da taxa de lucro (e crescimento do PIB) atingido antes de 1980 – do mesmo modo, com a “grande crise” de 1973-1975, as economias capitalistas centrais não mais recuperariam os índices de crescimento do PIB dos “trinta anos dourados” (1945-1975). A baixa lucratividade contribuiu para pequenos índices de crescimento do PIB. Como demonstram os gráficos 1 e 2, nos últimos 40 anos (1980-2020), o Brasil teve seu pior desempenho de crescimento do PIB dos últimos 120 anos. No gráfico 1, observamos que as primeiras variações negativas do Produto Interno Bruto no Brasil do Brasil moderno, ocorreram a partir de 1980, o marco histórico do afundamento do Brasil. Portanto, a indicação histórica da evolução da taxa de lucro demonstrou o movimento da variável determinante do investimento produtivo e da sustentabilidade do crescimento da economia e do desenvolvimento social nos marcos da ordem capitalista. Depois de cair em baixíssimos níveis na década de 1980, a taxa de lucro se recuperou um pouco no começo da década de 1990 com as reformas neoliberais.. Apesar de pequena queda, ela voltou a crescer com o Plano Real e as reformas neoliberais dos governos FHC. Entretanto, a partir de 1999, a taxa de lucro voltou a cair até 2003, quando se iniciou o governo



Lula. O período dos governos Lula (2003-2010) foi um período de crescimento do PIB, acumulação de capital e recuperação da taxa de lucro no Brasil, embora num patamar bastante inferior àquele da década de 1960 e 1970. Com a crise de 2008, a lucratividade sofreu uma inflexão para baixo, que se aprofundou em termos relativos na década de 2010 (governo Dilma) com a crise do capitalismo global.

GRÁFICO 2  
Variação decenal do PIB – Brasil  
(1901- 2018)



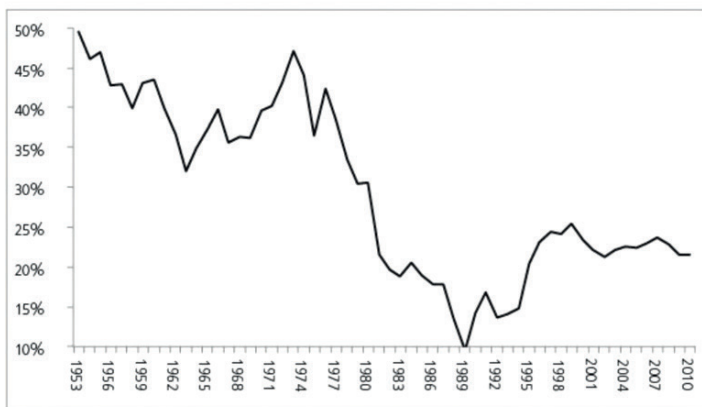
O marco histórico de início da crise do capitalismo global é a recessão global de 2008. Depois, os efeitos da crise global disseminaram-se como ondas de impactos pelo sistema mundial que, originando-se no centro dinâmico do sistema mundial (2008 e 2009 nos EUA e Japão; 2010 e 2011 na União Européia), atingiu a China (em 2012), e o Brasil (2014). Os efeitos da longa depressão da economia global na década de 2010 foram diferenciados. Por exemplo, a economia do Japão permaneceu estagnada; a economia dos EUA e da União Européia conseguiram recuperar o crescimento do PIB, mas a taxas menores comparadas àquelas de 2008 e por períodos curtos (o que levou alguns autores keynesianos a dizer que vive-se uma es-

tagnação secular). A China (e a Índia) continuaram crescendo, mas a taxas muito mais baixas do que aquelas verificadas na década de 2000. De 2015-2016, o Brasil entra na mais profunda recessão de sua história republicana e depois (2017-2019) cresce a taxas muito baixas (a economia brasileira está praticamente estagnada). Ao adotar o indicador da taxa de lucro como princípio teórico-metodológico, a análise histórico-materialista parte do princípio de que, no capitalismo, a taxa de lucro é o indicador fundamental para a acumulação de capital e o movimento da economia. *É o movimento tendencial da taxa de lucro (e as contratendências que lhe são intrínsecas), que explicam as linhas essenciais da conjuntura cíclica do capitalismo.*

GRÁFICO 3

## BRASIL: TAXA DE LUCRO DO CAPITAL

(1953-2010)



Fonte: Marquetti, Maldonado Filho e Lautert, 2018.

Na medida em que o capital necessita operar movimento de contratendências, sendo o aumento da taxa de exploração, a contratendência fundamental. No caso do Brasil e de sua particularidade histórica como capitalismo periférico, associado e dependente do capitalismo central (EUA e União Européia), tal movimento contratendencial do capital, assumiu um caráter mais intenso. O Brasil

é o “país do excesso” na exploração (escravismo durante 350 anos e a superexploração do trabalho como regra da relação capital x trabalho); e espoliação, desde a Colônia (séculos XVI-Século XVIII). Mas o movimento contratendencial do capital articula exploração e espoliação como recurso de aumento da taxa de acumulação de capital. O movimento da espoliação diz respeito às ofensivas do capital contra direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e à privatização de patrimônio público (empresas públicas e recursos naturais). O neoliberalismo (1990-2020) foi *expert* na operação de aumento da taxa de lucro e acumulação do capital articulando exploração e espoliação de direitos e saqueamento do fundo público.

Na década de 2010, repõe-se com força, o imperialismo dos EUA. Temos uma nova ofensiva geopolítica imperial no Norte da África (Primavera Árabe), Oriente Médio e América do Sul (golpes de Estado de novo tipo). A ofensiva geopolítica possui um caráter de espoliação pois visa apropriar-se do fundo público e da riqueza dos recursos naturais (como Petróleo, por exemplo). Em última instância, a espoliação (o movimento de expropriação de sobretrabalho por meios políticos ou pela força), representou objetivamente um movimento contratendencial à queda da taxa de lucro no capitalismo global, na medida em que a espoliação contribui para a desvalorização de elementos do capital constante (por exemplo, insumos ou matéria-primas).

Mesmo no período do regime civil-militar, o processo de industrialização no Brasil se manteve como base objetiva da civilização brasileira, muito embora o crescimento do PIB não tenha se traduzido em bem-estar social. Pelo contrário, o “milagre brasileiro” (1967-1973) se caracterizou por altas taxas de crescimento e concentração de renda e desigualdade social. Apesar disso, o progresso industrial permitiu a formação do proletariado urbano-industrial a partir do qual iria se constituiu as

forças de enfrentamento da ditadura militar e a materialidade do sujeito histórico capaz de operar o em-si e para -si da consciência de classe.

## 6. O DECLIVE DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO BRASIL

A crise da civilização brasileira iniciou-se com o declínio do desenvolvimento industrial no País a partir da crise da dívida externa em 1980. Francisco de Oliveira no seu ensaio de 2006 - “O adeus do futuro ao país do futuro: Uma biografia breve do Brasil” reconheceu a *catástrofe*<sup>8</sup> da civilização brasileira com o *débaule* do modelo nacional-desenvolvimentista. Oliveira republica o ensaio em 2018 no livro “Brasil: Uma biografia não-autorizada” (Boitempo editorial), concluindo-o de modo lacônico com a frase: “Obrigado, Cacá Diegues. *Bye bye*, Brasil” (o filme de Cacá Diegues é de 1980, o marco histórico histórico da crise da dívida externa).

Os dois modelos de desenvolvimento (neoliberal e neodesenvolvimentismo) foram experiências de re-inserção/acomodação do capitalismo brasileiro no movimento do capitalismo global, mas nenhum deles adotou com vigor um projeto de desenvolvimento industrial. Pode-se dizer que a fase de crise estrutural do capitalismo global, a partir de 2010, reforçou o “rebaixamento civilizatório” do projeto burguês no Brasil, tendo em vista que a integração do capitalismo brasileiro tem um preço histórico: a reestruturação do Estado e da ordem social nos parâmetros de rebaixamento de direitos trabalhistas e previdenciários; e o aprofundamento da concentração de renda e da desigualdade social com ameaças à “democracia liberal” (as regras do jogo democrático). Com o capitalismo global, caracterizado pela crise estrutural de lucratividade, tornou-se necessário para o capital global, um salto significativo na taxa de exploração (o que presen-

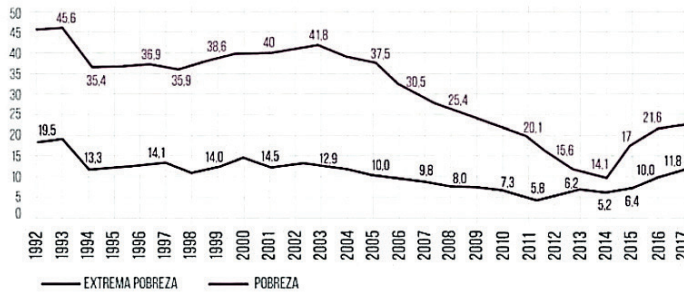
---

<sup>8</sup> A palavra *catástrofe* significa em grego, *katastrophe*, “fim súbito, virada de expectativas”, de *kata-*, “para baixo”, mais *strophein*, “virar”. Esta palavra teve a sua origem no teatro, no antigo drama grego. *Katastrophe* era o momento em que os acontecimentos se voltavam contra o personagem principal, num movimento feito pelo coro inteiro no teatro. A partir de 1980, o Brasil “afundou” ou, literalmente ocorreu uma “virada para baixo”.

ciamos pelo menos desde a década de 1980). A partir do golpe de 2016 e a longa depressão da economia global, as margens de conciliação de classe no Brasil se reduziram por conta da crise do sistema mundial do capital global. Na verdade, a conciliação de classe, caso ocorra, deve ser feita num patamar histórico-político rebaixado, incapaz de resgatar os patamares mínimos do projeto da civilização brasileiro, mesmo nos termos do capitalismo democrático-popular.

GRÁFICO 4

Brasil: Pobreza e Extrema Pobreza  
(em Milhões) – 1997-2017



Fonte: IBGE-PNAD

A ideia de “rebaixamento civilizatório” adquiriu visibilidade plena nos países do capitalismo dependente, embora esteja se manifestando também nos países do capitalismo central (Valencia, 2020). A superexploração do trabalho que desde sempre caracterizou o capitalismo dependente, atualmente, com o capitalismo global, desdobra-se como determinação da exploração do capital no plano global. De categoria particular do capitalismo dependente por conta da troca desigual entre periferia e centro (como defendeu a teoria marxista da dependência), a superexploração do trabalho se repõe atualmente como categoria fundamental do capitalismo global imerso no declínio e crise de lucratividade persistente no âmbito do sistema capitalista global.

Imerso na crise política e institucional desde o golpe de 2016, o Brasil não consegue crescer de forma sustentável, mesmo quando as

economias do centro capitalista apresentam índice de crescimento do PIB (EUA e União Européia tiveram pequeno crescimento do PIB em 2017-2019). Apesar da longa depressão do capitalismo global, verificou-se no núcleo orgânico do capitalismo global, ciclos de crescimento, embora a taxas medíocres e insustentáveis. Em 2019, ocorreu mais uma desaceleração da economia global, indicando uma nova recessão. O Brasil saiu da recessão de 2015-2016 para a estagnação econômica: o crescimento do PIB a taxas medíocres ou insignificantes. Não se trata apenas de políticas econômicas mal conduzidas (como diz a oposição de esquerda keynesiana), mas das incertezas do cenário global de crise capitalista. O capitalismo global no interior do qual o Brasil está inserido, vive uma longa depressão desde o crash financeiro de 2008. A depressão da economia global não significa ausência de crescimento do PIB, mas sim, crescimentos medíocres e insustentáveis. Embora o capital global na década de 2010 tenha criado condições para a retomada da taxa de lucro via aumento da taxa de exploração e desvalorização do capital constante (renovação tecnológica e queda de preços das commodities, etc), o sistema mundial do capital tornou-se incapaz de propiciar avanços civilizatórios como a redistribuição de renda, redução da pobreza e da desigualdade social, principalmente em países do capitalismo periférico dependentes como o Brasil.

Num primeiro momento, na última metade da década de 2010, viveu-se um ciclo de reação capitalista que reinstalou na América do Sul, políticas adotadas desde 1980 durante a ascensão do capitalismo neoliberal. Mas foi um ciclo reacionário relativamente curto - com a pandemia do novo coronavírus, a partir de 2020, o neoliberalismo reacionário demonstrou ser insustentável politicamente. Explodem hoje (2021), manifestações populares em vários países da América Latina numa escala maior do que a ocorrida no começo da década de 2000. Entretanto, as margens de reforma do capitalismo dependente são pequenas. A voracidade do imperialismo não pode ser subestimada. O sistema global do capital vive o aprofundamento de sua crise estrutural, inclusive com a explicitação das contradições metabólicas do capital (Alves, 2020). As forças políticas da reação burguesa continuam incrustadas no seio do Estado neoliberal no

Brasil. Mobilizam-se forças externas e internas visando manter - pelo menos - a taxa de exploração capazes para contrarrestar a tendência de queda da taxa de lucro (a recuperação da categoria de exploração torna-se importante, tanto quanto a recuperação da categoria de imperialismo, na medida em que elas explicam o movimento do capitalismo global e sua relação com o capitalismo periférico dependente).

Desde 2016, o Brasil vive um persistente “surto golpista” das classes dominantes: o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff; a prisão do candidato de maior expressão popular (Luís Inácio Lula da Silva, do PT) pela Operação Lava-Jato; a eleição do capitão Jair Bolsonaro (PSL), da extrema-direita, a quem coube – depois do *golpista* Michel Temer (PMDB), fazer o serviço dos “donos do Poder” (desmontar o projeto de Nação e reestruturar o capitalismo brasileiro, extinguindo, de vez, qualquer traço civilizatório instaurado desde o período nacional-desenvolvimentista). Em 2019, sob o governo Bolsonaro, foi aprovada a Reforma da Previdência; e outra mini-Reforma Trabalhista, que representam aquilo que salientamos como sendo o movimento estrutural de aumento da taxa de exploração *pari pasu* à espoliação do fundo público e dos recursos naturais, etc., como movimento contratendencial à crise histórica de lucratividade.

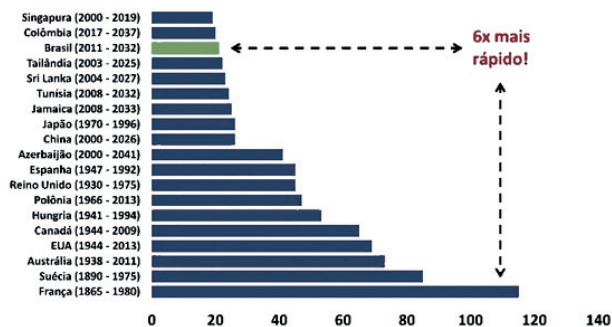
Nesses termos, desde o golpe de 2016, diante da profunda crise do capitalismo global, a classe dominante brasileira acelerou o processo de destruição do arremedo de civilização do capital postos historicamente a partir da era Vargas (direitos trabalhistas e previdenciários). O capital global acelerou o processo dado pela recolonização neoliberal: a destruição do projeto civilizatório nas áreas periféricas dependentes, refuncionalizando o Brasil como mero fornecedor de *commodities* para o mercado mundial; e tornando-o “maquiladora” de produtos de baixo valor agregado (com uma força de trabalho de qualificação média com baixos salários). Trinta anos de neoliberalismo no Brasil significaram a reposição do projeto originário da Casa Grande liberal-burguesa (o *new agrarismo*), historicamente derrotado na década de 1930 por Getúlio Vargas. Com a crise estrutural do capitalismo global, a classe dominante brasileira predominantemente rentista-parasitária, fez a



opção pela reação histórica neofascista visando refundar a República brasileira na direção de seus interesses de dominação de classe. O temor supremo da classe dominante é com a rebelião da “senzala”: a convulsão social dos novos proletários de classe média e da pobreza extrema (o que explica o reforço da tendência militarista no Estado brasileira).

O Gráfico 4 demonstra que, a partir da profunda recessão de 2015-2016 e das políticas ultraliberais adotadas por Michel Temer, a pobreza e a extrema pobreza cresceram no Brasil a partir de 2017. Com as políticas de desmonte da proteção social e a reversão das políticas públicas adotadas nos governos neodesenvolvimentistas, tal tendência de crescimento da pobreza e extrema pobreza deve se acentuar, ao lado da proletarianização das camadas médias assalariadas (o precariado).

GRÁFICO 5  
Velocidade de Envelhecimento da População Brasileira  
(Anos para que a população acima de 65 anos aumente de 7% para 14% do total)



Fonte: National Institute for Aging (USA)

Como temos salientado, a conjuntura internacional do capitalismo hegemônico desde o fim da 2ª. Guerra Mundial (1945) demarcou estruturalmente as opções de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Com a crise do capitalismo global a partir de 2008, colocaram-se novas condições para o desenvolvimento da acumulação capitalista na periferia que limitam efetivamente as possibilidades do projeto civili-

zatório da modernidade brasileira. A superexploração do trabalho e o poder do Estado oligárquico são pilares do poder do capital e, numa situação de crise, qualquer tentativa de desmontá-lo é impedida com violência. A violência da reforma trabalhista e da reforma da Previdência Social expõem a reposição da superexploração do trabalho necessária para recuperar a acumulação do capital, ao mesmo tempo que implodem a civilização brasileira, expondo no Brasil a etapa da barbárie social. O desmonte do mundo do trabalho, iniciado com o neoliberalismo da década de 1990, diz respeito, não a uma situação de conjuntura, mas sim, à reorganização estrutural da civilização do trabalho por conta da nova dinâmica crítica de acumulação capitalista. Tais processos de reorganização do capitalismo brasileiro que aprofundam o rebaixamento civilizatório, são politicamente insustentáveis.

Temos caracterizado a nova morfologia do trabalho no Brasil como sendo constituída pela “nova precariedade salarial” (o que alguns denominam “uberização do trabalho”), que diz respeito, não apenas à reestruturação dos locais de trabalho das organizações privadas e públicas, mas ao novo perfil do mercado de trabalho, caracterizado pela *cronificação* da crise do emprego e pela disseminação do trabalho precário por meio de plataformas informacionais. Ao lado da pobreza extrema da velha informalidade, emerge a nova pobreza urbana das “classes médias” proletarizadas. A “nova informalidade” convive, lado a lado, com a velha informalidade e com a massa invisível de pessoas vivendo na pobreza extrema. Mais uma vez, com a consolidação da “modernização catastrófica” (o estágio terminal da “modernização conservadora”) no Brasil, temos a reprodução do arcaico no interior do movimento do moderno: o novo capitalismo flexível. Na verdade, o sentido da “dependência”, que Caio Prado Jr. salientou como sendo o “sentido da colonização” (Prado Jr., 1987), opera num patamar superior, a refuncionalização do “atraso” a partir do salto do “novo” - que colapsa, imerso em suas contradições estruturais. O Brasil não é um mero “ornitorrinco” (Oliveira, 2003) - mas um ornitorrinco envelhecido.

Mas o “colapso” da civilização brasileira decorrente da derrocada do projeto nacional-desenvolvimentista, ocorreu num cenário histórico de longo prazo. Nesse ínterim, ocorreram mudanças de fundo na morfo-

ligia social do Brasil para além dos dados da economia política do capitalismo periférico dependente. De 1980 a 2020, a sociedade brasileira sofreu importantes mudanças sociais que dizem respeito à estrutura demográfica, arranjos familiares, filiações religiosas que expressam um novo imaginário da cultura e dos costumes do Brasil no século XXI.

#### 6. “BRASIL PROFUNDO” DO SÉCULO XXI: DECIFRA-ME OU DEVORO-TE!

A velocidade das mudanças sociais ocorridas no seio da modernização hipertardia brasileira, é um caso internacionalmente ímpar para países continentais (como o Brasil). Por exemplo, vejamos o caso do nosso perfil demográfico, isto é, a velocidade de envelhecimento da população brasileira (em comparação com outros países): o Brasil fez em menos de 40 anos, o que a França levou quase 120 anos para fazer (dobrar o percentual da população acima de 65 anos). O Brasil foi 6x mais rápido que a França e, num patamar comparável, por exemplo, à Singapura e Colômbia.

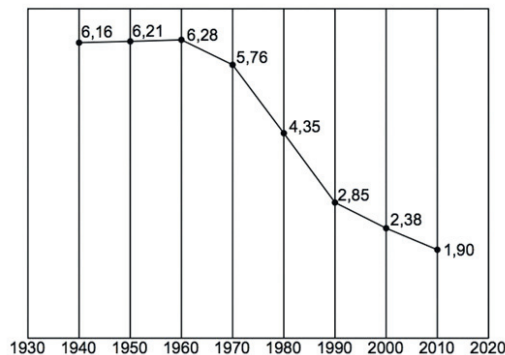
Portanto, o Brasil é um país em processo acelerado de envelhecimento populacional, tendo em vista, não apenas o aumento da expectativa de vida (ou sobrevida dos idosos); mas a queda da taxa de fertilidade (a quantidade de nascimentos por mulher). Desde 1980 tem crescido a expectativa de vida ao nascer. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida ao nascer, em 2019, é de 80 anos para mulheres e de 73 anos para homens. Entretanto, o mais importante é o aumento da expectativa de sobrevida após os 60 anos. O que significa que, um brasileiro que chegasse aos 60 anos na segunda metade da década de 1980 viveria, em média, 16,1 anos a mais, até os 76. Hoje, a sobrevida esperada de um sexagenário no Brasil é de 22,3 anos, até os 82. A queda da taxa de fertilidade por quantidade de filhos por mulher é deveras impressionante (o Brasil figura entre os países que apresentam a queda mais acentuada da taxa de fertilidade – vide Gráfico 4). Portanto, a taxa do país de 1,7 está abaixo do nível de reposição populacional, de 2,2. A taxa de fertilidade no Brasil em 2016 estava abaixo da Argentina (2,29) e do México (2,18). Entretanto, deve-se salientar que a queda da taxa de fertilidade é um

fenômeno global que se observa desde a última metade do século XX e que explica o envelhecimento populacional no século XXI.

A partir de 2030, as mudanças demográficas no Brasil devem mudar de modo significativo o perfil etário do mercado de trabalho, com o aumento de trabalhadores mais velhos (45-60 anos) e idosos (acima de 60 anos); e a redução de jovens (18-29 anos), além de exigir do Estado, mais investimento públicos em serviços de saúde e educação (o que torna-se o maior desafio para o Estado neoliberal brasileiro - absolutamente incapaz de lidar com o futuro do Brasil).

GRÁFICO 6

Taxa de Fertilidade - Brasil (1940-2010)



Fonte: IBGE

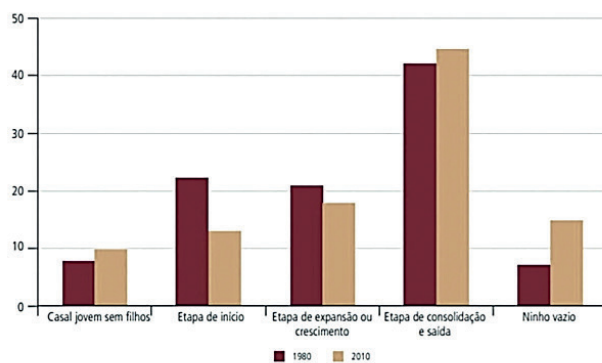
Ao lado da acelerada mudança demográfica, deve-se salientar as mudanças nos arranjos familiares que afetam o imaginário conservador e tradicionalista da família no Brasil. Podemos ver a partir do gráfico 7, que nos apresenta a distribuição percentual no Brasil dos Arranjos Familiares formados por casais, segundo a etapa do ciclo de vida familiar (1980-2010), as significativas mudanças de arranjos familiares no Brasil em pouco mais de trinta e cinco anos (1980-2016).

De acordo com as pesquisadoras Ana Camarano e Daniele Fernandes, no período de 1980 e 2010 tivemos o aumento de “Casal jovem Sem Filhos” (casais sem filhos onde a mulher tem menos de 40 anos);

crescimento da “Etapa de consolidação e saída” (casais com filhos com 13 anos ou mais); e aumento do “Ninho vazio” (casais sem filhos onde a mulher tem 40 anos ou mais). A queda significativa ocorreu na “Etapa de início” (casais apenas com crianças com 5 anos ou menos); e, em menor proporção, uma queda na “Etapa de expansão ou crescimento” (casais com filhos com 13 anos ou mais). Tal realidade social pode ser explicada pelo fator demográfico. Camarano e Fernandes observam que duas novas formas de arranjos familiares estão crescendo e ganhando a atenção dos estudiosos do assunto no Brasil: os casais com dupla renda e sem filhos; e os casais casados/unidos com pelo menos um filho não comum, chamadas “famílias reconstituídas”.

GRÁFICO 7

Brasil: Distribuição percentual dos Arranjos Familiares formados por casais, segundo a etapa do ciclo de vida familiar (1980-2010)



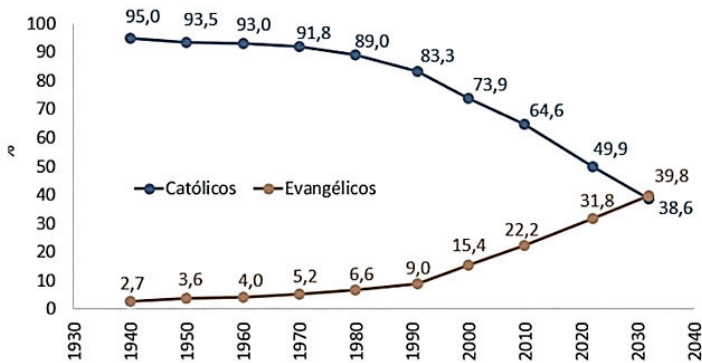
Fonte: IBGE

Estas novas formas familiares têm aumentado como resultado de mudanças comportamentais e sociais como a maior aceitação social da escolha de não ter filhos; e o aumento das separações/divórcios e recasamentos. Não nos interessa nos aprofundar neste importante tema, mas podemos colocar a seguinte hipótese: a crise da família tradicional brasileira tornou-se dado sociologicamente objetivo que tende

a provocar uma reação no plano do imaginário conservador brasileiro, o que pode explicar, ao lado de outras determinações sociológicas, como a ampliação da “condição de proletariedade” no capitalismo de modernização catastrófica, a transição religiosa indicada no Gráfico 6.

GRÁFICO 8

## Evolução da Filiação Religiosa no Brasil



FONTE: IBGE (DE 1940 A 2010 E PROJEÇÕES PARA 2022 E 2032).

É a velocidade alucinada da modernização hipertardia ou ainda, a catástrofe da modernização, que explica na década de 2010, a construção manipulada – nas condições de crise estrutural do capitalismo brasileiro - do processo político reacionário brasileiro, que tem como base sócio-cultural, o lastro reativo da sociedade conservadora e tradicionalista às mudanças aceleradas das condições objetivas de existencia social.

A margem de conciliação de classe, que caracterizou o processo político brasileiro no século XX, se reduziu de forma significativa. A polarização de classe com a implosão do centro político, tende a exacerbar-se, colocando em risco permanente a ordem burguesa e sua institucionalidade caduca (o que deve se acentuar também noutros países da América Latina e inclusive, nos países do capitalismo central). É isso que explica a *cronificação* da crise da democracia liberal e a ascensão de forças de extrema-direita. Para garantir a

ordem senhorial no Brasil, verdadeira obsessão atávica do capitalismo de extração colonial-escravista, o Estado brasileiro e as forças policiais-militares e paramilitares da sociedade senhorial, devem se utilizar da força bruta para garantir a ordem pública. Mesmo que a paz alcançada seja a paz dos cemitérios, de acordo com a Lei, a Casa Grande ficará insone, paralisada pelo medo de irrupção da Senzala. Como província do sistema global do capital em crise rastejante, o Brasil vive uma crise civilizatória que contém os sinais do declínio e colapso do capitalismo dependente nas condições históricas da crise estrutural do capital. Como um capitalismo dependente, o Brasil, pelo menos desde 1964, tem aprofundado os laços com a economia capitalista mundial, associando-se às tendências (e contratendências) históricas do capital global. Inclusive o novo ator do cenário do capitalismo global – a China – não deixa de influir no movimento do capitalismo brasileiro. Como capitalismo dependente, associado e subalterno ao capital, o capitalismo brasileiro está subordinado (e subsumido) às forças objetivas do mercado mundial – não apenas dos EUA e União Européia, mas também da China. Por exemplo, embora contra a sua vontade política, o Presidente Jair Bolsonaro foi obrigado a dizer, num encontro do BRICS em 14/11/2019, que a China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil.

As mudanças do capitalismo brasileiro são mudanças de fundo que rompem definitivamente com o projeto da civilização brasileira originárias do projeto nacional-desenvolvimentista. No plano político, a classe dominante brasileira provavelmente deve recorrer à estratégia do “Estado de exceção” *permanente*, visando operar a construção da nova face do Brasil sob signo da barbárie social. Não deixa de ser sintomático que o governo republicano que inaugurou a nova ordem burguesa oligárquica no Brasil da era de crise do capitalismo global, é um governo de extrema-direita (governo Bolsonaro).

A nova configuração social brasileira deve implicar por conta das contradições sociais acumuladas historicamente, a política da guerra civil permanente, a necropolítica (como vimos com a pandemia do novo coronavírus); o reacionarismo de extrema-direita e o “Estado de exceção” (o Estado neoliberal na era da convulsão

social), são respostas dos “donos do Poder” oligárquico à profunda desigualdade social e concentração de renda no Brasil do século XXI. A escalada da ofensiva ideológica do irracionalismo e da manipulação reflexiva das massas de proletários - do povo e da classe média - devem tornar-se meios de exploração da miséria espiritual das massas, exacerbadas pelo tecnocapitalismo (rede social).

Ao mesmo tempo, a disseminação do mundo do trabalho precário com as novas formas de informalidade e precarização do trabalho devem conformar um proletariado envelhecido e adoecido (a pandemia do novocoronavirus - para além dos óbitos que se aproximam de 1 milhão de mortos - deve deixar cerca de 20 milhões de proletários sequelados entre jovens e adultos).

Entretanto, o que nos reconforta, é que a história tem sua ampla margem de incertezas, principalmente num mundo da complexidade global. Como diria Marx numa carta a Kugelmann em 17 de abril de 1871, impactado pela Comuna de Paris, “a história mundial seria muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis. Seria por outro lado, coisa muito mística se os “acidentes” não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais “acidentes”, que incluem o “acidente” de caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento” (Marx, 1978).

A principal incógnita histórica diz respeito à possibilidade de sustentação política da equação “barbárie social – democracia liberal”. É provável que se deve aprofundar a oligarquização do sistema político por meio dos novos “currais eleitorais” nas metrópoles (a manipulação política das Igrejas neopentecostais); e a reestruturação do sistema eleitoral (voto distrital) visando, não resolver o problema histórico da representação política, mas criar os parâmetros restritivos da *nova dominação democrática* exercida pela oligarquia burguesa dominante. Mais do que nunca, a bandeira da *democratização radical* - social e política - deve se colocar como reivindicação candente das massas subalternas exploradas e oprimidas. E para concluir, outra incógnita



histórica sobre o futuro da democratização no Brasil, *the last but not the least*, diz respeito às quais organizações sociais e políticas devem canalizar as forças disruptivas das “energias utópicas” de insatisfação social das massas proletárias das metrópoles brasileiras. Até o momento, tanto os sindicatos, quanto os partidos de esquerda (inclusive movimentos sociais), ainda estão incapazes de exercer tal função histórica.

## REFERENCIAS

ALVES, Giovanni (2018). O duplo negativo do capital: Ensaio sobre a crise do capitalismo global. Projeto editorial Praxis: Bauru.

ALVES, Giovanni (2014). Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Projeto editorial Praxis: Bauru.

ALVES, Giovanni (2017) “A psicanálise do golpe de 2016”. Blog da Boitempo. 15/11/2017. Disponível: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/11/15/a-psicanalise-do-golpe-de-2016/>. Acesso em 02/06/2021.

ALVES, Giovanni (2019) “Brasil: a catástrofe (parte 1)”. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/18/brasil-a-catastrofe-parte-1/>. Acesso em: 02/06/2021.

BOITO Jr., Armando (2018). Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. Editora Unicamp/editora Unesp: São Paulo.

BIELSCHOWSKY, R. (2000) “Transformação e crise na América Latina e no Caribe, 1950-1984”, in Bielschowsky, (org). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol. 2

BRESSER-PERERA, Luis Carlos (1995). Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983). Editora brasileira: São Paulo.

CASTELO, Rodrigo (2013) O social-liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. Editora Expressão Popular: São Paulo.

GONÇALVES, Reinaldo (1994) Ó abre-alas: A nova inserção do Brasil na

economia mundial. Relumé Dumará: Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Reinaldo (2013). Desenvolvimento às avessas: Verdade e má-fé no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. LTC: Rio de Janeiro.

HARVEY, David (1992). Condição pós-moderna. Edições Loyola: São Paulo.

IANNI, Octávio (1968). O colapso do populismo no Brasil. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

MÉSZÁROS, István (2002). Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição. Boitempo editorial: São Paulo.

MARQUETTI, MALDONADO FILHO e LAUTERT (2018). “The profit rate in Brazil: 1953-2008”. CARCHEDI, Guglielmo e ROBERTS, Michael. *World in Crisis: A global analysis of Marx’s Law of Profitability* (2018). Haymarket Books: Chicago/Illinois.

MARX, Karl (1878). O 18 Brumário e Cartas a Kugelman. Paz e Terra: Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira (2018) Brasil: Um biografia não-autorizada. Boitempo editorial: São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de (2006). “O adeus do futuro ao país do futuro: Uma biografia breve do Brasil”. *Verbete BRASIL*. In: Emir Sader e Ivana Jenkins. *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Boitempo editorial: São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. Crítica à razão dialista/O ornitorrinco. Boitempo editorial: São Paulo.

OHLWEILER, Otto Alcides (1988) Evolução sócio-econômica do Brasil: Do obrimento à Nova República. Tchê editora: Porto Alegre.

PAULANI, Leda Maria (2008) Brasil Delivery. Boitempo editorial: São

Paulo.

PRADO Jr., Caio (1986). *A revolução brasileira*. editora brasileira: São Paulo

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?*, Boitempo: São Paulo.

SINGER, André (2012). *Os sentidos do lulismo: Regorma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras: São Paulo.


SINGER, André (2018) *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Companhia das letras: São Paulo.

VALENCIA, Adrán (2020). *United States in a World in Crisis: The Geopolitics of Precarious Work and Super-Exploitation*. Haymarket books: Chicago: Illinois..

VIEIRA, Fabrício de Assis; e HOLLAND, Márcio (2010) *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 233-253, abril-junho/2010 *Crescimento econômico e liquidez externa no Brasil após 1970*

# Trabalhadores dos setores estratégicos e a luta de classes no Brasil

MARCELO SCHMIDT<sup>1</sup>

erca de 500 mil brasileiros morreram de Covid 19 em 2021 e na metade do ano, mais de 20 milhões foram infectadas em uma população de 211 milhões. Ao mesmo tempo, mais da metade da população brasileira está sem carteira assinada. O processo de desindustrialização e as taxas de crescimento desaceleraram desde a década de 1980, com décadas perdidas; o país se torna uma grande fazenda, uma mina a céu aberto, um cassino financeiro; enquanto a massa salarial e o poder dos trabalhadores encolhem diante do ataque capitalista. Em uma alegoria do futebol, a defesa é muito pior do que o ataque. Nos últimos anos, observamos uma queda nas lutas populares e uma queda de mais de 20% no

---

<sup>1</sup> Marcelo Schmidt é diretor executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes em Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF). Tem pesquisa sobre todas as categorias e setores em transportes, estudando também os setores estratégicos. Possui mestrado em Políticas de Trabalho e Globalização pela Universidade Kassele pela Escola de Economia e Direito da Universidade de Berlim. É doutorando em sociologia política na Universidade Paris X Nanterre.

número de trabalhadores sindicalizados. Mais da metade do país vive da renda da previdência e da ajuda emergencial de um governo de extrema direita, mas aprendeu a viver assim com a social-democracia desenvolvimentista. E embora 10 milhões de trabalhadores passem fome no Brasil, a matemática parece simples: dê apenas o suficiente para impedir qualquer tipo de revolta que possa começar a qualquer momento. Analisar a realidade concreta da luta concreta é o desafio de cada “quadro” revolucionário, este estudo quer dialogar com todos os quadros da esquerda revolucionária brasileira, para que observem, a partir de sua realidade prática e concreta, o déficit organizacional geral da Revolução Brasileira, no déficit de estruturas organizacionais da revolução brasileira. Este artigo não se limita às razões do surgimento da extrema direita no Brasil, de seu governo sob uma pandemia mortal de covid 19 e seu desastre sanitário; ou sua comparação com a Social-Democracia que esteve 13 anos no poder com Lula-Dilma, para dizer que esta teria enfrentado a crise com mais humanidade. É uma reflexão para analisar a pandemia no marco da estratégia organizacional da revolução socialista no Brasil. Onde cada “quadro” organizacional, sua atuação junto às massas populares, bem como as prioridades escolhidas coletivamente, com o apoio das estruturas de classe desempenham um papel fundamental na compreensão da crise brasileira.

Devemos continuar o estudo da revolução brasileira, a partir do conhecimento profundo da realidade brasileira. Este estudo faz parte da grande pesquisa brasileira para conhecer o Brasil no contexto da América Latina; mas também visa funcionar como um manifesto dos trabalhadores em seu estado de massacre e como um desenvolvimento de uma defesa mais eficaz contra o ataque do sistema. A exploração dos trabalhadores achatou o salário médio em salário mínimo. A morte de nossa juventude majoritariamente negra devido à violência nas periferias tem os índices de países em guerra. O índice de mortes pela pandemia indica o fracasso do SUS sistema único de saúde pública. A catástrofe ambiental na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado, na Mata Atlântica nunca foi tão horrível desde que os portugueses invadiram esta parte da América. Este artigo

pretende discutir em maior profundidade como funciona a sociedade sob uma “democracia capitalista chamada democracia ocidental”. Um governo na periferia do sistema mundial, no contexto da crise que começou em 2008, intensificou-se em 2012-2013; passou pela perda de direitos decorrentes do fim do pacto social da social-democracia pelo golpe de 2016, sendo aprofundada com a eleição da extrema direita em 2018, e atingiu a crise pandêmica em 2020. Queremos mostrar que a crise é do capitalismo; mostrando que o capitalismo, e mesmo o neofascismo, não pode ser derrotado pela social democracia, mas pelo socialismo em sua estratégia de criar o poder popular, a partir desses setores mais estratégicos; ou seja, capazes para a economia mundial localmente, parar definitivamente o capitalismo a nível nacional, no contexto latino-americano e global.

Optamos por discutir a guerra de classes no Brasil e não temos receio de apresentá-la como ela é: uma guerra contra os trabalhadores. Uma guerra de trabalhadores nos setores de transportes, nos setores mais estratégicos, devido à pandemia, ao desastre ambiental, à exploração, à precariedade do trabalho da classe, ao desemprego dos trabalhadores e à violência que assola as periferias. A guerra de classes no Brasil não deixa espaço para a esquerda festiva; a guerra de classes mata a juventude negra precária e periférica, destrói a biodiversidade terrestre, acumula latifúndios; explora altas taxas de mais-valia, e testemunha a exploração como evidenciado pela pandemia que força os trabalhadores a voltarem ao trabalho removendo o direito à greve dos trabalhadores mais estratégicos. O socialismo precisa de paz, mas conhece apenas a guerra. O socialismo no Brasil no contexto da América Latina se constrói na guerra de classes e nascerá desse conflito. Portanto, a organização da guerra não é para vencer a pandemia, mas para superar a doença do capitalismo.

Neste momento de refluxo das lutas populares, onde muitos “quadros” ativistas se desencorajam e outros se arriscam a dizer que é “o fim do trabalho” com o aumento do “home office” trabalho à distância, as casas da periferia abrigam famílias inteiras agrupadas em mini-casas, onde o único lugar possível para não “fazer aglomeração” na pandemia é deixar estas casas e ficar na rua. Estas são as teorias do

fim do trabalho que reaparecem, enquanto as teorias da “composição mutante da classe trabalhadora” servem como a principal razão para o refluxo da organização revolucionária. Nós argumentamos que as razões se encontram no déficit organizacional; com base na teoria da estratégia revolucionária e sua teoria organizacional, ou por causa do abandono de ambas. Afirmamos uma necessidade organizacional básica e clássica nos setores mais estratégicos na pandemia, que ao invés de diminuir, aumentaram trabalho, a taxa de exploração; produzindo uma ainda maior mais-valia durante a pandemia para os capitalistas; a pandemia, mais do que o aumento da miséria, mostra sua face mais perversa. Investigaremos a organização média e as formas mais básicas de organização de base, estudando criticamente o processo de “trabalho de base”, crítico, em detalhes desde o início da pandemia no Brasil.

Notamos a dificuldade de construir unidade de uma ação comum para sensibilizar os trabalhadores de setores estratégicos, assim como, a massa periférica e precária. A realidade concreta dos trabalhadores é sua fragmentação em sua representação revolucionária; que não parece existir, e porque não aparece, parece existir ainda menos. Mas o desafio da organização revolucionária não é aparecer, mas existir em seus lugares mais estratégicos. O método proposto para este estudo é verificar o nível da conscientização dos trabalhadores estratégicos, sua solidariedade para os trabalhadores precários; os trabalhadores mais afetados pela morte, desemprego, exploração do sistema, perda de direitos, e a violência do estado burguês; compreendendo as razões da morte, violência, exploração, opressão e destruição do meio ambiente. E observar e medir a formação política e sindical existente para a unidade de ação a partir da realidade concreta, e os diferentes níveis de consciência, de compromisso e estudo.

Mais uma vez, o que está em jogo não parece estar na luta contra a pandemia, mas na luta contra o sistema pelo combate à pandemia, onde a luta concreta e imediata se junta à luta de classes pelo poder popular, que enfrenta uma pandemia global no Brasil da forma mais favorável e cooperativa. O nível de comprometimento e consciência varia dependendo do que cada trabalhador vê na realidade e se engaja na transformação da realidade. A tarefa organizacional / de treina-

mento é unificar essas subjetividades de classe na prática. A unidade dos explorados e dos que sofrem as mais diversas opressões desta doença, gênero, raça, orientação sexual ou contra a xenofobia, para que haja um só fim. As mais diversas estruturas, estruturas de classe e solidariedade, os partidos ou sindicatos; as estruturas de classe e de solidariedade devem estar a serviço da esquerda revolucionária como um todo, não para garantir a unidade de idéias, mas a unidade de ação, baseada no debate de idéias e no alto grau de consciência dos seus ativistas. A falta de presença no local de trabalho e nos espaços de moradia, com teoria e prática revolucionárias associadas a uma prática organizacional específica do próprio setor não apenas demonstra a falta de estratégia e prática organizacional revolucionária, mas também os meios de superar a teoria atual e a forma de organização diante do ataque. Convencer não significa uma questão de autoridade, mas de exemplo e muito trabalho, para elevar o espírito crítico pelo prestígio dos dirigentes, pela leitura, pelo respeito à base e pela prática do dia a dia. O déficit de “quadros organizadores” também se deve à falta de ação como um todo. Qualquer organização deve priorizar e valorizar a presença física do “quadro” através do “trabalho substantivo e básico” experiente, suficiente, qualificado, bem apoiado, revolucionário, competente e especializado dos trabalhadores de cada setor, atentos ao território e momento específicos da luta de classes na guerra de classes; um “trabalho de base” que respeita o conhecimento transformador e a contribuição revolucionária de uma base organizada. No bom trabalho de base, a divisão do trabalho, diferentes tarefas e diferentes compromissos determinam a prática diária.

Nossa questão central é, portanto, prática, como o “quadro” revolucionário opera em suas tarefas cotidianas mais simples em áreas onde o sistema é mais fácil de atacar. A pandemia mostra essa ferida exposta. Como está a organização de “quadros” nos setores de transporte e estratégico? Organizar estrategicamente uma pequena quantidade de trabalhadores mais estratégicos, e dessa pequena quantidade, mas de qualidade, de trabalhadores organizados, para acumular forças para se organizarem mais, de forma mais estratégica, a partir dos “quadros”, desde o ponto de visão organizacional, estruturas de apoio à classe. Mais a força que resulta da recuperação do



instrumento sindical, a serviço da luta concreta na luta de classes, de forma organizada, com a formação dos conselhos operários, até a organização ser de massa. Da classe trabalhadora para a classe trabalhadora, haverá mais força para o processo organizacional pós-pandemia.

O trabalho do “quadro” organizador, portanto, como se observa na maioria das áreas estratégicas que agora delinearemos, é útil em número e qualidade. Com o déficit organizativo acompanha a falta de estruturas de classe para apoiar a luta concreta na luta da classe trabalhadora; a ausência de uma base sindicalizada, organizada e consciente; e a falta de orientação dos trabalhadores para o local de trabalho, mas também para o local de moradia. Portanto, a tarefa do “quadro revolucionário e organizador” não é apenas saber onde atuar e se especializar neste setor específico, mas também o aperfeiçoamento pessoal para melhorá-lo, trabalhar melhor e aprender continuamente; ou estar bem apoiado nas estruturas de classe e internacionalistas mais combativas; para transformar essas estruturas em bases organizadas, e a para construção paralela de conselhos de trabalhadores.

O governo Bolsonaro, resultado do golpe de estado de 2016 no Brasil, representou e representa um avanço significativo das forças reacionárias e neofascistas, da extrema direita conservadora no que diz respeito às diretrizes do “apelo moral e bons costumes”, incluindo o fundamentalismo religioso, e também os neoliberais na economia; que conjuntamente trabalham pela destruição dos direitos da classe trabalhadora, pelo ataque às minorias e pela contribuição para a destruição da vida no planeta, por meio das políticas de destruição dos biomas em sua contribuição para o aquecimento global. Enfrentar um governo de extrema direita nas áreas macroeconômicas significa também enfrentar esse governo nas micro-áreas, desde sua organização mais simples. Qualquer insatisfação deve se tornar uma arma organizacional contra este governo. A explicação e a compreensão são a ferramenta organizacional que transforma o micro e o macro em uma revolução micro-macro. A comparação da luta do local no contexto nacional, no contexto da comparação com um exemplo concreto da América Latina, faz parte do processo de amadureci-

mento da consciência em uma micro-macro revolução no contexto latino-americano. Essa é a natureza da revolução brasileira, que compreende a organização mais simples no contexto regional mais amplo.

A cobijada pandemia expôs o sistema capitalista de três maneiras: Sem trabalhadores, o sistema capitalista não funciona, embora quase 15% dos trabalhadores estejam atualmente sem trabalho. O declínio da pandemia traz de volta o trabalho, mas o contrato de trabalho é intermitente e temporário. O sistema quer que todos os trabalhadores escolhidos trabalhem para aumentar os lucros do capitalista. A segunda coisa é que os trabalhadores estratégicos que têm o poder de parar a economia global localmente têm ainda mais poder em tempos extremos. A terceira coisa importante é que a pandemia provou que sem um processo de cooperação global entre os trabalhadores não há possibilidade de vida saudável no planeta. O sistema capitalista é incompatível com isso, não tem solidariedade nem cooperação. A recuperação das ferramentas sindicais para a luta de classes, para a construção de bases organizadas para lutas mais amplas, e a construção do poder popular pela construção de conselhos de trabalhadores são uma oportunidade única neste momento de cooperação anticapitalista.

Um governo que se apóia em três pilares: na barricada teocrática fundamentalista que o elegeram; sobre os militares a serviço do imperialismo sem nenhum plano para o Brasil, mesmo que usem um verniz nacionalista; e, finalmente, sobre a burguesia neoliberal associada à agroindústria e à exploração predatória de minerais, petróleo e matérias-primas. Além disso, a propaganda de extrema direita construiu um caminho por fora do sistema político tradicional e anti-institucional, que conquistou as massas populares e os corações da nova classe trabalhadora precária e periférica, cansada das promessas dos social-democratas de fé nas instituições e na república burguesa. Para encerrar, as classes médias apóiam como força auxiliar o governo de extrema direita e se alimentam de um discurso anti-PT, anti-operário, anti-ex-presidente Lula da Silva, e no limite anticomunista. Os conselhos operários mais apegados à realidade concreta devem superar as falsas contradições que o anticomunismo apresenta, para a preocupação

prática da transformação social. Uma base organizada a partir de estruturas ao serviço da luta de classes deve ir além da social-democracia no sistema. O processo educacional revolucionário de consciência e compromisso não deve recuperar a fé nas instituições burguesas, mas sim fazer o “trabalho de base” para construir a transição socialista.

A pandemia expõe a necessidade de construir solidariedade para além do debate em torno de uma religião específica; que o papel dos militares na situação atual do Brasil é tomar o lado oposto ao que ocupam atualmente na guerra de classes; o neoliberalismo na pandemia é a face mais exposta da doença capitalista. A organização de base é confrontada com um debate paciente nos espaços de trabalho e nos locais de moradia, mostrando como funciona a sociedade do egoísmo que o fundamentalismo religioso não supera, mas aumenta; a busca de militares que se posicionem ao lado das forças populares para a construção da união cívico-militar; demonstrando que os liberais não criam trabalho, renda ou poder para os trabalhadores, mas operam a política parasitária deste mundo. Para isso, é necessário expor a forma teórica e organizacional da social-democracia para superá-la. Para derrotar o capitalismo, é preciso também derrotar a social-democracia desenvolvimentista brasileira.

É no centro dessa situação, aparentemente mostrando o enfraquecimento ou fim de toda defesa efetiva contra a extrema direita, que este trabalho critica o processo de organização dos trabalhadores nos últimos 40 anos. O que a pandemia Covid 19 tem a ver com isso? Ela aprofunda a crise econômica estrutural do sistema capitalista de 2008. Mas a verdadeira crise é a da organização revolucionária para construir uma ruptura que levará este sistema até sua crise final, uma ruptura socialista para a revolução brasileira. O problema é organizacional, uma organização que coloque os trabalhadores no centro, que discuta sua exploração, que discuta todas as formas de opressão, inclusive aquelas que apontam para a maior crise ambiental da história brasileira. Como explicamos antes: A Amazônia e o Pantanal estão em chamas enquanto a maior crise de saúde do Brasil se desenrola. Ao mesmo tempo, o governo de extrema direita não mostra sinais de fraqueza. O problema

é como superar o déficit organizacional da classe trabalhadora. Devemos fazer essa disputa colocando a palavra socialismo traduzida em ações concretas que os trabalhadores em geral querem ver realizadas.

A social-democracia está paralisada agora, mas por muito tempo foi a social-democracia que paralisou a força da luta coletiva revolucionária da classe trabalhadora; o movimento sindical, o movimento político, da juventude e popular, tudo ficou paralisado, desarmando os trabalhadores para a luta concreta na luta de classes. Enquanto a social-democracia paralisou a classe trabalhadora praticando a conciliação com aqueles que dariam o golpe de 2016, a extrema esquerda desafiou o protagonismo da extrema direita. A extrema direita tem sido muito melhor em alcançar o poder e permanecer no poder até agora. Mas isso não significa que o ‘trabalho de base’ crítico no Brasil tenha deixado de existir. Novamente, na alegoria do futebol, o ataque é muito melhor do que a defesa, mas o jogo ainda não acabou, e a solução para este problema é armar a defesa e treinar forte para um contra ataque. Cabe à extrema esquerda denunciar o desarmamento da classe nos últimos 40 anos por meio de práticas de conciliação de classes, e propor uma nova teoria e uma nova práxis organizacional para colocá-la em prática. A extrema direita parece à vontade no poder, enquanto a social-democracia permanece perplexa com sua própria queda. Na alegoria do futebol, com os mesmos jogadores e a mesma equipa adversária, só podemos mudar a forma de jogar para lutar bem neste jogo.

Enquanto a teoria ligada à tradição do novo sindicalismo afirma que o trabalho formal tornou-se precário e periférico, que a pandemia obrigou os trabalhadores a ficar em casa tornando o “trabalho de base” impossível devido à sua fragmentação, portanto, exigindo novas formas de organização. A extrema esquerda está intensificando o trabalho de base nos locais de trabalho e moradia, e continuou a organizar os profissionais de saúde de um lado; e outros profissionais estratégicos, como os do setor de transporte e petróleo. A organização desses setores visa fortalecer o poder de paralisar a economia nos setores mais sensíveis ao sistema capitalista. A social democracia, em sua maior parte, assiste à televisão em casa, longe dos processos de

organização de classe; esses quadros prostrados e derrotados aguardam remédios institucionais e novas eleições. Mas se os trabalhadores têm a mesma forma de jogar o jogo, como podemos esperar um resultado diferente? Acontece que a classe trabalhadora não parou de se organizar. Também não deixou de ser confrontada e cortejada ao mesmo tempo pela extrema direita. A diferença é que a partir de 2012, a extrema esquerda entra no processo, embora a extrema direita tenha vencido grandes batalhas até agora, há um processo cumulativo de ‘trabalho de base’ crítico em andamento, e um forte desejo de mudar o jogo para definitivamente ganhar o jogo. Desde a recuperação das ferramentas sindicais das mãos da burocracia, à luta concreta na luta de classes, passando pelas formas clássicas de organização à luta pela formação de uma base organizada e sindicalizada; qual seria o motor que geraria a construção desse fenômeno? Uma correta política de “quadros”, de organizações sindicais, como as acima descritas, recuperadas pela luta de classes e capazes de competir pela solidariedade de setores estratégicos, apoiando os trabalhadores precários e periféricos da economia. E, por fim, a organização dos setores mais estratégicos para a construção do poder popular. Isso é possível pelo exercício da constituição de conselhos de trabalhadores nos locais de trabalho e de moradia. Infelizmente, vivemos um momento, no meio de uma pandemia, no meio da exploração capitalista, no meio de grandes queimadas, e estamos no meio do jogo, mas cada vez mais trabalhadores vêem a necessidade de “mudar a maneira de jogar”. Não basta apenas esperar que antes do final do jogo o socialismo consiga vencer um jogo perdido contra a barbárie, é preciso “entrar no jogo”. As condições são desfavoráveis, ainda piores na crise pandêmica, com poucas bases organizadas, poucas estruturas de classe e solidariedade, poucos “quadros revolucionários organizativos” na base e poucos conselhos de trabalhadores. Mas hoje temos uma necessidade organizacional clara, enfrentar o sistema para vencer o sistema.

A mesma maioria da classe trabalhadora que coloca a extrema direita no poder também tem aversão às instituições, porque servem ao sistema de exploração existente. Neste momento de pandemia de covid 19 a organização de “quadros” sobre uma base organiza-

da, com a formação de conselhos operários, para o trabalho de defesa das lutas imediatas ligadas à luta de classes é o caminho mais importante para organização revolucionária. Devemos apontar na mesma direção, que a democracia controlada pelo patrão não cria trabalho, mata através da doença, pela violência e também queima a metade do país. Mas é possível ir além do desarmamento e da imobilidade da social-democracia diante do neofascismo. É possível organizar-se no caso de uma pandemia, é possível lutar e acumular forças no trabalho formal e estratégico, quando a maioria fala em “home office”. Desenvolver uma mensagem que possa ir para todas as localidades do Brasil no contexto da América Latina no mundo. A mensagem de extrema direita não foi suficientemente confrontada com uma mensagem de poder popular. Portos, navios, aeroportos, ferrovias, metrô, caminhões, ônibus, plataformas de petróleo e forças armadas e de segurança não pararam. Eles trabalharam sem parar. E os mais precários, os mais informais e periféricos não pararam completamente, apesar das esmolas em forma de ajuda governamental, que se recusa a promover a criação de trabalho formal para mais da metade da força de trabalho desempregada do país.

Na realidade, na guerra de classes aprofundada no Brasil pela extrema direita governante, a violência, exploração visível, opressão, tudo isso trouxe à luz o pequeno grupo de pessoas da elite imperial brasileira no poder, subordinada ao imperialismo, com o apoio de parte da classe trabalhadora. Não é um problema apenas que o grupo de revolucionários seja pequeno, o problema é onde reside o apoio das massas. A forma de reverter este jogo é aumentar o número de quadros da organização revolucionária, e trabalhar muito e um pouco mais nos locais de trabalho mais estratégicos, para que aumente o número de trabalhadores que apóiam a revolução. O problema organizacional exposto por esta pandemia é deixar o inimigo nu, para que possamos melhor mostrar o desarmamento da organização social-democrata e apontar para uma organização revolucionária efetiva. Vamos agora analisar, durante e após a pandemia, os lugares / momentos em que a organização revolucionária pode ser mais eficaz. Portanto, propomos o estudo de onze setores “chave” no Brasil: A mensagem do poder

popular, dos trabalhadores do transporte, dos petroleiros, das massas precárias e periféricas e das forças armadas. Como construir uma coalizão estratégica, um grande encontro de trabalhadores, movimentos populares e juventude a partir de uma mensagem de poder popular são as tarefas a serem cumpridas; com comitês de trabalhadores nos lugares mais estratégicos para se organizar para a revolução brasileira. A mensagem do poder popular - A mensagem do poder popular, que hoje parece não existir, existe nas lutas mais imediatas dos setores mais estratégicos, apontando para os setores mais precários e periféricos das massas populares. Uma mensagem de otimismo e esperança da revolução brasileira surge da convicção de todos, coletivamente, para o engajamento dessa revolução, algo que vai do “quadro” à massa e retorna ao “quadro organizador”, que transformam uma mensagem popular em sua própria mensagem, em poder popular. A mensagem do poder popular tem suas origens no debate de idéias populares dos ‘quadros organizativos’ nas bases, nos locais de trabalho e de moradia. Ainda que o adversário e o inimigo capitalista possam não concordar, a mensagem será ouvida e compreendida desde o trabalhador mais poderoso até o trabalhador mais simples da terra, tal é o desafio: fazer passar a mensagem através da sociedade, à partir dos setores mais estratégicos, em direção às massas populares, conquistando as massas, pelo seu papel na revolução, para tomar parte e manter e defender o poder popular. A mensagem mais simples falará na linguagem do trabalhador brasileiro, do trabalho, do pão, da paz e da terra. A mensagem do poder popular terá que ser apreciada pelas massas como um capítulo importante da ‘novela mais assistida’ do Brasil.

#### PETROLEIROS

Os petroleiros estão entre os trabalhadores mais massacrados, mas também os mais estratégicos. Os petroleiros estão divididos em duas grandes federações de trabalhadores. Uma representando a forma como os trabalhadores estão organizados nos últimos 40 anos. Esta primeira federação é defensiva, conciliatória e dependente de governos populares e nacionais desenvolvimentistas, muito comprometida com o símbolo da preservação da Petrobras, mas que

na prática desarma a organização dos trabalhadores no dia a dia. A outra federação, em toda a sua diversidade, é menor, e significa a diversidade da proposta socialista, portanto cumpre um papel estratégico. A federação petroleira tem como objetivo estratégico ocupar a área de exploração de petróleo no pré-sal. Um desafio ainda maior é unir a classe petroleira, reunir todos os trabalhadores estratégicos, na cadeia estratégica e logística do petróleo e frete brasileiro. Unir os petroleiros em torno de uma grande mensagem de poder popular. Unir os trabalhadores em torno da mensagem de defesa da Petrobras. A defesa de toda a cadeia produtiva logística estratégica dos trabalhadores brasileiros para o fortalecimento da classe trabalhadora brasileira como um todo com a construção da greve geral.

#### FERROVIÁRIOS

A quase destruição dos trabalhadores ferroviários no Brasil tinha apenas um objetivo: controlar e destruir a logística deste país, e substituir uma forma de operação logística competente para as mercadorias e passageiros através de trilhos, por uma nova forma de transporte e de logística. Destruir o poder dos ferroviários também fazia parte do objetivo principal. Hoje esses trabalhadores estão muito fracos, mas há uma oportunidade para a organização com o aumento do transporte ferroviário de mercadorias e passageiros. Os ferroviários ousaram um dia equiparar o seu salário ao dos militares, “pela greve da paridade”; e os trabalhadores em geral no passado também ousaram comparar o seu próprio salário com o número de salários que pretendiam receber. Hoje, os ferroviários não podem nem sonhar com isso, pois muitos têm dificuldade para receber um salário mínimo miserável.

O maior patrimônio do ferroviário era sua organização. Uma organização baseada em pequenos grupos estratégicos, em um pequeno número de trabalhadores organizados para construir uma organização de massa. O trabalho dos ‘quadros’, trabalhando técnica e politicamente a partir da condição de trabalho coletivo do trabalhador foram fundamentais na atuação histórica e estratégica na luta concreta na luta de classes. Esta foi a maior contribuição dos ferroviários à classe trabalhadora. Esse poder que foi uma



vez poderá ser novamente, na alocação e interiorização de pessoas e cargas neste país. Um novo poder estratégico aproveitando o posicionamento estratégico trazendo de volta um novo poder.

#### METROVIÁRIOS

Os trabalhadores do metrô no Brasil são uma modernização dos trabalhadores das ferrovias na região metropolitana. Muitas vezes são complementares e deveriam ser. No caso do Brasil hoje, a maior dicotomia é a comparação desses trabalhadores no setor público com o do setor privatizado, nas mais precárias condições, terceirizados, com um enorme acúmulo de funções. Os trabalhadores privatizados do metrô são os mais massacrados do setor.

Por outro lado, os trabalhadores que ainda estão no setor público estão estrategicamente posicionados, tanto para defender seu poder estratégico quanto para mostrar solidariedade com os demais trabalhadores brasileiros. As greves solidárias dos trabalhadores do metrô são uma das mais famosas do Brasil. Sua luta contra o governo neoliberal de São Paulo inspira trabalhadores estratégicos e a massa trabalhadora no coração da maior cidade do Brasil. Mas as greves do metrô e dos transportes não podem se tornar greves gerais artificiais, quando a maioria justifica não trabalhar “por causa da greve dos transportes”. Todos devem saber por que existe a greve geral e ter a oportunidade de defendê-la.

#### AEROVIÁRIOS

Os trabalhadores de aeroportos no solo foram duramente atingidos pelo declínio do turismo doméstico e internacional. A nova organização do capitalismo mundial baseada na entrega “just in time” ou entrega rápida diminuiu muito na pandemia. Os aeroportos certamente não podem parar, mas as companhias aéreas têm usado esse momento para esmagar o poder dos trabalhadores do aeroporto. Mais de 50% desses trabalhadores estratégicos foram afetados. Muitos deles estão sem trabalho. Os direitos de décadas acumulados por sucessivas lutas e bons acordos coletivos diminuíram, a classe viu seus ganhos

desaparecerem. A razão é que os patrões estão unidos e globalizados. Por outro lado, trabalhadores fragmentados e liderados por “pequenos líderes locais” sem importância. Os maus líderes enfrentam um desafio: parar o sistema global localmente. Os líderes sindicais na pandemia sucumbiram à sua própria incompetência em face do capitalismo global.

O poder dos salários caiu absurdamente e a memória da luta quase desaparece. O remédio amargo para o problema geral passará pela unificação nacional, e serão os maiores e mais estratégicos aeroportos que exigirão um maior esforço representativo e organizacional; desde aqueles lugares onde os aviões decolam pela manhã, e precisam ficar no chão na greve geral, é fundamental a organização de grandes ‘hubs’ em torno de São Paulo.

#### AERONAUTAS

Pilotos e comissários de bordo também foram gravemente afetados pela pandemia de 19 covid, seja devido à suspensão de seus contratos ou à perda permanente de seus empregos. Seus dirigentes, que seguiram o caminho técnico e não políticos da construção institucional também alcançaram a excelência organizacional, com a marca importante de mais de 80% dos sindicalizados. Eles conquistaram leis através das grandes greves enquanto a maioria dos trabalhadores perdia seus direitos. E egoisticamente não fizeram parte das frentes operárias, e se recusaram a participar da greve geral de 2017.

Aí a pandemia chegou e os patrões tomaram conta da pauta da organização “sem política” e de seus sindicalistas, no seu trabalho ‘técnico’ institucional baseado apenas em argumentação e negociação. Agora, os patrões, além das dispensas, da suspensão do contrato de trabalho, têm um projeto de terceirização para os pilotos, os trabalhadores mais fortes do setor aéreo.

A má escolha dos aeronautas, as escolhas políticas dos seus dirigentes levaram o conjunto dos trabalhadores a fazer uma aliança estratégica com a direita e a extrema direita. Então vieram as recentes perdas de classe. E isso prova que as escolhas políticas devem ir além

da recuperação da ferramenta sindical e além do processo de sindicalização, mas devem estar vinculadas às lutas concretas na luta de classes.

## RODOVIÁRIOS

Os trabalhadores rodoviários e mais especificamente os motoristas de ônibus são os trabalhadores mais estratégicos locais e acessíveis às organizações trabalhistas e políticas. Portanto, aqueles que estão mais acessíveis ao “trabalho de base” crítico e estratégico. Hoje, a luta pode ser vista como uma luta para recuperar a ferramenta sindical das mãos da burocracia sindical que governa a maioria dos trabalhadores do setor no Brasil. Nessa pandemia o esforço maior existe para combater o maior número de mortes entre os trabalhadores do setor de transportes. Esta exposição revela uma tragédia: se os trabalhadores dos transportes e setores estratégicos estão tão expostos e vulneráveis, outros trabalhadores comuns estão quase mortos. A economia em todo o mundo não pode parar. No momento, existem tentativas de organização que colocam três grandes desafios: Recuperar o instrumento sindical para a luta concreta na luta de classes, para que se torne uma referência de classe, uma organização classista, unitária, internacionalista. Segundo, organizar uma base, trabalhar com respeito às massas, a classe, com base na sindicalização e no engajamento diário nas lutas imediatas e históricas dos trabalhadores. E por último, criar conselhos de trabalhadores por local de trabalho, onde os trabalhadores, sem medo, aprendem coletivamente na luta mais concreta e na luta por seus direitos.

A participação dos “quadros” na organização é muito importante. A luta dos trabalhadores hoje na pandemia significa uma luta absurda para tentar manter os salários integrais, quando os empregadores tentam cortar os salários pela metade e trouxe o espectro do desemprego; a ‘dupla função’ de quem cobra e dirige se aprofunda e trabalhadores fechados em uma caixa na pandemia estão ainda mais vulneráveis. O que antes era um trabalho com alto estresse, violência nas estradas e na cidade, é agora o maior índice de exposição à pandemia entre os trabalhadores dos transportes. O descontentamento dos trabalhadores está atingindo níveis elevados e a conscientização está aumentando.

Portanto, parafraseando um dos maiores marítimos brasileiros de todos os tempos: “Enquanto o patrão não inventar uma maneira de fazer os trabalhadores passarem de um lado ao outro da cidade, pela tela do computador ou da televisão, os motoristas de ônibus terão o poder e deverão, sob pena de serem massacrados, que exercer esse poder.”

#### CAMINHONEIROS

Os trabalhadores rodoviários nos caminhões são os navegadores das terras do Brasil, e também viajam pelas estradas da América Latina. Nas cidades, eles entregam todo tipo de mercadoria, internalizando a carga nacional. Sua importância é altamente estratégica para o sistema capitalista. Mas o sistema também tenta fazer esses trabalhadores pensarem na forma do próprio sistema. Entretanto, isso pode ser revertido se houver um trabalho de base fundamental para organizar o trabalhador para seu poder estratégico coletivo. O sistema, portanto, também se esforça para deixá-los fragmentados e enfraquecidos.

O enfraquecimento começa com o “pensamento empreendedor” da maioria dos caminhoneiros autônomos. Os caminhoneiros se dividem em: Autônomos, Auxiliares agregados, empregados formais, precários intermitentes, e cooperativados. A representação sindical acompanha essa fragmentação. A ferramenta sindical reúne muitas representações fragmentadas, fragilizadas e muitas vezes atuando contra os interesses dos caminhoneiros.

Durante a pandemia covid 19, esses trabalhadores foram expostos à doença e não tiveram condições de combatê-la, pois a maioria dos postos comerciais nas estradas foi fechada. Logo, as empresas encontraram uma forma de agir para ajudar esses trabalhadores ocupando um espaço político. Podemos dizer que a organização desses trabalhadores é tão difícil quanto estratégica.

A organização deve acompanhar a saga do caminhoneiro pelo país e ser descentralizada, pode ser digital, mas acima de tudo precisa ser presencial. É preciso aproveitar o longo período de solidão dos navegadores de longa distância, estar nos pontos estratégicos dos trabalhadores metropolitanos, acompanhando as necessidades concretas da classe,

para conectar outros trabalhadores estratégicos. A maior crítica é o caráter conservador e pequeno-burguês do caminhoneiro. Mas o desafio é mostrar: que todos nós nascemos sob uma ideologia capitalista sob o capitalismo, o sonho de ter seu próprio negócio e seu próprio caminhão, de ser empresário, torna-se realidade apenas para poucos, e a maioria está sob dívidas enormes, na informalidade e na precarização.

É preciso ter coragem e assumir o desafio de construir o poder popular por meio da organização dos caminhoneiros, principalmente dos autônomos, porque na maioria das vezes os metropolitanos já se organizam em sindicatos de ônibus. O déficit da revolução brasileira é organizacional em seu maior setor dentro do setor de transportes, e diante dessa desorganização tem uma tarefa do tamanho dos trabalhadores brasileiros.

#### ESTIVADORES E PORTUÁRIOS

Hoje os portuários são atacados de frente e completamente. O objetivo é destruir o porto público e a “ponta de lança”, pela destruição dos estivadores portuários. É muito importante destruir a vontade do trabalhador portuário de controlar o seu próprio trabalho, o seu exemplo de construir poder popular para a classe trabalhadora. Hoje existe um projeto de contra-reforma no porto de Santos, o maior e mais estratégico porto da América Latina. Por outro lado, existe a proposta de construção de poder da classe através do projeto “estiva em nossas mãos”. Uma tentativa de construção do poder da estiva para a classe trabalhadora como um todo a partir da construção de poder dos trabalhadores estratégicos que se juntam aos trabalhadores do transporte estratégico, em um grande pacto de unidade e ação da classe trabalhadora, o PUA. Outro grande projeto tenta fazer o mesmo unificando as instituições existentes no setor e agrupá-las para criar a nível nacional um comando geral de trabalhadores de transporte e trabalhadores estratégicos, CGT, para organizar toda a classe trabalhadora no institucional e para a greve geral. Marítimos, estivadores, caminhoneiros, ferroviários e outros trabalhadores de transporte e logística estratégica unidos nestes projetos. O projeto: “estiva em nossas mãos” é talvez o projeto mais ousado da organização do trabalho de base crítico nos portos. Unificar estiva portuária, os trabalhadores por-

tuários, os trabalhadores de transporte, os trabalhadores estratégicos e unificar toda a classe trabalhadora na luta concreta na luta de classes.

#### MARÍTIMOS E AQUAVIÁRIOS

O maior desafio para os trabalhadores marítimos de longo curso e de navegação interior no Brasil é “garantir seu trabalho” na batalha ‘BR do mar’. A outra luta muito importante é a garantia de direitos na luta pelo respeito e pelo trabalho no elo marítimo da região metropolitana do Rio de Janeiro. Esta luta pelos direitos imediatos dos trabalhadores do setor está baseada na capacidade histórica de ir além da luta imediata e construir unidade na luta dos trabalhadores envolvidos na logística do Brasil e do conjunto da classe trabalhadora brasileira. O comando dos trabalhadores marítimos tem ajudado a formar a frente dos trabalhadores do transporte, e pretende construir uma estratégia de representação para os trabalhadores terceirizados que atuam nas plataformas de petróleo; e paralelamente uma associação estratégica com os trabalhadores do petróleo, para a construção de uma greve no setor. É contra-atacar localmente o controle capitalista global da economia, na área onde mais danos podem ser causados. O processo de construção deste contra-ataque está na capacidade da direção dos trabalhadores de convencer os trabalhadores como um todo de sua responsabilidade e de seu poder. A co-construção desta greve de solidariedade teria um impacto muito direto e significativo; que envolveria toda a cadeia logística de carga do país, e significaria na prática a construção de uma greve geral, a partir do setor mais estratégico da economia.

#### TRABALHADORES PRECÁRIOS E PERIFÉRICOS

‘Para cada trabalhador, um trabalho que faz parte da construção do Brasil no contexto da América Latina’: Isso não será possível sem uma revolução popular e socialista. Partimos do princípio de que a transformação da sociedade brasileira só será possível pelo conjunto da massa trabalhadora. Hoje estamos vendo metade da classe trabalhadora brasileira sem trabalho. Esta é a nova condição da maioria da

classe trabalhadora que vai determinar o futuro da revolução brasileira. A organização da classe operária não pode prescindir da organização de seus trabalhadores mais precários e periféricos incluídos no sistema capitalista desde sua condição menos favorável. A questão que se coloca é transformar essa massa trabalhadora em condição de vetor da revolução, onde seu protagonismo de massa nasce a partir da solidariedade dos trabalhadores estratégicos e de seus ‘quadros organizacionais’ inseridos na periferia da classe. O objetivo é a construção do ataque ao centro local partindo da periferia do sistema em direção ao seu centro.

#### TRABALHADORES SOLDADOS

A organização dos operários inclui a organização dos soldados trabalhadores. Os trabalhadores armados e as forças de segurança em geral são os trabalhadores menos organizados na atual pandemia de covid 19. Aqueles que poderiam construir hospitais, pontes, estradas, escolas, garantir o isolamento forçado ou contribuir para a defesa da população trabalhadora. Impedir ou minimizar os desastres naturais como os incêndios na Amazônia ou no Pantanal hoje não fazem nada, não fazem porque estão inseridos no sistema, ou, melhor, obedecem cegamente aos ditames do sistema capitalista brasileiro. A frase “o exército não tem planos” nunca foi tão correta. No momento, 3.000 militares estão treinando na Amazônia, nenhum está envolvido na contenção dos incêndios, no “pantanal” não existe estratégia militar para conter o fogo que está queimando há um mês sem parar, consumindo 2 milhões de hectares de áreas de preservação. O objetivo da revolução brasileira não pode ser alcançado sem corrigir o déficit organizacional do setor militar, é preciso separar a parte popular das forças armadas e de segurança da parte que é inimiga da classe trabalhadora, isso se faz através de um processo de organização classista permanente. A união das massas populares da classe trabalhadora com os militares é fundamental para a revolução brasileira. Construir a união cívico-militar neste momento parece ser a coisa mais importante no atual processo de organização. Queremos destacar a importância de organizar esses setores para a revolução brasileira da forma mais clara e direta a partir da estratégia de formação do poder popular

através da “crítica ao trabalho de base”. O peso da organização crítica e massiva não repousa apenas em um processo de simplificação da teoria revolucionária no Brasil, mas em sua assimilação no processo de maturação crítica, assimilação crítica e transformação crítica da teoria revolucionária pelos próprios trabalhadores. Em todos os setores descritos acima, enumeramos a necessidade de organizar os trabalhadores a partir de “quadros organizacionais”, ao mesmo tempo em que apontamos o estudo do seu déficit em cada um desses setores, como um dos problemas mais importantes para a revolução brasileira. A energia da organização carece da sua permanência e não se confunde com a energia impulsiva e espontânea da classe, nem mesmo quando reage à exploração, morte pela pandemia, violência nas ruas e na periferia; ou pela repulsa diante da negligência do governo com o fogo que consome o país, ou a fome na mesa do brasileiro.

A energia para recuperar estruturas burocráticas e sindicais, para se tornarem estruturas de apoio à luta de classes, é a mesma de organizar. Organizar e sensibilizar os trabalhadores para a luta imediata e concreta da luta de classes. Finalmente, a mesma energia deve ser usada para construir conselhos de trabalhadores que, embora não tenham uma base organizada nem uma estrutura guarda-chuva e apoio para a luta de classes pode constituir um pequeno grupo de trabalhadores pronto para lutar, pelos seus direitos no local de trabalho e de moradia. A diferença é que a constituição desses conselhos pode aproveitar a enorme recusa de participação sindical e política, participar no conselho pode levar à uma forma mais organizada, até que o grau de maturidade permita a participação nos três lugares: direção, base sindicalizada e conselho.

Os conselhos podem e devem aproveitar a aversão dos trabalhadores às estruturas políticas e sindicais existentes e aproximá-los da estrutura que se tornou revolucionária e da base que se organizou, na sua constituição autônoma e paralela do poder popular, que defende seu direito e o de outros. O objetivo do poder popular é opor-se ao estado burguês e não às ferramentas dos trabalhadores ou aos sindicalistas, mas o objetivo final é a educação, a conscientização, a construção do ‘novo homem e da nova mulher’ para a nova sociedade, para a construção socialista, protegida da pandemia, protegida



do fogo e da exploração. Livre da doença do capitalismo. Quem está passando por esta crise de saúde também pode ousar se insurgir e passar pela escravidão capitalista. Não basta vencer a pandemia no Brasil, é preciso debater a pandemia nos conselhos, nas estruturas sindicais, nas bases organizadas, nos movimentos populares, na juventude. Devemos também discutir o desenvolvimento do trabalho humano para o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento da comuna, do município para o desenvolvimento social, o controle da produção e distribuição de tudo o que é produzido e a gestão de todos os excedentes do mundo. O desenvolvimento do controle popular para construir, reparar e preservar tudo no planeta Terra, Nós não podemos deixar o capitalismo destruir a Terra, mas sim enfrentar todos os desafios da construção do poder popular por meio do trabalho de base crítico e humanizado dos próprios trabalhadores.

Aumentar a habilidade de luta de todos na alegoria final do futebol é ensinar todos a jogar, preparando a defesa e o contra-ataque para vencer o jogo, o que não acontecia verdadeiramente há pelo menos 40 anos. O conhecimento da paralisação da produção nunca foi tão valioso no mundo de hoje. Aterrorizar o sistema ou parar as áreas mais estratégicas é o passo mais importante neste mundo pós-pandêmico. Atacando o sistema agora, onde, naquele lugar onde ele é mais seriamente danificado. Trazer prejuízo. Isso não pode ser feito sozinho. Construir frentes populares, socialistas e, acima de tudo, uma frente operacional revolucionária; esta é a tarefa revolucionária imediata. A tarefa dos “quadros”, os organizadores das bases organizadas e a construção de conselhos de trabalhadores, que se organizam para garantir trabalho e pão na mesa. São “os quadros organizativos” que levam a idéias revolucionárias a serem debatidas nos espaços que estarão em contato com esses conselhos. Se o “quadro organizacional revolucionário” não age e organiza a revolução brasileira ela para no caminho, segue em curso sem ser revolucionária. A pandemia de covid 19 não fechou suas portas, mas bagunçou o sistema e aprofundou sua crise, dando novas oportunidades às forças revolucionárias no Brasil no contexto da América Latina. Resta saber se o grupo revolucionário de esquerda superará seu déficit organizacional para derrotar o governo de extrema direita, não pelo governo

institucional, mas pela construção do governo de transição socialista e ruptura popular, nacional, latino-americana, e internacionalista.

## REFERÊNCIAS

Covid 19 painel corona vírus 2020 - Covid Brasil Ministério da saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 20/09/2020.

Pandemia deixa sem trabalho mais da metade dos brasileiros aptos, diz IBGE, Valor Globo 2020. Disponível em : <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/24/pandemia-deixa-sem-trabalho-mais-da-metade-dos-brasileiros-aptos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 20/09/2020

Condições de vida, desigualdade e pobreza – IBGE Governo federal 2020 . Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em 21/09/2020

Fome volta a crescer no Brasil e atinge 10,3 milhões, aponta IBGE – Valor Globo 2020 . Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/fome-volta-a-crescer-no-brasil-e-atinge-103-milhoes-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 20/09/2020

Número de trabalhadores sindicalizados caiu mais de 20% em três anos no Brasil. Sapo PT notícias 2020. Disponível em: [https://24.sapo.pt/noticias/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-caiu\\_5f46874c3ddc0d0b26f1a307](https://24.sapo.pt/noticias/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-caiu_5f46874c3ddc0d0b26f1a307). Acesso em 20/09/2020

Minirreformas na lei dos portos é sancionada com regras para portuários durante a pandemia – câmara dos deputados 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/687051-minirreforma-na-lei-dos-portos-e-sancionada-com-regras-para-portuarios-durante-pandemia\\_](https://www.camara.leg.br/noticias/687051-minirreforma-na-lei-dos-portos-e-sancionada-com-regras-para-portuarios-durante-pandemia_) Acesso em 21/09/2020

Programa 74, escuela de cuadros. Carta a um camarada (Lenin). Escuela de cuadros 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JmMTvzD5d50>. Acesso em 22/09/2020

SCHMIDT, Marcelo. Micro-macro revolução latino-americana. GLU. Kassel

Universitaet / Berlin, Hochschule, 2010

Forças Armadas realizam a ‘Operação Amazônia’ com 3 mil soldados. Roteiro de notícias 2020 . Disponível em: <https://roteirodenoticias.com.br/uncategorized/2020/09/forcas-armadas-realizam-a-operacao-amazonia-com-3-mil-soldados/>. Acesso em 20/09/2020

Nova lei do aeronauta resguarda categoria da terceirização. SNA Sindicato nacional dos aeronautas, 2018. Disponível em: <https://www.aeronautas.org.br/not%C3%ADcias-secund%C3%A1rias/318-destaque-1/7846-nova-lei-do-aeronauta-resguarda-categoria-da-terceiriza%C3%A7%C3%A3o-e-da-precariza%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em 22/09/2020.

MP 964. Terceirização do aeronauta. SNA Sindicato nacional dos aeronautas 2020 . Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=29whlb\\_dIyQ](https://www.youtube.com/watch?v=29whlb_dIyQ). Acesso em 23/09/2020.

Trabalhadores marítimos e luta de classes – PCB (Partido Comunista Brasileiro), 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25594/trabalhadores-maritimos-e-luta-de-classes/>. Acesso em 21/09/2020

Crítica do trabalho de base e os rodoviários – PCB (Partido Comunista Brasileiro), 2020 - disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25846/a-critica-do-trabalho-de-base-e-os-rodoviaros/> acessado em 21/09/2020

Caminhoneiros e trabalho de base – PCB (Partido Comunista Brasileiro), 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25338/caminhoneiros-e-trabalho-de-base/>. Acesso em 21/09/2020

Provocações Rafael Martinelli. TV Cultura provocações, 2012. Disponível em [https://tvcultura.com.br/videos/68756\\_provocacoes-raphael-martinelli-2012.html](https://tvcultura.com.br/videos/68756_provocacoes-raphael-martinelli-2012.html). Acesso em 21/09/2020

Tutaméia – Homenagem a Raphael Martinelli , 94 – Tutaméia TV 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MJbYBubUGvA>. Acesso em

21/09/2020

Entrevistas com estivadores em Santos e Rio de Janeiro, 2017-2020.

Entrevistas com militares do exército e militares da marinha, 2018-2020

Entrevistas com trabalhadores precários de transporte em aplicativos, Uber e vans, 2018-2020

Entrevistas com rodoviários do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Niterói em Cabo Frio - 2016-2020

Entrevistas com trabalhadores do aeroporto, 2018-2020

Entrevistas com trabalhadores do metrô de São Paulo e Rio de Janeiro , 2017-2020

Entrevistas com trabalhadores marítimos, 2017-2020

Entrevistas com petroleiros, 2017-2020. Entrevista com Dinarco Reis Filho, 2018-2020

Entrevistas com caminhoneiros, 2017-2020